



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

MARINA SOARES STEFANO

ATIVISMOS DE MULHERES: ENTRAVES INSTITUCIONAIS

Londrina
2026

MARINA SOARES STEFANO

ATIVISMOS DE MULHERES: ENTRAVES INSTITUCIONAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina em nível de Mestrado, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia, na Linha 2

Orientadora: Profa. Dra. Sonia Regina Vargas Mansano

Londrina
2026

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Stefano, Marina Soares.

Ativismos de mulheres: Entraves Institucionais / Marina Soares Stefano. - Londrina, 2026.
152 f.

Orientador: Sonia Regina Vargas Mansano.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2026.

Inclui bibliografia.

1. Ativismo - Tese. 2. Gênero - Tese. 3. Feminismo - Tese. 4. Psicologia Social - Tese. I. Vargas Mansano, Sonia Regina . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDU 159.9

MARINA SOARES STEFANO

ATIVISMOS DE MULHERES: ENTRAVES INSTITUCIONAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina em nível de Mestrado, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia, na Linha 2

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Sonia Regina Vargas Mansano
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profa. Dra. Daniele de Andrade Ferrazza
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Profa. Dra. Thássia Souza Emidio
Universidade Estadual Paulista- UNESP

Londrina, 10 de fevereiro de 2026.

Dedico este trabalho às mulheres que me
antecederam e me permitem, hoje, ser quem
sou.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à espiritualidade que me ergueu nesse processo e abriu caminhos que, antes, pareciam impossíveis de percorrer. Agradeço à Ósógiyán e às pessoas que esse Órixá colocou em meu caminho, que ofereceram acolhimento e apoio nos momentos de caos, cujo encontro também provocou aprendizagem e conhecimento.

Agradeça a minha orientadora pela construção conjunta dessa trajetória tão rica; agradeço a sua dedicação e confiança em minha potencialidade.

Agradeço aos professores que passaram por minha constituição profissional na graduação e na pós-graduação, em especial, aos professores Herbert de Proença Lopes, à professora Karen Mayumi Nakaya e à professora Flávia Fernandes de Carvalhaes, cujos ensinamentos e trocas me mobilizaram a produzir o presente trabalho.

Agradeço aos colegas e aos amigos que contribuíram com sua amizade e companhia para o caminhar desse trajeto, tornando-o mais leve.

Por fim, agradeço à Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná pela concessão da bolsa que permitiu viabilizar esta pesquisa.

Permita que eu fale
Não as minhas cicatrizes
Tanta dor rouba nossa voz
Sabe o que resta de nós?
Alvos passeando por aí
Permita que eu fale
Não as minhas cicatrizes
Se isso é sobre vivência
Me resumir a sobrevivência
É roubar o pouco de bom que vivi
(Emicida, 2019)

Stefano, M. S. (2026). *Ativismos de mulheres: Entraves institucionais*. 152 páginas. (Dissertação de Mestrado em Psicologia). Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

RESUMO

Nesta pesquisa, buscamos evidenciar os afetos e embates que constituem os movimentos de ativismo institucional realizados por mulheres na atualidade. No decorrer da problematização contemplamos a mulher enquanto ser em construção, movimento e constante interação com o mundo, considerando os atravessamentos culturais e históricos, de estrutura patriarcal, que tendem a cercear sua existência e seus desejos. Definimos como objetivo analisar como se efetuam as ações de mulheres ativistas inseridas na Rede Municipal de Enfrentamento à Violência Doméstica, Familiar e Sexual contra a Mulher. Teórica e historicamente, lançamos um olhar analítico sobre os processos de enfrentamento em meio a uma realidade social demarcada pela violência de gênero, bem como os caminhos abertos pelo ativismo e o engajamento com a coletividade para vislumbrar focos de transformação social. Dialogamos, no tecer desta análise, com epistemologias que abordam a experiência da mulher, dos activismos e dos corpos institucionalizados, tendo como balizadores os conhecimentos produzidos pela Psicologia Social na interface com a Sociologia, Filosofia da Diferença e Política. Adotamos a metodologia qualitativa, organizando a pesquisa em dois momentos: na parte teórica, composta por três seções, investigamos os processos históricos e culturais nos quais as mulheres e suas relações são construídas, explorando as nuances sociais que compõem suas experiências. Na parte empírica, as mulheres foram convidadas a expor suas vivências de ativismo no contexto das políticas públicas, abordando especificamente o combate à violência de gênero. Através da estratégia História Oral foram acessados relatos silenciados de resistência e fortalecimento coletivo, perpassados por elementos estruturais que compõem a sociedade patriarcal e desqualificam as ações de ativismo. Como resultado, as trocas de experiências com outras mulheres destacam-se nos depoimentos recolhidos enquanto dispositivo gerador de alianças. Dessa forma, os encontros no contexto da referida Rede demonstram-se potentes para a expansão de ações micropolíticas. Compreendemos tais ações enquanto meio de transformação estrutural ante as instituições sociais. A resistência à misoginia institucionalizada que persiste em compor a experiência das mulheres evoca a potência coletiva observada através de processos históricos de conquistas de direitos, especialmente no campo das políticas públicas. Por fim, consideramos, no decorrer da pesquisa, a importância em dar visibilidade às ações dessas mulheres e conhecer suas estratégias cotidianas para fortalecer os movimentos micropolíticos de lutas sociais.

Palavras-chave: Ativismo, gênero, feminismo, psicologia social, políticas públicas.

Stefano, M. S. (2026). *Women's activism: Insticional Barriers*, 152 sheets. (Masters Dissertation in Psychology). State University of Londrina, Londrina.

ABSTRACT

In this research, we sought to highlight the effects and clashes that constitute the institutional activism movements carried out by women today. Throughout the problematization, we contemplated women as beings in construction movement, in constant interaction with the world, considering the cultural and historical crossings, of patriarchal structure, that tend to restrict their existence and desires. We defined as an objective to analyze how the actions of activist women inserted in the Municipal Network to Combat Domestic, Family and Sexual violence against Women are carried out. Theoretically and historically, we launch an analytical look at the processes and confrontation in the midst of a social transformation. We dialogue, in the weaving of this analysis, with epistemologies that address the experience of women, activism and institutionalized bodies, having as guidelines the knowledge produced by Social Psychology at interface with Sociology, Philosophy of Difference and Politics. We adopted the qualitative methodology, organizing the research in two moments: In the theoretical part, composed of three sections, we investigate the historical and cultural processes in which women and their relationships are constructed, exploring the social nuances that make up their experiences. In the empirical part, women were invited to expose their experiences of activism in the context of public policies, specifically addressing the fight against gender violence. Through the Oral History strategy, silenced reports of resistance and collective strengthening were accessed, permeated by structural elements that make up the patriarchal society and disqualify activism actions. As a result, the exchanges of experiences with other women stand out in the collected testimonies as a device that generates alliances. Thus, the meetings in the context of the aforementioned Network are shown to be powerful for the expansion of micropolitical actions. We understand such actions as a means of structural transformation before social institutions. The resistance to institutionalized misogyny that persists in composing the experience of women evokes the collective potency observed through historical processes of rights conquests, especially in the field of public policies. Finally, we consider, throughout the research, the importance of giving visibility to the actions of these women and knowing their daily strategies to strengthen the micropolitical movements of social struggles.

Keywords: Activism. Gender. Feminism. Social Psychology. Public Policy

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Eixos analíticos	95
Quadro 2 – Descrição geral das participantes	99

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGPD	Lei de Proteção Geral de Dados
SPM	Secretária de Políticas para as Mulheres
CAM	Centro de Referência de Atendimento à Mulher

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	ENLACES (IN)VISÍVEIS	23
2.1	LAÇOS ENTRE TRABALHO E CUIDADO: MINÚCIAS HISTÓRICAS QUE MARCAM OS CORPOS	24
2.2	LAÇOS ENTRE MATERNIDADE, EXPECTATIVAS SOCIAIS E DESEJOS	35
3	MULHERES NO BRASIL: DIMENSÃO POLÍTICA	44
3.1	HISTÓRIA DAS POLÍTICAS SOCIAIS VOLTADAS PARA MULHERES	45
3.2	O PAPEL DAS MULHERES NA CONSTITUIÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	56
4	RESISTÊNCIAS, POSSIBILIDADES E CAMINHOS DEMARCADOS PELO COLETIVO	68
4.1	ATIVISMOS: MULHEREES EM MOVIMENTO	69
4.2	ATIVISMO INSTITUCIONAL E CAMINHOS POSSÍVEIS	77
4.3	COLETIVIDADE, FORTALECIMENTOS E RESISTÊNCIAS	83
5	MULHERES ATIVISTAS E SUAS TRAJETÓRIAS: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	93
6	MULHERES EM CENA	98
6.1	ENLACES ENTRE AFETOS, ENCONTROS E MARCAS: MULHERES E SUAS TRAJETÓRIAS	103
6.2	MULHERES, ARTICULAÇÕES POLÍTICAS E A CRIAÇÃO DE POSSIBILIDADES INTERVENTIVAS	114
6.3	MULHERES, AÇÕES E TENSIONAMENTOS	125
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
	REFERÊNCIAS.....	142
	APÊNDICES	147

APÊNDICE A	148
APÊNDICE B	149

1 INTRODUÇÃO

A violência contra as mulheres é uma realidade social alarmante no Brasil, sendo frequentemente efetuada, de acordo com os dados disponibilizados no Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), por homens próximos à vítima. Essa violência toma formas e características distintas, embrenhando seus efeitos brutais no cotidiano, no corpo e na subjetividade das mulheres pertencentes a diversas classes sociais. Essa violência significativa, que alcança um número significativo de brasileiras, impõe vulnerabilidade à mulher, impedindo-a constantemente de acessar direitos básicos.

Tendo em vista essa realidade, a criação de políticas públicas para o alcance desses direitos tornou-se uma das estratégias utilizadas na contemporaneidade para superação da violência imposta. Tais políticas, em nível federal e municipal, preveem oficialmente o combate ao feminicídio e às violações de direitos sofridas. Nessa direção, como descrevem Pacheco e Dias (2023), entre 2003 e 2020, foram estabelecidas as bases para a institucionalização da agenda de igualdade de gênero, que prevê alcançar áreas como autonomia econômica, saúde, educação, participação política e enfrentamento da violência doméstica.

Nesse sentido, a transversalidade torna-se importante ferramenta para a perpetuação do serviço, articulando áreas diversas do conhecimento e unindo experiências administrativas dos setores. Debatendo com Quinhões e Fava (2010), compreende-se que a ação integrada alcança demandas complexas, unindo perspectivas multifacetárias. Sendo a violência contra a mulher uma realidade social que envolve fatores culturais e estruturais, a ação intersetorial e transversal das políticas de combate à problemática torna-se essencial para o funcionamento eficaz da rede. Compreende-se que, para o bom funcionamento dos serviços, o conhecimento a respeito do funcionamento em rede e o contato constante com capacitações, sensibilizações ou ações que visem humanizar o atendimento e promover o compartilhamento de informações

entre servidores tornam-se essencial. A troca entre serviços auxilia, também, no levantamento de informações a respeito da demanda atendida, outra função indispensável realizada pela rede.

No entanto, apesar dos avanços consideráveis no campo das políticas públicas para mulheres nos últimos anos, o Brasil vem enfrentando um complexo cenário de retrocessos quanto à garantia de direitos à população. A ascensão de grupos ultraconservadores, como discutem Tavares e Alves (2023), coloca em risco a constituição e permanência dos serviços públicos e demais órgãos que garantem alcance de recursos a populações em vulnerabilidade. Na perspectiva analítica das autoras, a força de discursos neoliberais tem esvaziado importantes pautas políticas, perpetuando discursos que causam o rápido desmonte de políticas assistenciais. Os ataques ideológicos e administrativos tornaram os órgãos responsáveis por conduzir os serviços previstos nas políticas para mulheres em um cenário de desmonte. Pacheco e Dias (2023) refletem que, desde 2011, com a gestão federal, foi-se constituindo um programa político caracterizado por retrocessos e discursos hegemônicos, voltados à conservação do papel social feminino e da consequente naturalização da violência enfrentada pelas mulheres na sociedade.

A partir desse cenário, os debates e estudos que se iniciavam no contexto das políticas de gênero voltaram-se para a mera sobrevivência e constantes tentativas de desinstitucionalização. A ausência de recursos dificultou a continuidade de implementação das políticas para mulheres, bem como desarticulou órgãos governamentais voltados à administração dos serviços. Pacheco e Dias (2023) indicam ainda o evidente desmanche do Ministério da Mulher, ocorrido durante o governo federal de 2019 a 2022, como agravante para o desmonte de diversas secretárias em demais regiões do Brasil.

Viana e Silva (2018) indicam que o processo de extinção das políticas para mulheres buscou, primeiramente, desarticular as redes e protocolos já constituídos. Nesse sentido, a

pauta que guia a criação e funcionamento dos serviços, visando à equidade de gênero, acaba por enfraquecer-se frente aos discursos e ações conservadoras da estrutura misógina existente no Brasil. De acordo com as autoras, a discriminação e o ódio contra as mulheres são um fato enraizado na cultura e nas relações sociais estabelecidas na sociedade brasileira. Com isso, a marginalização das mulheres revela-se por meio da insistente violência contra essa população. Após os eventos políticos e históricos que proporcionaram grande alcance ao conservadorismo em nosso país, especialmente com a eleição de 2018, tal violência alastrou-se de forma intensa por meio de discursos e práticas, dificultando a ação das políticas voltadas ao enfrentamento da misoginia.

Vieira (2015) assinala que o não funcionamento dos serviços criados relaciona-se a um planejamento ideológico, que visa conservar as estruturas de poder. Além disso, a constante demanda e a ausência de investimentos no setor das políticas para mulheres resultam na diminuição de pesquisas e produções de dados voltados à melhoria do serviço voltado ao combate das violências enfrentadas. Nesse aspecto, torna-se desafiador produzir ações e estratégias de enfrentamento eficientes, que condizem com a realidade social vivenciada. Assim como os objetivos de superação da violência de gênero tornam-se de difícil alcance para o serviço, a transversalidade do sistema torna-se comprometida e a dificuldade de comunicação entre os setores tende a complexificar o cenário.

Por este prisma, com o descaso empreendido nas secretárias e órgãos responsáveis pelas políticas voltadas para a mulher, o desamparo encontrado pelas usuárias e servidoras também é alarmante. Tais políticas simplesmente inexistem em algumas regiões e a ausência de capacitação ou sensibilização para o atendimento da demanda resulta em constante reprodução da violência institucional de gênero. A reprodução sistemática da violência termina por diminuir os laços da mulher com o serviço.

A ausência de discussões de caso e de comunicação entre serviços torna-se inevitável,

segundo Pacheco e Dias (2023), devido à ausência de tempo frente à demanda enfrentada e à precariedade de recursos imposta pelos cortes financeiros empregados às políticas para mulheres. Fator que aprofunda a complexidade do cenário vivenciado. As servidoras veem-se sem amparo técnico e emocional. As trabalhadoras transferidas de setores diversos da prefeitura ou sem contato prévio com o enfrentamento da violência contra a mulher iniciam-se nos serviços a partir desse cenário, dificultando a efetividade da política.

Como se não bastasse o descaso institucional, as trabalhadoras lidam ainda com sua posição enquanto mulher na sociedade patriarcal. Assim, o contato cotidiano com violências passíveis de serem vivenciadas pelas próprias servidoras, devido à estrutura misógina institucionalizada, pode constituir-se fator de desgaste. Situação agravada pela crescente ineficácia do serviço. De acordo com Nunes e Souza (2017), o servidor público que atua em serviços socioassistenciais de alta complexidade encontra-se exposto ao desgaste emocional devido ao desenvolvimento de suas práticas, fator que tende a aumentar com a precariedade das condições de trabalho.

Foi a partir dessa perspectiva que a presente pesquisa ganhou forma. Ela foi produzida no contexto do projeto de extensão denominado “Ativismo e liderança de mulheres em causas sociais e ambientais: criando espaços de potencialização”, registrado na Universidade Estadual de Londrina. No projeto, constatamos que frente a constantes ataques à sua existência, as mulheres seguem buscando alternativas plurais de existência em um contexto rígido de possibilidades. A partir da formação de alianças, as mulheres parecem encontrar recursos para enfrentar a realidade de embates que as cerca. Assim, a mera consciência das imposições institucionais que recaem sobre seu corpo não alivia a luta existente e necessária para a transformação do cenário vivenciado, mas tem potencial para construir estratégias de embate e apropriação da vida em movimento. De certo, os movimentos macro e micropolíticos são de custosa manutenção e promovem embates desgastantes. No entanto,

parecem, também, promotores de sentido de vida, relacionando-se com a formação de laços e afetos.

Fazer-se ativista promove riscos e desgastes. Movimentar-se no interior de uma instituição pública traz à ativista nova gama de entraves. As dificuldades envolvem as atividades profissionais, necessárias à sobrevivência, mas também a relação institucional. Assim, frente às complicações existentes, as agentes sociais que atuam no contexto institucional encontram caminhos para manter-se em defesa da causa defendida. Cabe compreender o que gera essa possibilidade de movimento e a ocupação das mulheres na luta frente às dificuldades encontradas. Historicamente, encontramos mulheres atuando em defesa de seu direito de existir para além das rígidas imposições sociais, unindo-se para reivindicar espaços. Tais reivindicações realizadas a partir da coletividade constituem processos sociais e subjetivos que geram cenários alternativos de existências e perspectivas distintas à rigidez da estrutura.

A partir da inserção no serviço, é possível notar que a sobrevivência nesse espaço se dá pelas estratégias e lutas articuladas pelas servidoras, apesar de ameaças constantes advindas da instituição e de suas próprias angústias, advindas da sobrecarga das demandas cotidianas. Ainda que imersas nesse cenário, elas encontram vigor não apenas para sobreviver, mas para experienciar a produção de sentidos e a vinculação com as causas.

Frente a essa realidade, cabe observar que essas trabalhadoras, através do contato com outras servidoras e usuárias, ocupam lugares significativos nos enfrentamentos da violência contra a mulher. Vê-se que, apesar do sucateamento evidente e das dificuldades encontradas a partir disso, algumas servidoras protagonizam ações de enfrentamento do desmonte das políticas públicas para mulheres (Rodrigues, 2024) e atuam, de forma interna ou externa à instituição, para conscientizar e promover conhecimento a respeito da violência de gênero presente no contexto social vivenciado. Além disso, importantes movimentos coletivos e

grupos de trabalho são constituídos devido à ação dessas mulheres, que se organizam por meio dos mecanismos oferecidos pelo próprio cargo. A participação em campanhas, manifestações e movimentos coletivos passa a ser uma possibilidade para uma parcela delas, que busca diferentes caminhos para o enfrentamento da violência contra a mulher no município.

Tendo como essencial a continuidade desses movimentos em tempos de desmonte de políticas públicas e crescimento de ideais políticos retrógrados, o conhecimento produzido por meio das análises empreendidas pela psicologia social pode auxiliar na compreensão dos sentidos e afetos que produzem, nas servidoras, o desejo de adentrar ações e organizações sociais e continuar a enfrentar a realidade exposta. Além disso, compreender as nuances que compõem essa realidade social nos aproxima das dificuldades e embates encontrados pelas mulheres que protagonizam as ações e as possibilidades de enfrentamento. Cabe entender, também, a aliança formada pelas servidoras como importante mecanismo de luta e fortalecimento. Assim, a fim de evidenciar os elementos que compõem as ações e a vivência dessas mulheres, as seções que compõem a presente pesquisa lançam um olhar sobre a mulher enquanto sujeito histórico, ontológico e social, levantando elementos presentes em sua experiência e relação com o mundo.

Atenta a este cenário complexo, a presente pesquisa definiu, como objetivo geral, analisar como se efetua as ações de mulheres ativistas inseridas na Rede Municipal de Enfrentamento à Violência Doméstica, Familiar e Sexual contra a Mulher. Para aprofundá-lo, delineou como objetivos específicos: 1. Identificar como ocorrem as práticas de ativismo de mulheres servidoras da referida rede; 2. Analisar os processos que sustentaram sua atuação enquanto ativista frente à função exercida na Rede; 3. Compreender os afetos relacionados à institucionalização e às causas defendidas, valendo-se de histórias contadas pelas próprias mulheres.

Optou-se, a partir do exposto, por direcionar um olhar para a relação entre mulheres, seus corpos e as estruturas sociais, compreendendo a formação de laços que se firmam constantemente no decorrer do tempo e da história. Dessa maneira, após esta seção introdutória, apresentamos, na segunda seção, denominada “*Enlaces (in)visíveis*”, os sentidos presentes entre a ideia de atividade laboral e a cultura do cuidado feminino, visando a uma perspectiva histórica. Nessa seção consideramos importante destacar o papel das convenções sociais que entrelaçam o corpo da mulher e o fazer daquelas que vivem a maternidade. Por fim, buscamos compreender o enlace entre o amor socialmente instituído e as relações libertadoras, que trazem consigo possibilidades outras.

Na terceira seção, chamada “*Mulheres no Brasil: Dimensão política*”, direciona-se um olhar aos processos de inclusão da mulher enquanto sujeito de direitos na sociedade brasileira. Contempla-se o imaginário constituído historicamente sobre o feminino e suas impressões em diversas classes sociais, abordando as raízes das construções e símbolos sociais a seu respeito. Ainda, aborda-se o papel da mulher na constituição de políticas públicas voltadas ao enfrentamento das estruturas patriarcais e a história da institucionalização dessas políticas.

Na seção quatro, denominada “*Resistências, possibilidades e caminhos demarcados pelo coletivo*”, tornou-se importante destacar a prática do ativismo e o protagonismo feminino em movimentos sociais, compreendendo os afetos e relações realizados a partir da defesa de uma causa, bem como a participação em coletivos e sua importância para a permanência do ativismo. Destaca-se também o ativismo institucional como possibilidade de ação coletiva frente a um corpo institucionalizado.

Por meio do levantamento teórico realizado nessas primeiras seções, a presente pesquisa, de natureza qualitativa, é explicada em sua dimensão metodológica na seção cinco, denominada “*Mulheres Ativistas e suas trajetórias*”. Ali consideramos a necessidade de contatar as mulheres que se encontram dentro dos serviços experienciando o ativismo político

e social e articular as narrativas de suas vivências com a produção teórica das seções que compõem o presente trabalho. Assim, por meio do método História Oral, ouvimos seis mulheres servidoras, utilizando a entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados, a fim de analisar os relatos de subjetivação e vivência trazidos pelas participantes.

Os resultados obtidos no decorrer do processo empírico da pesquisa são apresentados na seção seis, denominada “*Mulheres em cena*”, no qual são perceptíveis os vínculos e afetos que constituem as mulheres e sua atuação no campo micropolítico. Destacamos suas experiências profissionais, trajetórias e relações no cenário das políticas públicas até a inclusão na respectiva Rede de Enfrentamento.

Para analisar de forma cuidadosa a interlocução entre o referencial teórico levantado e os relatos das participantes, a seção seis foi dividida em três eixos de análise. No primeiro eixo, denominado “*Enlaces entre afetos, encontros e marcas: Mulheres e suas trajetórias*”, percebemos as estruturas e nuances históricas que afetam as relações estabelecidas pelas participantes e suas angústias perante alguns elementos da realidade social. Ademais, tornou-se visível neste eixo o descontentamento com diversas limitações institucionais, em larga medida ocasionadas pela desigualdade estrutural de gênero.

No segundo eixo de análise, “*Mulheres, articulações políticas e a criação de possibilidades interventivas*”, foi possível notar a importância da construção coletiva de um espaço que favoreça a troca entre profissionais implicadas no atendimento às mulheres, destacando-se a participação das servidoras entrevistadas na institucionalização da Rede de Enfrentamento a Violência contra a Mulher de Londrina e as possibilidades abertas pelo espaço constituído em Rede. Nesse sentido, nota-se a relevância da comunicação entre os serviços e as diversas articulações necessárias à manutenção e criação dessa troca.

O terceiro e último eixo de análise, denominado “*Mulheres, ações e tensionamentos*”, foca nas demandas e estratégias desenvolvidas pelas servidoras para manter suas mobilizações

no interior da Rede, compreendendo os entraves políticos que atravessam essa prática, bem como suas ações para dar continuidade às políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher no município. Compreende-se, também, o espaço da luta e da coletividade nos afetos e relações estabelecidos pelas participantes.

A partir da compreensão das nuances que constituem a experiência social e subjetiva da mulher no ativismo, aproximamo-nos de sua atuação micropolítica, compreendendo, também, os modos encontrados para fortalecer a luta. No decorrer desta pesquisa destacamos os enlaces entre a vivência e a ação política para contemplar os afetos gerados em meio à causa defendida. Assim, lançamos um olhar sobre as estratégias e enfrentamentos travados ante a misoginia estrutural e as constantes tentativas de silenciamento sofridas.

Por fim, consideramos a relevância de conhecer a produção de sentido advinda das ações executadas pelas mulheres e evidenciamos a importância da criação de espaços que permitam a elaboração dessas experiências. A Psicologia Social pode colaborar nisso, colocando em destaque estudos para dar continuidade às ações que defendem as políticas voltada à proteção da mulher, bem como evidenciar a necessidade de criar estratégias possíveis para fortalecer os corpos em constante embate.

2 ENLACES (IN)VÍSÍVEIS

O ato de criar laços presume o aparecimento de vínculos e trocas entre objetos, pessoas ou ideias. Visitando o conceito de laço no dicionário de língua portuguesa (Houaiss, 2009), a palavra laço remete a apertar, estreitar, passar elementos uns pelos outros. Ao olhar para as relações, o laço equivale-se à vinculação entre um sujeito e outro ou, ainda, entre conceitos e vivências. Em consonância com Guimarães, Paugum e Prates (2020), um laço pode transformar-se no decorrer das relações, transformando também o significado do vínculo, já que, para os autores (2020), a possibilidade de criar laços, especialmente os afetivos, só é possível a partir da atribuição de simbologia para o relacionamento estabelecido, criando um local de relevância frente aos demais encontros.

A formação de laços, nesse constructo, remete à possibilidade de conexão entre os elementos do mundo e o sentir do sujeito, possibilidades estas que podem constantemente se desfazer, unir-se, para novamente desprender-se, formando outros enlaces com novos recursos. Ao abordar laço enquanto possibilidade para descrever as relações, pode-se pensar na forma como esse vínculo é estabelecido e, ainda, como é possível experimentar sua criação entre subjetividade e sociedade.

A ideia de corpo se faz interessante para a compreensão dos laços que se estabelecem. Com Mearleu-Ponty (2006), é possível entender que o corpo se mantém em constante interação com o mundo, que está sujeito a transformações advindas dos encontros com o outro e também transforma aquilo e aqueles que estão ao seu redor. Nessa seção, ao visualizar esse cenário, busca-se problematizar a mulher e suas vivências em diversos aspectos da existência. Entende-se que seu corpo e a experimentação dos afetos estão imersos em sensações, práticas e simbolizações que a compõem como um mosaico vivo que se movimenta sem cessar.

É através da presença de um corpo em constante interação com o externo que a criação de laços se faz. No decorrer da experiência, a mulher vê sua constituição enquanto corpo

transformar-se cotidianamente na passagem do tempo, os vínculos que marcam os encontros entre os elementos do mundo permanecem e passam a constituí-la. Da mesma forma, a partir de encontros mais recentes, as vinculações mais antigas se afrouxam, dando local à formação de novos laços. A experiência corpórea permite a fluidez no desfazer e no enlaçar de elementos que acompanham a existência da subjetividade.

Optou-se, a partir do exposto, por direcionar um olhar para a relação entre mulheres, seus corpos e as estruturas sociais, compreendendo a formação de laços que se firmam constantemente no decorrer do tempo e da história. Para tanto, esta seção foi organizada da seguinte maneira: nos laços entre trabalho e cuidado, serão abordados os sentidos atribuídos à ideia de atividade laboral e à cultura do cuidado feminino, visando uma perspectiva histórica, sem deixar de compreender as possibilidades para a criação de novas simbologias ligadas ao fazer profissional que se desvinculam da ideia compulsória de cuidar. Em seguida, os laços entre maternidade, expectativas sociais e desejos pretendem explorar a relação entre o ato de tornar-se mãe e o corpo que se mantém vivo, produtor de sentidos e necessidades próprias. Ainda, é importante destacar o papel das convenções sociais que entrelaçam o corpo da mulher e o fazer de sua maternidade. Por fim, escolheu-se abordar os laços entre amor e amizade, compreendendo o enlace entre o amor socialmente instituído e as relações libertadoras, que trazem consigo possibilidades outras.

Partindo dos laços destacados acima, esta seção expõe elementos de constituição da subjetividade da mulher que marcam sua interação com o mundo. A escolha de laços ilustra a maneira com a qual tais fatores se movimentam a partir da passagem do tempo.

2.1 LAÇOS ENTRE TRABALHO E CUIDADO: MINÚCIAS HISTÓRICAS QUE MARCAM OS CORPOS

É inegável que, entre as diferentes práticas cotidianas executadas pelas mulheres, o trabalho se destaca enquanto uma dimensão que movimenta ou paralisa suas relações com o

mundo, sendo atravessadas por minúcias que marcaram seus corpos. Sua vinculação com a atividade laboral se relaciona tanto ao enclausuramento no contexto privado do lar quanto à exploração dobrada de seu corpo, compreendendo que os serviços informais e os trabalhos braçais sempre acompanharam o cotidiano da maioria das mulheres brasileiras, impondo um uso pouco ou não remunerado das práticas a elas impostas para sobrevivência. Nota-se como fator comum entre as mulheres nesse contexto o impedimento de participar da vida pública e, ainda, as imposições da instituição familiar burguesa, que submete seus corpos ao controle do outro, seja do marido ou de agentes sociais de vigilância.

É nesse sentido que Valeska Zanello (2007) discorre a respeito da percepção das atividades ligadas ao feminino sob a ótica dos contos de Clarice Lispector (1973). Por meio do cenário de cenas familiares cotidianas, a escritora busca compreender e questionar os modos de vida da mulher e as atribuições sociais de papéis. Na leitura de Zanello (2007) do conto intitulado O amor, a vivência das limitações impostas à mulher pelo trabalho doméstico é colocada em análise sob uma percepção crítica a respeito da história de uma dona de casa comum. A protagonista baseia sua existência na busca incessante por “maternar” (p. 114) o outro e, com isso, renuncia ao cuidado de si para responsabilizar-se pelos cuidados com a casa, os filhos e o companheiro, estando este último sempre ausente dos afazeres cotidianos e do cuidado com os filhos. O movimento de abdicação de si, indicado por Zanello (2007), retira da mulher o olhar sobre a própria existência ou, mesmo, o contato com angústias ou desejos. De certa forma, o que aparece no conto de Lispector é uma posição subjetiva que dirige a energia dessa mulher para afazeres institucionais hegemônicos e subtrai sua atenção sobre si mesma. Zanello (2007) descreve:

A mãe pode vir a ser identificada com a função de cuidar das crianças, de sua alimentação, de seus horários e estudos, etc; a esposa, com a função de preparar a comida, afagar o esposo e satisfazê-lo sexualmente; etc. Parece que a personagem

descrita por Clarice enquadra-se nesse congelamento do olhar dos outros: ela é transparente, pura funcionalidade, que garante o bom andamento da casa e da família. (Zanello, 2007, p. 4)

A abdicação constante de si limita a variação experiencial daquilo que advém no cotidiano de muitas maneiras. Pode-se dizer que a personagem não se aproxima em momento algum de seus desejos e, em alguma medida, não se dá conta sequer de suas necessidades. É a partir disso que se desliga de si e deposita sua forma de ser cristalizada, suas relações e seus desejos no papel de mantenedora e cuidadora do contexto doméstico. A adesão ao trabalho doméstico pode ser compreendida, em alguma medida, como um sintoma que ganhou forma na organização estrutural e econômica desde longa data, mas ainda em larga medida vigente, e que retira parte das mulheres do campo das produções, desejos e projeções públicas, diante das quais elas não reconhecem uma possibilidade de vinculação:

Ao retornar para casa, vemos Ana se esforçar por mergulhar novamente em seu cotidiano: através da ‘culpa’ que sente ao rever seu filho. “É pelas crianças!” (E não é esta a justificativa de tantas mulheres?). Ela tenta espremer a vastidão do que vivenciou na estreiteza de sua cozinha, quartos, limpeza e relações domésticas – totalmente conhecidas, previsíveis e esgotadas. E é o próprio marido que a reconduz a seu mundinho tamponado, morno, sem frestas (Zanello, 2007, p. 2).

Quantas mulheres, dedicadas ao trabalho nos lares, encontram-se tão intimamente ligadas ao conto de Lispector (1973) e às análises de Zanello (2007), restringindo suas existências ao papel hegemônico estabelecido nos lares? Além disso, tomadas cotidianas de consciência sobre si, seus desejos, necessidades e angústias, como diferem das rotinas, terminam por ser abafadas ante o território social e subjetivo ocupado, que fica distante de um exercício de autonomia ou de autorrealização. Em seu lugar, o que ganha a cena doméstica é o

cumprimento de serviços de utilidade, sem remuneração ou reconhecimento por parte daqueles para os quais são dirigidos.

Considerando que o trabalho doméstico, ligado historicamente ao fazer subjetivo atribuído à mulher, configura-se como um fator aprisionante da sua existência, no mercado de trabalho a situação ganha contornos similares. De acordo com Lorde (2020), em termos salariais, há menor remuneração em relação às horas trabalhadas, presença recorrente do assédio sexual e moral de superiores e, ainda, a dupla jornada laboral, que a coloca como responsável por contribuir tanto na esfera do trabalho formal quanto do trabalho doméstico. Tais situações tendem a ser geradoras de mal-estar e sobrecarga.

Lorde (2020) deixa a entender que a servidão se dá como característica intrínseca do conceito de trabalho no contexto do capitalismo ocidental. A atividade cotidiana laboral transformou-se em um processo mecanizado, metódico e estéril, não relacionado particularmente com o desejo, a história afetiva ou projeto de existência de quem o produz. A autora acrescenta que, nessa organização laboral, reduz-se relativamente o caráter multifacetado do humano, ligando-o a uma produção vazia que afasta o sujeito de sua própria corporeidade, impondo-lhe o papel de uma simples engrenagem em um grande sistema de geração de lucro. Compreende-se, a partir do que foi destacado por Lorde (2020), que as produções humanas e sua restrição a uma função robótica, ausente da possibilidade de reflexão a respeito do contato com o mundo, não só favorece um fazer individualista como também afasta o trabalhador de suas necessidades existenciais. Ao discutir sobre a participação da mulher no mercado de trabalho após a primeira revolução industrial, a autora destaca:

O maior horror de qualquer sistema que define o bom em termos de lucro mais do que em termos de necessidade humana, ou que define a necessidade humana pela exclusão dos componentes psíquicos e emocionais dela – o maior horror desse sistema é que

priva de nosso trabalho seu valor erótico, seu poder erótico, e rouba da vida seu interesse e plenitude. Tal sistema reduz o trabalho a uma maquete de necessidades, um dever pelo qual ganhamos o pão ou o esquecimento de nós mesmas e de quem amamos (Lorde, 2020, p. 68).

A subordinação advinda das atividades cotidianas difere em intensidade e quantidade para o público feminino. Lorde (2020), em consonância com as ideias de Zanello (2007), aponta que, enquanto a insalubridade das fábricas tornava-se parte da rotina das mulheres, as atividades ligadas aos cuidados com o outro dentro dos lares não diminuíram: a criação dos filhos, a atenção ao seu bem-estar, o trabalho doméstico exaustivo, os cuidados com enfermos e com o marido, sua imagem e seu bem-estar. Tais funções relacionadas a atender ao outro ou a estrutura se ligaram intensamente à composição de sua experiência. Dessa forma, o trabalho não serve para compor um modo de vida investido de sentido, esteja ele relacionado à sobrevivência financeira ou invisibilizado pelo cenário do lar. Nesse contexto, tal como destacou Simone de Beauvoir (1970), a mulher é um mero objeto na sociedade patriarcal: enxerga pelos olhos de quem serve, vive através de um mundo que lhe impõe um papel passivo, já demarcado, dificultando a criação de relações e possibilidades que se diferem daquilo que lhe foi imposto.

Cabe, então, destacar um outro elemento analítico que coopera para compreender o cotidiano do fazer laboral da mulher: o cuidar. Amplamente idealizado, o cuidado se caracteriza, muitas vezes, como componente relevante de sua existência, uma vez que poderia ocorrer, de acordo com Sá (2000), como uma relação de troca entre si mesma e o outro na qual é possível explorar uma potência criativa de vida. No entanto, longe de compreender o acolhimento e a percepção das necessidades, o cuidar se configura no sentido de um dever moral constituído, de acordo com as autoras Guedes e Daros (2009), como a uma categoria identitária de feminilidade. Naturaliza-se, segundo as autoras, a função das atividades que

derivam do cuidado, que passa a ser direcionado unicamente à mulher, de maneira a parecer que o cuidar é uma atividade condicional a uma suposta essência feminina. Torna-se fácil, a partir dessa compreensão, a inserção de noções idealizadas de altruísmo e doação como expectativas colocadas à condição feminina. Assim como explicita Guedes e Daros (2009):

Cuidar dos familiares, dos companheiros, em concomitância com as atividades sócio-ocupacionais, para cumprir normas historicamente criadas e interpretadas como inerentes à natureza feminina, tornam-se aspectos de uma realidade que tende a desprender-se de seus sujeitos e apresentar-se como eterna (p. 2).

A partir do que foi destacado por Guedes e Daros (2009), pode-se dizer que a mulher vive o cuidado como uma espécie de anulação de sua própria potência afetiva, sendo submetida novamente a um projeto de existência ligado a um cuidado compulsório, que não visa à constituição de uma relação, mas sim o cumprimento de um papel ligado à categoria de ser mulher, portanto, cuidadora. As crenças ligadas à mulher enquanto cuidadora nata perpassam sua relação com o trabalho, limitando, e até ameaçando, suas experimentações afetivas à medida que lhe impõe uma única possibilidade de existência. Nesse processo, a responsabilização e a culpa tornam o cuidado um tipo de trabalho solitário. De acordo com Zanello (2016, p. 8), a “culpa é um sentimento historicamente fomentado e interpelado às mulheres, como forma de controle social e instrumento para sua ‘submissão’”.

Em larga medida, o excesso de trabalho precarizado e não reconhecido toma conta da existência da mulher, o que se intensifica em momentos de crise socioeconômica. Dados coletados pelo IBGE (2020) demonstram 8,5 milhões de mulheres a menos registradas em trabalhos regulares no terceiro trimestre de 2020 no Brasil, período crítico relativo ao auge da pandemia de COVID-19, ainda que, de acordo com o mesmo órgão, a quantidade de mulheres que chefiavam financeiramente a família representem crescimento numérico (IBGE, 2020). Em consonância com os números citados, as autoras Moreira, Alves, de Oliveira e Natividade

(2020) destacam que o cenário doméstico, sinônimo de proteção no período de crise sanitária em 2020, não significou um território seguro frente ao caos para boa parte das mulheres brasileiras. As autoras mostram (Moreira et al., 2020) ainda que a articulação entre trabalho doméstico, exploração e cuidado com o outro tornaram-se elementos que se emaranharam na vivência do adoecimento de familiares e da acentuação de vulnerabilidades socioeconômicas. Os trabalhos reprodutivos, os afazeres domésticos, o *home office* e *homeschooling* misturam-se na rotina das mulheres, exaurindo seus corpos: “Para muitas mulheres, a realização de atividades virtuais remuneradas (*home office*) representa, além do estrangeirismo linguístico, uma impossibilidade, seja pelo vínculo de trabalho informal seja pela natureza das atividades que exercem” (Moreira et al., 2020, p. 12).

Ainda em relação à crise sanitária e às medidas de isolamento, Moreira et al. (2020) destacam que, independentemente de como ou onde se deu a atividade laboral das mulheres, houve aumento significativo em suas jornadas cotidianas, tornando-se, inclusive, um trabalho infundável, sem descanso ou divisão de espaços. Segundo as autoras, essa rotina de trabalho sem intervalos trouxe, como consequência importante, uma sensação de estar em constante esforço para manter o equilíbrio entre as funções executadas. Atentando mais especificamente para as mulheres cuja profissão envolve a área da saúde, Moreira et al. (2020) assinalam:

Essa busca por ‘equacionar os cuidados’, equilibrando-se em uma ‘corda bamba’, parece-nos estar relacionada com os diversos aspectos que se cruzam nas experiências de cuidar das profissionais de saúde na pandemia, dentre os quais destacam-se: medo, solidão, cansaço intenso e impossibilidade de cuidar de si e de receber cuidado. (p. 4).

A partir do exposto, compreende-se que, no decorrer das transformações históricas e subjetivas do conceito de trabalho, a relação entre a mulher e seus afazeres rotineiros parece permanecer em uma intensa relação de exaustão, desqualificação e medo. Em análise com Moreira et al. (2020), é possível compreender que o recente momento de crise sanitária

ocasionada pela pandemia de COVID-19 evidencia um fator relativo à já existente constituição da mulher em sociedade e presente no cotidiano. A responsabilização pela manutenção da saúde dos companheiros e filhos e a continuidade das atividades que sustentam o lar e os familiares recaem de forma visível sobre a mulher, sem considerar a vulnerabilidade que também afeta seu corpo. Dessa forma, o cuidado ganha nuances parciais, não se tratando, como idealiza Sá (2000), de uma troca construída em conjunto a partir de um encontro rico em potência criativa, mas se dá a partir de uma única via para existir, constituída a partir da funcionalidade, que desumaniza o corpo feminino e estreita ainda mais suas vivências.

Ainda que perante as imposições de um trabalho vinculado aos valores capitalistas, há outras possibilidades de produção, estas aliadas à criação de um agir no mundo de forma própria. A ideia de poder erótico, desenvolvida por Lorde (2020), traduz um movimento que advém da produção vinculada aos afetos do corpo, ainda que perante as estruturas que impõem controle. Nesse sentido, o trabalho massificante, que afasta a mulher de sua própria vivência subjetiva, a impede, por diversas vezes, de acessar essas produções de outra ordem; no entanto, quando há um encontro com sentido, com um desejo produzido pelo próprio corpo através da vivência, a possibilidade de criação alternativa à imposta pelo trabalho capitalizado pode se tornar latente. Ainda que em meio à existência limitada, o fazer criativo pode ganhar nuances significativas frente a um movimento de aproximação com vivências e encontros potencializadores de sentido. Nas palavras da autora:

O erótico não é sobre o que fazemos, é sobre o quão inteiramente nós podemos sentir durante o fazer, o quanto aquela experiência dá sentido. Sendo assim, esse recurso é caluniado, insultado e desvalorizado, fomentado como um símbolo de inferioridade feminina. O erótico é um lugar entre a incipiente consciência de nosso próprio ser e o caos de nossos sentimentos mais fortes. É um senso íntimo de satisfação ao qual, uma

vez que o tenhamos vivido, sabemos que podemos almejar. Porque uma vez tendo vivido a completude dessa profundidade de sentimento e reconhecido seu poder, não podemos, por nossa honra e respeito próprio, exigir menos que isso de nós mesmas. (Lorde, 2020, p. 56)

Uma vez próxima de si mesma, conectada à diversidade das experiências e aos afetos nelas presentes, a mulher tem contato, finalmente, com suas necessidades vitais e desejantes. Se a aproximação é então evitada, cabe considerar o quanto ela ameaça as estruturas sociais que compõem o patriarcado. Dentro do contexto capitalista e patriarcal, segundo a autora, tal recurso tende a ser silenciado. Quando a mulher entra suficientemente em contato consigo mesma, estando atenta ao que lhe afeta, seu fazer no mundo encontra outro sentido, uma vez que tal contato abre possibilidades de morada para o erótico. A criação de um projeto de existência que difere do categorizado estruturalmente oferece uma experiência de mundo mais autêntica, próxima de suas necessidades. Diante da carga histórica de assujeitamento, essa criação não é algo fácil. Lorde (2020) oferece uma imagem para compreender tal dificuldade:

Mas isso é o mesmo que cegar uma pintora e dizer a ela que melhore sua obra, e ainda que goste de pintar. Isso não é só perto do impossível, é também, profundamente, cruel. Como mulheres, precisamos buscar formas para que nosso mundo possa ser realmente diferente (p. 56).

A dificuldade de acesso à experimentação pluralizada da vida soma-se à história de patriarcado. Lorde (2020, p. 68) destaca: “Obviamente, mulheres tão empoderadas são perigosas”, o que leva a concluir que as instituições fundamentam suas intervenções de modo a evitar a aproximação com sua própria forma de deixar-se afetar pelo mundo. O erótico torna-se, assim, malquisto e unicamente ligado à sexualidade:

Então somos ensinadas a separar a demanda erótica de quase todas as áreas mais vitais de nossas vidas além do sexo. E a negligência às satisfações e fundamentos eróticos de

nossa práxis se traduz em desafeto por grande parte do que fazemos. Por exemplo, quantas vezes amamos de verdade nosso trabalho até mesmo quando temos dificuldades nele. (Lorde, 2020, p. 69)

Equiparar o erotismo, que advém da ordem dos sentidos e das afetações, com a pornografia é uma estratégia institucional para desmantelá-lo por meio de concepções morais e, assim, retirar dele a sua potente função nos fazeres cotidianos. A pornografia se encontra em um campo individualista, violento, voltado ao ato, sem necessariamente ser atravessada pelo sentimento de erotismo. A autora debate a respeito dessa equiparação:

Há tentativas frequentes de se equiparar a pornografia e o erotismo, dois usos diametralmente opostos do sexual. Por causa de tais tentativas, se tornou recorrente separar o espiritual (psíquico e emocional) do político, vê-los como contraditórios ou antitéticos. “Como assim, uma revolucionária poética, um traficante de armas que medita?”. (Lorde, 2020, p. 72)

Compreendido, nesta acepção, como um risco, o poder erótico pode ser despertado de diferentes maneiras: uma troca com o mundo, um compartilhamento de ideias, uma partilha que produza um encontro de sentido que culmine, de acordo com Lorde (2020, p. 74), na “partilha do gozo, seja ele físico, emocional, psíquico ou intelectual, monta uma ponte entre quem compartilha, e essa ponte pode ser a base para a compreensão daquilo que não se compartilha, enquanto, e diminuir o medo das suas diferenças”. De acordo com a autora, o encontro existencial compartilhado, advindo de um poder erótico que dialoga com o outro, envolve os sentidos ocultos, a angústia, a solidão ou a culpa que se percebe no campo das sensações, mas que é reprimida pelo trabalho categórico. A mulher, quando se encontra e é perpassada pelos encontros, depara-se com a pluralidade de afetos que podem vir a compor sua experiência.

A potência criadora, ainda que frente à escassez de possibilidades imposta pelo patriarcado, demonstra poder de significação da vivência e ressignificação dos espaços já ocupados, criando movimentos que tornam possível o nascimento de novas perspectivas. A principal possibilidade de encontrar o que Lorde (2020) nomeia de poder erótico parece ser o contato consigo mesma e, não obstante, o fortalecimento de si mesma por meio dos laços sociais. Nesse sentido, mesmo as atividades laborais, quando vinculadas a um sentido de vida, podem vir a gerar movimentos genuínos de troca proporcionados pelo erótico, o contato com a produção de subjetividades e o que toca de modo sensível a existência no mundo. De acordo com a autora:

Somente agora é que encontro mais e mais mulheres-identificadas-com-mulheres com bravura o bastante para arriscar compartilhar a carga elétrica do erótico sem dissimulação, e sem distorcer a natureza enormemente poderosa e criativa dessa troca. Reconhecer o poder do erótico em nossas vidas pode nos dar a energia necessária pra fazer mudanças genuínas em nosso mundo, mais que meramente (Lorde, 2020, p. 74).

É nesse cenário complexo onde coexistem forças de exploração e emancipação que Lorde (2020) coopera para analisar a vinculação multifacetada entre mulheres e trabalho. Apesar de ter o corpo inserido em um sistema projetado para favorecer o distanciamento de si, há possibilidades engendradas pelas mulheres que lançam o olhar para o próprio projeto de existência e encontros consigo mesmas.

2.2 LAÇOS ENTRE MATERNIDADE, EXPECTATIVAS SOCIAIS E DESEJOS.

A fim de demarcar as nuances que a maternidade e os processos relativos à vivência do corpo geram na subjetividade da mulher, é indispensável compreender alguns elementos históricos que intervêm na pretensão de docilizar e submeter os corpos. Zanello (2023) afirma que a maternidade, no ocidente, se constituiu como uma emboscada ou enganação. Para constatar isso, cabe observar o número de abandonos paternos crescentes e a sobrecarga das

mulheres perante os cuidados com filhos que, culturalmente, não é cobrado como uma responsabilidade masculina. Ser pai parece ser, de acordo com as afirmações da autora (2023), apenas engravidar uma mulher. Não há cobrança em grande escala ou responsabilização caso sua atuação paterna não for além desse papel. A criança só sobreviverá, dessa forma, devido aos esforços maternos, que, segundo Zanello (2023), demandam energia mental e física no decorrer do desenvolvimento das crianças.

A ideia de maternidade, de acordo com Zanello (2016), é algo constituído na mulher desde muito cedo. Essa construção difere da vivência masculina, que é aberta a enxergar a paternidade como opção; a maternidade é incutida na experiência da mulher como um destino inevitável. Ao reiterar o feminino em sua vida cotidiana e o papel que deve desempenhar na sociedade, estimula-se a mulher a reconhecer-se na tarefa inquestionável de ser mãe. A autora acrescenta que esse cuidar, socialmente aprendido, faz parte do que denomina “dispositivo materno” (p. 3), utilizado para ensinar as mulheres a doarem-se ao outro, priorizando os desejos de terceiros que a cercam. Desejos esses, inclusive, que incidem sobre seu corpo e suas maneiras de viver. Zanello (2023) reitera que, auge do se doar ao outro, a maternidade é retirada de sua dimensão complexa e passa a funcionar como prática que adoece a mulher ao fazê-la abdicar de si.

O “maternar” socialmente aprendido, como também destaca Zanello (2016), é visto como uma atividade idealizada, vivida de forma única, sem considerar as pluralidades existentes nos sujeitos, colocada no decorrer da experiência social da mulher como uma dádiva ou dom. Tal categorização visa naturalizar o ato de estar constantemente em função dos cuidados com familiares, com filhos ou com demais pessoas de seu convívio, exaltando a utilização de seus corpos e de sua força produtiva para servir ao outro como um destino natural. De acordo com Zanello (2016):

Ainda que uma mulher não tenha seus próprios filhos, ela é vista como naturalmente cuidadora (capaz de “maternar”), podendo e devendo empregar esse “dom” no cuidado de outras pessoas: dos pais, irmãos, sobrinhos, doentes da família etc. Além disso, esse “cuidado” se desdobra em uma naturalização dos cuidados domésticos, cabendo a elas, também, em grande parte, até hoje, os serviços de casa. Uma mulher que não priorize o cuidado com os outros (filhos, marido, família), geralmente é julgada como egoísta, fállica e outros termos que, no uso, adquirem um caráter pejorativo. (Zanello, 2016, p. 114).

Outra constatação é que a maternidade na sociedade patriarcal é solitária e exaure a mãe, que se encontra responsável por cumprir os papéis que lhe são impostos. Em diálogo com Zanello (2023), nota-se o quanto é inevitável o sentimento de culpa, exaustão e raiva advindos da negação da vivência de uma experiência materna autêntica, que conte não só com a compreensão da pluralidade que compõe qualquer vivência no mundo, mas também com a presença do outro. A autora (2023) pontua que a sobrecarga, em conjunto com as mudanças afetivas e fisiológicas vividas pela mulher durante a gestação, pode vir a gerar um ódio importante para favorecer a percepção de si, de seus limites e das novas fronteiras relativas a ser mãe. No entanto, tal sentimento não se enquadra no que é esperado de uma mulher, que idealmente representa a submissão, serenidade e cuidado incondicional. Ódio, segundo aponta Zanello (2023), é um afeto masculino. A autora afirma em entrevista:

No entanto, na socialização, aprendemos a suprimir esse ódio, que é uma emoção muito importante, mas malvista nas mulheres. Outra metáfora que eu uso: se você está cozinhando um ovo e encosta o dedo na frigideira, a dor te faz tirar a mão da panela. O ódio pode te ajudar a se libertar de várias situações de opressão, te ensina a não colocar o dedo na frigideira de novo. Vejo mulheres em relacionamentos abusivos que têm dificuldade de odiar o cara, por exemplo. Entrou com um pedido de medida

protetiva e pensa: "coitado!". Homem geralmente não sente pena de mulher porque eles odeiam com muita facilidade. (Entrevista concedida a Gisele Pimenta. Revista Darcy, 2023)

A ideia de Zanello (2023) acerca da sobrecarga geradora do sentimento de ódio dialoga com Goldman (2010), que mostra o quanto a maternidade está sob vigilância social. A possibilidade de escolhas e de tempo para experienciar os processos de produção de si e experimentação dos desejos acaba sendo ameaçadora a qualquer autoridade. Assim, a mulher é anexada nas instituições e tende a reproduzir os ideais do capitalismo, sem muito espaço para sentir os próprios desejos e mesmo questionar as normas vigentes. A autora assinala:

Os defensores da autoridade temem o advento da maternidade livre, com receio de que ela lhe subtraia as presas. Quem combateria nas guerras? Quem produziria as riquezas? Quem faria o papel do policial, do carcereiro, se a mulher se recusasse a reprodução indiscriminada de crianças? A raça, a raça! – grita o rei, o presidente, o capitalista, o padre. A raça deve ser preservada, mas a mulher degradada à mera máquina — e a instituição do casamento é nossa única válvula de segurança contra o pernicioso despertar sexual da mulher (Goldman, 2010, p. 134).

A partir do destacado, é possível compreender que a experiência da maternidade paira de forma constante sobre a relação da mulher com seu corpo. O diálogo entre Zanello (2023) e Goldman (2010) aponta que a vivência feminina se liga à objetificação e instrumentalização de seus afetos e o ato de “maternar” socialmente aprendido representa o ápice dessa experiência. Nota-se, em Goldman (2010), um importante elemento de análise dessa vivência: a ideia de despertar sexual (p. 134), que remete à sexualidade feminina abafada em suas relações, da restrição do copo da mulher à sua funcionalidade. A ideia de desejo sexual tornou-se historicamente secundária no casamento e nos demais relacionamentos e contemplou, primordialmente, as necessidades masculinas.

Com isso, a sexualidade que importava era aquela que contentasse o outro (Goldman, 2010). Sobre isso, Beauvoir (1970) chama a atenção para as diferenças com as quais meninos e meninas são ensinados a olhar para o próprio corpo. A autora (1970) afirma ser o menino socialmente educado com mais rigidez e, há pouco tempo, para o afeto. No entanto, desde o início da vida, sua sexualidade e fisiologia são destacados sobre um viés de virilidade e da heterossexualidade. Nesse sentido, o menino parece constituir um ideal de masculinidade relativo à potência sexual, presente desde o início da vida. Já a menina passa por um movimento diferente: seus cuidadores evitam ou não abordam o órgão genital, sua sexualidade se faz distante e pode-se experienciar vulnerabilidades a partir dessa distância. Beauvoir (1970) comenta:

A sorte da menina é muito diferente. Nem mães nem amas têm reverência e ternura por suas partes genitais; não chamam a atenção para esse órgão secreto de que só se vê o invólucro e não se deixa pegar; em certo sentido, a menina não tem sexo. Não sente essa ausência como uma falha; seu corpo é evidentemente uma plenitude para ela, mas ela se acha situada no mundo de um modo diferente do menino e um conjunto de fatores pode transformar a seus olhos a diferença em inferioridade. (Beauvoir, 1970, p. 45)

Enlaça-se o que é destacado por Beauvoir (1970) em relação ao desenvolvimento da sexualidade de meninos e meninas à noção de maternidade, que, segundo Goldman (2010), é um elemento estrutural da sociedade que afasta a mulher do “despertar sexual” (p. 134). Despertar este que compõe modos de vida ideais, inalcançáveis na formação da maternidade ocidental. A maternidade, em larga medida, consolida-se junto à repressão do corpo, por uma abstenção do desejo vista como uma obrigação colocada para a mulher que é mãe.

Por este viés, torna-se revolucionário, como destaca Goldman (2010), quando a mulher se aproxima de seu corpo e experimenta a sexualidade apesar dos olhares

institucionais. Vivenciar essa liberdade não necessariamente implica o ato sexual. Sob a perspectiva de Neves (2019), a sexualidade é multifacetada e envolve uma troca potente com o outro, que permite o sentir profundo das sensações e desejos que se revelam nessa relação. A aproximação com o próprio sentir, de acordo com Neves (2019), desperta desejos e necessidades insurgentes, que podem estar ou não ligados ao processo de tornar-se mãe.

A partir do que é destacado por Goldman (2010) a respeito da maternidade e o “despertar sexual” (p.134), a presença desse desejo aponta o sujeito ativo que existe na mulher que é mãe. Ao reconhecê-lo, a mulher tem a chance de sair da condição de máquina e se afastar do protocolo social. A sexualidade encontra espaço para se configurar como uma experiência de liberdade e lança a mulher para vivenciar em si mesma suas próprias urgências. Ainda para Goldman (2010), a mulher que assume as necessidades existentes em si mesma abre a possibilidade de vivenciar o desejo. No entanto, ser capaz de vivenciar os próprios afetos não a torna liberta dos julgamentos e sanções da sociedade. Bem como não significa um caminho de fácil acesso, visto ser a feminilidade ocidental uma construção sólida, que impõe um modo de vida socialmente instituído, impregnado na própria perspectiva da mulher sobre seu corpo. Goldman (2010) alerta:

Entretanto, se a mulher for grande e livre o bastante para conhecer o mistério do sexo sem a sanção do Estado ou a Igreja, ela será julgada como absolutamente imprópria para desposar um bom homem, sua bondade consistindo num cérebro vazio e num bolso cheio. Pode existir algo mais ultrajante que a ideia de uma mulher saudável, em plena idade, cheia de paixão e vida, dever negar as demandas da natureza, reprimir o seu mais intenso desejo, prejudicar a sua saúde, quebrantar o seu espírito, cegar a própria vista, abster-se de toda a glória e de toda profundidade da experiência do sexo, até que eis que lhe apareça um bom homem para tomá-la como legítima esposa? É precisamente isso que significa o casamento. Como poderia tal arranjo terminar senão

em fracasso? Estes são alguns fatores, não menos importantes, que diferenciam o casamento do amor (p. 143).

Em relação às alterações afetivas e fisiológicas vivenciadas na maternidade e os efeitos no processo de tornar-se mãe, é evidente que a maternidade passa pelo corpo da mulher e promove transformações significativas que, em larga medida, entram em conflito com os ideais impostos aos corpos femininos. Piccinnini et al. (2008) afirmam que a mulher que se torna mãe pode vir a sentir-se compelida a recuperar-se rapidamente das mudanças corporais advindas da gravidez, impondo-se novas restrições e cobranças.

Essa recuperação significa perder o peso ganho no processo, retomar o trabalho, reaver as tarefas cotidianas de cuidado com a família e o contexto doméstico. Com essa retomada vivida como urgente e necessária, não há tempo de experienciar as sensações causadas pelo evento recém vivenciado e o fazer-se mãe é inundado por expectativas e exigências externas. Segundo Bordo (1997), a mulher é atordoada pelas cobranças sociais, inclusive a preocupação em voltar ao seu estado de “feminidade” (p. 28), estado este envolvendo o ideal de corpo feminino que precisa, sob a perspectiva do ideal, ser atraente por não se deixar afetar pelo mundo, pela temporalidade ou processos que envolvem sua própria constituição biológica da maternagem. Wolf (2018) assinala que tais imposições estéticas causam estranhamento a respeito de processos naturais pelos quais a pele, cabelo ou demais composições fisiológicas passam e, conseqüentemente, moldam as percepções da mulher sobre seu corpo.

A maternidade, no contexto descrito por Wolf (2018), em que a mulher se ocupa de forma intensa das modificações corporais e da adequação aos ideais culturalmente impostos, parece impor, novamente, um funcionamento maquinado de sua própria fisiologia. Nota-se que o olhar de Wolf (2018) destaca uma dicotomia da experiência feminina: Por um lado, a mulher deve gerar e não será realmente feminina sem completar seu “destino biológico”

(Beauvoir, 1970, p. 57). Por outro, deve disciplinar-se para a adequação de seu corpo e de si, cumprir com a imposição de beleza e práticas que a tornam útil ao masculino.

Wolf (2018) destaca o que chama de “mito da beleza” (p.32) como uma ferramenta disciplinadora cruel, que impõe à mulher amarras no alcance da equidade financeira e política, limitando seu tempo a preocupações com a adequação de seu corpo e impondo gastos financeiros para tal. Elemento que, de acordo com Wolf (2018), é de interesse do sistema no qual o corpo feminino se encontra inserido. Dessa forma, crescem as indústrias das “dietas, que geram 33 bilhões de dólares por ano, a dos cosméticos, 20 bilhões de dólares, a da cirurgia plástica estética, 300 milhões de dólares, e a da pornografia, com seus 7 bilhões de dólares” (Wolf, 2018, p. 42).

A manutenção da beleza e da feminilidade torna-se mais uma maneira de reprimir o corpo da mulher, o que se agrava quando ela vive a maternidade e se coloca a exigência de retorno imediato à beleza e à jovialidade. Ela, ainda durante o processo de gravidez, precisa manter-se bela, nunca sentir a angústia que advém da maternidade e não questionar os elementos sociais sufocantes (Wolf, 2018).

Tal ideia de repressão torna conveniente observar o que retrata Bordo (1997) ao analisar a contemporaneidade e a inserção da mulher no meio público. A autora (1997) afirma, como Wolf (2018) também destacou em seus estudos, que as mulheres usam de tempo e recursos em demasiado na tentativa de adequar aspectos físicos. De acordo com Bordo:

Em comparação com qualquer outro período, nós, mulheres, estamos gastando muito mais tempo com o tratamento e a disciplina de nossos corpos, como demonstram inúmeros estudos. Numa época marcada pela reabertura do âmbito público às mulheres, a intensificação de tais regimes parece diversionista e desmobilizadora. Através da busca de um ideal de feminidade evanescente, homogeneizante, sempre em mutação — uma busca sem fim e sem descanso, que exige das mulheres que sigam

constantemente mudanças insignificantes e muitas vezes extravagantes da moda— os corpos femininos tornam-se o que Foucault chama de corpos dóceis. (Bordo, 1997, p. 31)

Bordo (1997) revela que o corpo habituado ao controle externo, em constante aperfeiçoamento por meio de normas reguladoras, da sujeição às dietas, das formas de vestuário e das maquiagens, encontra-se desorientado no espaço e no tempo, centrado unicamente no autoaperfeiçoamento. Nas suas palavras:

Por meio de disciplinas rigorosas e reguladoras sobre a dieta, a maquiagem, e o vestuário — princípios organizadores centrais do tempo e do espaço nos dias de muitas mulheres — somos convertidas em pessoas menos orientadas para o social e mais centradas na automodificação. Induzidas por essas disciplinas, continuamos a memorizar em nossos corpos o sentimento e a convicção de carência e insuficiência, a achar que nunca somos suficientemente boas. Nos casos extremos, as práticas da feminidade podem nos levar à absoluta desmoralização, à debilitação e à morte. (Bordo, 1997, p. 28)

Através do entendimento construído por Bordo (1997), é possível pensar a maternidade em relação com as necessidades e desejos da mulher como um elemento distorcido sistematicamente, gerador de culpa e insatisfação, evidenciador da sobrecarga feminina. No entanto, a partir da ideia da criação de possibilidades, pode-se cogitar a vivência dos processos de maternagem de outras perspectivas, compreendendo a pluralidade dessa experiência.

As estruturas milenares, mantenedoras dessa relação de abdicação de si por um outro, são vivenciadas de forma enraizada pela mulher, dificultando um olhar fora das expectativas sociais. A compreensão dessa constituição social através do compartilhamento de vivências pode vir a gerar um contato primário com caminhos antes silenciados. De fato, em análise

com Goldman (2010), o “despertar sexual” só poderia encontrar brechas de existência por meio do olhar para a própria interação com o mundo. Analisar a existência de um controle institucional sobre os corpos das mulheres tem o potencial de desnaturalizar condições impostas como um destino biológico. Compreendendo as possibilidades e impossibilidades de se agir frente à estrutura, entende-se também as afetações frente às demandas estruturais e os caminhos possíveis de existência e criação para além do imposto.

3 MULHERES NO BRASIL: DIMENSÃO POLÍTICA

A figura feminina na sociedade ocidental ganha forma através da perpetuação de elementos culturais que encaixam as mulheres em contextos diversos de maneira cerceadora, ora para adornar e cuidar do cenário privado, ora para servir como força de trabalho barata. As mulheres têm acesso à sociedade de forma distinta, de acordo com Priore (2020), mantendo um local de subserviência e sendo expostas a maior vigilância estrutural. Ao delinear as questões relacionadas à raça e classe, tais problemáticas se ampliam. Para a maior parte das mulheres brasileiras, que não pertencem à elite, o alcance de direitos permanece ainda mais dificultado.

Lançar o olhar sobre o percurso traçado pelas mulheres na história implica reconhecer a violência existente contra elas e o uso histórico dela enquanto ferramenta de controle político, fundamentando a maneira como as mulheres são percebidas socialmente. Simultaneamente, realizar esse resgate histórico nos leva a compreender as relações constituídas pelas mulheres sobre si mesmas e seu local na contemporaneidade. Assim, delinearemos uma análise sobre os elementos políticos e sociais que permeiam a experiência das mulheres brasileiras, compreendendo-as enquanto agentes diretas dos processos que rompem, por diversas vezes, com a estrutura produzida para cerceá-las.

Dessa forma, no primeiro tópico da presente seção, *história das políticas sociais voltadas para mulheres*, buscaremos tratar do alcance histórico de direitos para as mulheres, incluindo a constituição de políticas públicas voltadas ao enfrentamento de problemáticas sociais sofridas por essa população, e o imaginário social a respeito do feminino no decorrer da história. Compreenderemos a forma como a sociedade patriarcal se utiliza da imagem da mulher, dos papéis de gênero socialmente instituídos, para dificultar sua inserção igualitária na sociedade, submetendo-a a uma posição de fragilidade econômica, social, física e psíquica, segundo reflete Aguiar (2000).

No segundo tópico desta seção, O papel das mulheres na constituição de políticas públicas, compreenderemos o papel de movimentos sociais constituídos por mulheres no alcance desse olhar institucional. Pretendemos delinear o processo de estruturação de um *status* de cidadania para as mulheres e, ainda, as desigualdades e dificuldades impostas por outros marcadores sociais no alcance dessa posição. Destacaremos o exercício das mulheres como agentes em movimentos de mudança social no decorrer da história, bem como passaremos pela trajetória histórica de sua participação na mudança do imaginário brasileiro a respeito do feminino.

A partir do desenvolvimento desta seção, será possível expor o ingresso da mulher no meio público, sua inserção no trabalho e na política e as lutas e desigualdades que permanecem a acompanhá-las durante esse processo contínuo. Espera-se contribuir para uma análise dos elementos estruturais que constituem as políticas voltadas para mulheres. Dessa forma, também se almeja aprofundar o olhar sobre os movimentos constituídos por mulheres apesar da desfavorável posição social ocupada.

3.1. HISTÓRIA DAS POLÍTICAS SOCIAIS VOLTADAS PARA MULHERES

Diante da compreensão da mulher em sua dimensão plural e histórica, cabe entender agora as transformações sociais que decorreram de processos políticos longos e complexos, envolvendo um olhar direcionado às dinâmicas relacionais. Como é visto por Priore (2020), a análise passa pela história da política brasileira em que as mulheres foram tratadas de forma desigual. Tal situação abre possibilidades inexploradas, não para a solução de uma problemática estrutural, mas para a institucionalização de um diálogo, antes inexistente, abordando de frente a desigualdade de gênero como um efeito sistêmico.

Em conjunto com Telles (2020), pode-se afirmar que as tendências ideológicas de gênero que chegavam do ocidente europeu afetavam o mundo de formas diversas. As

mudanças econômicas e estruturais da Europa abrangiam o imperialismo que rompeu com as lógicas do funcionamento cotidiano da sociedade, exigindo novas configurações de valores e regras sociais. Como destacado pela autora, a cultura tem papel central nas mudanças que urgiram em meados do século XIX. Telles (2020) mostra que, durante os longos anos de dominação europeia, estava bem demarcado o eurocentrismo branco, masculino, letrado e cristão, imposto às comunidades ao redor do mundo, unificando as suas narrativas e banindo a expressão de formas de existências diversas. Nesse aspecto, em relação às demarcações de gênero, mecanismos violentos de apropriação e erradicação dos povos originários foram impostos para retirar compreensões distintas do papel hegemônico desempenhado pelo masculino e feminino. Tendo em vista que a estruturação do patriarcado, como destaca Beauvoir (1970), depende da exploração da mulher por sua biologia, a existência de sociedades, suas culturas e relações, passou a ser gravemente ameaçada.

Em relação ao papel desempenhado pelas mulheres para a manutenção dessa estrutura, Priore (1993) destaca a feminilidade aprendida segundo a cultura europeia como ferramenta fundamental para o cenário de dominação. O controle dos corpos das mulheres tornava-se essencial para o desempenho de funções sociais mantenedoras da hegemonia existente, controle este executado tanto pela Igreja Católica quanto pelo exercício da medicina na lógica patriarcal. Nesse sentido, a vivência da mulher é marcada pelas ideias morais do cristianismo a respeito do feminino, justificada por práticas médicas que destacavam um ideal de natureza feminina ligada à fragilidade e à reprodução. Cabe destacar que, para as mulheres negras e indígenas, tal cenário era agravado ainda por violências que partiam da escravização e colonização, retirando-as de sua condição humana. Diante disso, no contexto brasileiro, o destaque para a execução dos papéis destinados ao masculino e ao feminino significava importante reforço das desigualdades já impostas pela colonização. As lógicas advindas da elite e disseminadas entre a população apontavam para uma estruturada relação de poder entre

os sexos, reforçada por condutas e símbolos impostos pela cultura hegemônica. Nesse contexto, o regime colonial se reforçava por meio das estruturas sociais marcadas por misoginia e racismo, impondo controle e desumanização aos corpos das mulheres. De acordo com Priore (1993):

É importante destacar que parte do contingente feminino, a quem tanto o Estado quanto a Igreja ultramarina se dirigiram, recomendando que se casasse e constituísse famílias, chegava aos homens pelo caminho da exploração ou da escravização, acentuando, assim, nas suas desigualdades, as relações de gênero. Tais diferenças foram importantes na constituição dos papéis femininos e serviram para a fabricação de estereótipos bastante utilizados pela sociedade colonial e mais tarde incorporados pela historiografia. (Priore, 1993, p. 25)

Compreende-se também a partir de Telles (2020) que a imposição europeia se caracterizou por um movimento inverso, provocando diversas resistências e desafios à sua manutenção. Partindo do enfraquecimento inevitável do domínio hegemônico europeu, as formas culturais que coexistiram com essa hegemonia também se deparam com mudanças, lidando diretamente com contraposições e revoltas advindas de diferentes segmentos sociais. Em suas palavras:

Como nenhuma visão de mundo ou sistema social tem total hegemonia sobre seu domínio, assim também as formas culturais que coexistiram ou apoiaram o empreendimento imperial não a tiveram, discussões e contraposições estiveram sempre presentes, tanto nas metrópoles quanto no ultramar. É preciso ressaltar o papel fundamental desempenhado pelos produtos culturais, em particular o romance, na cristalização da sociedade moderna. Escrita e saber estiveram em geral ligados ao poder e funcionaram como forma de dominação ao descreverem modos de

socialização, papéis sociais e até sentimentos esperados em determinadas situações (Telles, 2020, p. 414).

Coelho e Baptista (2018) reforçam essa análise ao assinalar que, no Brasil, até o fim do período imperial, a vida no campo predominou e, portanto, os aspectos sociais próprios da vida moderna urbana chegaram a partir do século XIX, trazendo consigo a necessidade de inovar as relações já estabelecidas na colônia. Por este aspecto, a chegada de novos debates sobre a organização social e laboral de mulheres promoveu transformações sociais consideráveis. A partir disso, textos femininos que debatiam o local da feminilidade na sociedade brasileira passaram a ser publicados com mais frequência. De acordo com Coelho e Baptista (2018):

No final do século XIX surgiram algumas publicações femininas que expressavam os embates da época a respeito do papel feminino. A primeira delas, 'O Jornal das Senhoras', teve sua primeira edição publicada em primeiro de janeiro de 1852. Este jornal questionava o tratamento conferido às mulheres pelos maridos, defendendo que fossem mais valorizadas – o que, à época, significava um reconhecimento dos aspectos emocionais e espirituais da mulher, nos papéis de mãe e esposa, o que de fato ocorreria mais tarde (Coelho & Baptista, 2018, p. 4).

As autoras (2018) ainda destacam que, a partir de 1860, a atividade filantrópica representou uma oportunidade para as mulheres de classes mais altas da sociedade assumirem um outro significado para sua existência, antes completamente refugiadas no meio doméstico. Coelho e Baptista (2018) consideram que tal movimentação advinda de mulheres brancas e de classe social elevada não considerava necessariamente a atividade filantrópica como algo revolucionário no pensar dos papéis de gênero. Na realidade, a inserção em atividades ligadas à caridade surgiu como uma forma de alocação da mulher em alguma instância do meio público, mas que seguia na manutenção de *status*, na escravização de outras mulheres no

cuidado com os filhos e nos deveres domésticos. Em suas palavras, a filantropia “suruiu como uma oportunidade para as mulheres de classe elevada se afastarem do tédio de uma existência limitada, sobretudo considerando que grande parte do trabalho doméstico, incluindo os relativos aos filhos, era realizada pelos escravos” (Coelho & Baptista, 2018, p. 5).

Nesse sentido, como descrito pelas autoras (2018), quando o movimento abolicionista passou a ser assumido por parte da alta sociedade, a participação política de mulheres já inseridas em trabalhos filantrópicos passou a ser usual. No entanto, tal ação se resumia ao levantamento de recursos relacionados à filantropia e não à reflexão crítica e identificação com a causa, ou mesmo a participação em debates e conselhos que tinham como objetivo apoiar o abolicionismo. A fim de discutir as temáticas relativas à configuração social vigente, como a subordinação feminina, as mulheres não tomavam espaços em locais oficiais. Ao invés disso, Coelho e Baptista (2018) destacam atividades como venda de flores, apresentações em concertos e distribuição de doces e folhetos em portas de cemitério ou igrejas, reforçando a imagem feminina previamente constituída de nobreza e autos-sacrifício.

Esse ideal de mulher, como destaca Priore (2020), ressoava com a acumulação de riquezas da elite do Rio de Janeiro, cidade na qual se estabelecia a Corte, ganhando uma configuração de modismo tão presente nas famílias burguesas. A mulher ocupante das grandes residências, que anunciavam os modelos de civilidade da Europa, passou a dedicar-se exclusivamente aos cuidados com a infância. Como destacado pela autora (2020):

Entre os móveis e cortinas, no andar superior do sobrado, deveria caminhar uma mulher especial, cujas imagens os jornais delineavam. As ascendentes dessas mulheres tinham participado diretamente da acumulação da riqueza da família que agora, na ostentação, exigia sua reclusão no andar superior. Essas mulheres passaram a ser responsáveis pelo cuidado dos filhos, afinando-se com as tendências “civilizadas” de maior cuidado com a infância (Priore, 2020, p. 285).

Em diálogo com Priore (2020), as mudanças relativas à organização socioeconômica exigiram nova delimitação dos papéis sexuais exercidos, devido ao crescimento constante do comércio. As mulheres que antes tinham papel exclusivamente doméstico tornam-se presenças constantes nas vendas, casas comerciais e engenhos. A privação ou não da mulher ao meio doméstico tornou-se, então, uma demarcação de classe. Priore (2020) explicita o papel dos jornais e das produções literárias na determinação de comportamentos e modelos ideais de feminilidade que condiziam com as mudanças estruturais nas relações urbanas. Destacando os valores de uma mulher civilizada, que se identifica com a manutenção da felicidade familiar, Priore (2020) aponta:

Em desterro, o crescimento do comércio determinou uma nova distribuição de funções e delimitação de espaços e papéis sexuais. Nas antigas vendas, nas pequenas casas comerciais, as mulheres eram uma presença constante, atendendo à freguesia, auxiliadas ou não pelos maridos. Já nas grandes casas comerciais e nas atividades de transporte marítimo de grande monta, a presença feminina tornou-se rara, embora na agricultura, nos engenhos e na farinha de mandioca, na limpeza e secagem dos peixes, as mulheres permanecessem ativas. O isolamento feminino nas atividades esposa e mãe tornou-se forma de distinção para uma classe urbana abastada e, também, para funcionários públicos, pequenos comerciantes e proprietários urbanos, estes últimos desejando a ascensão social (Priore, 2020, p. 286).

Em conjunto com as produções jornalísticas, na década de 1870 foram fundados outros jornais femininos, que se diferenciavam das primeiras publicações ao ressaltarem novas possibilidades de atuação da mulher. Coelho e Baptista (2018) apontam que os textos destacavam a relevância da educação feminina e seus benefícios sociais. Tornaram-se mais comuns editoras publicando textos que defendiam a educação para mulheres equivalente à dos homens, explicitando o argumento que relacionava o conhecimento adquirido a um

desempenho mais eficiente nas funções domésticas e no cuidado materno. Coelho e Baptista (2018) destacam que esses veículos de comunicação:

Ressaltavam a relevância da educação das mulheres, não apenas em seu benefício, mas principalmente voltada para o bem comum. Algumas editoras, como Da. Violante, do jornal ‘O Domingo’, defendiam educação para as mulheres equivalente à dos homens, para que se tornassem boas esposas e mães. Já a editora de ‘O Sexo Feminino’, Da. Francisca defendia que a atividade de professora primária fosse atribuída às mulheres, como extensão das ‘funções maternais e de nutrição’ (Coelho & Baptista, 2018, p. 5).

Em diálogo com o exposto pelas autoras (2018), pode-se notar que foi a partir de 1910, com a fundação do Partido Republicano Feminino, que houve a pretensão de mobilizar e levantar debates sobre os direitos políticos das mulheres perante a sociedade, diferente de outros partidos políticos, que tinham como objetivo eleger seus filiados. Foram organizados eventos por essas mulheres que ainda não podiam ser eleitas, mas que mobilizavam número considerável de outras mulheres. Priore (2020) destaca o imaginário social das décadas de 1920 e 1930 relativo à participação política feminina, caracterizado, principalmente, por eugenismos e racismos. Almeida e Machado (2021) também destacam o caráter desigual nas lutas pela conquista da participação feminina na política. A inclusão da mulher negra e indígena no meio público dificultou-se de forma ainda mais intensa e os partidos políticos criados pelas próprias mulheres, em sua maioria, declaravam os interesses das classes mais altas. As publicações em jornais que chamavam a atenção para o papel feminino no fazer político ainda se voltavam ao ideal de mulher descrito por Priore (2020): a mulher ocupante das casas luxuosas próximas às capitais econômicas. Almeida e Machado (2021) destacam:

Nota-se, então, que a conquista de direitos políticos por mulheres brancas não necessariamente foi revertida em prol das mulheres como um todo, porque, muitas

vezes, seus pleitos estavam relacionados à defesa de interesses que eram mais próprios das mulheres brancas (Almeida & Machado, 2021, p. 403).

Cabe destacar, a partir disso, a formação de uma liga de mulheres que não compactuavam com as possibilidades limitadas do feminino naquele momento, sendo que ela começou a ser fomentada em 1918 (Almeida & Machado, 2021). Ainda segundo as autoras, apenas em 1935 a primeira mulher negra conquistou local político como deputada, no Estado de Santa Catarina, e, um pouco antes, em 1931, formou-se a Frente Negra Brasileira, com ampla participação feminina em sua composição. Nota-se, assim, a necessidade da organização de movimentos afro-americanos na ampliação da luta por direitos políticos para mulheres.

É a partir dessas movimentações que, em 1922, foi criada a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, como destaca Rago (2016), defendendo principalmente a pauta do sufrágio feminino. Rago (2016) também aborda, neste mesmo período, a participação de mulheres em movimentos operários e de trabalhadores. No entanto, a posição feminina nesse contexto, de acordo com a autora (2016), ainda permanecia com contornos de submissão, visto que não chegavam à posição de líderes. Ademais, os movimentos operários, como explicita a autora, viam a mulher como fragilizada para um contexto de luta política, necessitando sempre da proteção masculina. Ainda assim, a participação das mulheres nessas organizações públicas abriu um novo leque de possibilidade para o fazer feminino, ao mesmo tempo que ameaçava a hegemonia masculina vigente.

Foi através da Federação Brasileira para o Progresso Feminino que, em 1934, o voto feminino foi considerado válido. Como aborda Coelho e Baptista (2018), a partir do governo Vargas, observou-se o movimento legislativo a fim de alcançar a participação civil feminina nas eleições. Foi em 1931 que houve a abertura para as reivindicações femininas em um código eleitoral provisório. Apenas as mulheres casadas, que contavam com a permissão dos

maridos, e viúvas com renda própria, tinham, por meio dessa legislação, seu direito ao voto garantido. Isso, como as autoras (2018) destacam, gerou protestos por parte da Federação, que se uniu à Aliança Cívica brasileira a fim de retirar o caráter restrito do código eleitoral antes que ele fosse aprovado, o que surtiu efeito. Nas palavras de Coelho e Baptista:

Em 1922 organizou a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (F.B.P.F), filiada à International Woman Suffrage Aliance (citado por Avelar, 2002, p. 45). Defendia os direitos políticos das mulheres e prioritariamente o sufrágio feminino. Embora o estatuto da F.B.P.F. previsse a defesa de outros aspectos, o centro de sua luta foi o voto feminino, como reconhecimento dos direitos políticos e cidadania das mulheres (...). Além de Bertha, a maioria das mulheres da Federação pertencia a uma elite intelectual e econômica, muitas vezes também profissional, o que lhes permitia bom trânsito entre a elite política (Coelho & Baptista, 2018, p. 89).

O processo de inserção das mulheres nas decisões políticas destacado por Coelho e Baptista (2018) aparenta, quando visto sob o olhar da legislação, um movimento cujas dificuldades se encontram apenas no campo ideológico e burocrático. No entanto, como destacado por Priore (2020), o longo processo é caracterizado por violências, já que, especialmente naquele momento histórico de conflitos políticos, a postura das classes dominantes era de repressão. A autora (2020) aponta, então, a coerção imposta pela elite brasileira, que atingia principalmente as mulheres mais pobres, já fragilizadas de formas diversas, haja vista a violência estrutural que impunha de forma brutal as condições de desigualdade, seja por classe, etnia ou gênero. Como explicita Priore (2020):

A análise do caráter multiforme da violência que incidia sobre as mulheres pobres e das respostas por ela encontradas para fazer face às mazelas do sistema ou dos agentes de sua opressão é fundamental. Cabe considerar não só a violência estrutural que incidia sobre as mulheres, mas também aquelas formas específicas decorrentes de sua

condição de gênero; esses aspectos se cruzam na maioria das situações (Priore, 2020, p. 282).

Ainda que o marco relativo à conquista do direito ao voto tenha sido de importância para a inserção das mulheres na política brasileira, apenas este fato não solucionou a marginalização feminina do contexto público. Em análise com Almeida e Machado (2021), tais movimentações para a inclusão do voto feminino igualitário não atingiram uma classe específica de mulheres, como também não modificaram as práticas misóginas que estruturam a sociedade, apesar das discussões que permearam tal mudança política terem surtido efeitos consideráveis naquele contexto social.

De fato, com Soihet (2002), compreende-se que, por um longo período, apenas eram destacados, na mídia ou na história brasileira, processos políticos das classes dominantes e personagens masculinos que protagonizavam o cenário da legislação brasileira. A autora aponta o ano de 1960 como marco para a inserção política de figuras até então subalternas, como camponeses, mulheres e ex-escravizadas, enquanto sujeitos atuantes da história. Segundo Soihet (2002):

Durante longo tempo, somente os feitos dos heróis e as grandes decisões políticas eram considerados dignos de interesse para a história. A partir de 1960, juntamente com outros subalternos como os camponeses, os escravos e as pessoas comuns, as mulheres foram alçadas à condição de objeto e sujeito da história (Soihet, 2002, p. 364)

A autora (2002) ainda aborda as dificuldades para encontrar fontes materiais documentais que visam reconstituir a atuação das mulheres na história, inclusive nas decisões de cunho político. Destaca ainda a inexistência de registros organizados, situação que tende a tornar-se ainda mais agravada no tocante às mulheres pobres e analfabetas. No entanto, Soihet (2002) afirma ser a documentação policial e judiciária material relevante para conhecer a participação feminina e de classes populares no processo histórico. Tal fato revelado pela

autora (2002) leva à compreensão dos esforços reprimidos e dos conflitos criados a partir das lutas e estratégias de saída da marginalidade arquitetadas por esses grupos.

Soihet (2002) dialoga com Priore (2020) ao afirmar a constante coerção policial e moral sofrida pelas mulheres de classes mais baixas ou que tentavam se inserir politicamente na vida em sociedade. De fato, o processo relativo à modernização das grandes cidades brasileiras, como o Rio de Janeiro, prejudicou de forma considerável o cotidiano da maior parte das mulheres, dificultando suas fontes de renda e a estabilidade de suas moradias. Isso porque foram se desapropriando e destruindo os cortiços e as construções comerciais marginais que dificultavam o aspecto considerado moderno e higienizado das grandes metrópoles. Soihet (2002) assinala que os esforços para modernizar e civilizar as cidades brasileiras, agradando as elites e os estrangeiros, culminaram na exacerbação de preconceitos já existentes sobre a população mais pobre e moradora das periferias. Em diálogo com a autora, nota-se a tendência ao retorno da imagem da mulher de valor, preterida pela elite: casta, recatada e passiva, não possuindo vínculos políticos ou atuando de forma ativa nos processos de conquista de direitos. A repressão policial às mulheres com perfil mais populares dificultou ainda mais sua entrada na política brasileira.

A trajetória de inserção de mulheres no meio político, como mencionado nesta seção, foi um processo longo que contrariou os valores hegemônicos do poder vigente. A saída da marginalização do espaço privado do lar, do trabalho intenso e das periferias, distribuído de forma desigual, para a participação pública feminina colocou em xeque as estruturas sociais, impondo a necessidade de sua reformulação. Apesar de o voto e a participação na vida pública representarem passos importantes na história do nosso país, ainda se esboçava um longo caminho a ser percorrido para que as mulheres conquistassem a participação na elaboração e implementação de políticas públicas voltadas especificamente para atender suas demandas, como veremos na sequência.

3.2. O PAPEL DAS MULHERES NA CONSTITUIÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Para a compreensão dos laços entre a participação das mulheres na política e a criação de políticas públicas, cabe delimitar o debate a respeito deste último termo. Em diálogo com Brasil e Capella (2015), o conceito de políticas públicas, em sua acepção clássica, diz respeito à participação central do Estado na produção de medidas que visam suprir as necessidades apresentadas por uma população. Brasil e Capella (2015) analisam também que as definições literárias do conceito possuem caráter estrutural, voltando-se, nesse aspecto, a procedimentos de identificação de problemas seguido por objetivos e estratégias de atuação para sua superação, definindo um curso de ação específico. Destaca-se, também, como parte relevante da definição de ações, o processo decisório político, advindo das instâncias governamentais e envolvendo uma rede de atores e instituições.

A partir desta definição, compreende-se que o Estado, através dos processos envolvendo a construção de políticas sociais, pode vir a propiciar a abertura de possibilidades para dialogar, enfrentar e, em larga medida, solucionar questões de difícil trato no campo social. Entende-se, por conseguinte, que tais movimentos vindos da estância governamental são produzidos pela identificação e problematização constantes de necessidades emergentes, reiteradas por movimentações populares e organizações sociais que, de acordo com os autores, reforçam a pressão necessária sobre os órgãos públicos na busca por alternativas que promovam transformações sociais.

Em relação à participação popular na decisão acerca das estratégias de enfrentamento de problemas sociais, podem-se destacar os processos políticos pelos quais passou o Brasil na década de 1960 até a redemocratização. Conforme se encontra em Farah (2004), os processos de reforma política ocorreram com a participação de diversos atores a partir de 1970, enfatizando “a democratização de processos decisórios e dos resultados das políticas públicas” (p. 6), ampliando a possibilidade de atores participantes na constituição das medidas

políticas. Tal movimento inclui diferentes setores da população, que seriam ao mesmo tempo agentes e alvos dessa construção. Segundo aponta Farah (2004):

Tratava-se, nesse primeiro momento, de implementar mudanças não apenas no regime político mas também no nível do Estado em ação, de forma a superar características críticas do padrão de intervenção estatal característico do período anterior, entre as quais se destacam: a) centralização decisória e financeira na esfera federal; b) fragmentação institucional; c) gestão das políticas sociais a partir de uma lógica financeira levando à segmentação do atendimento e à exclusão de amplos contingentes da população do acesso aos serviços públicos; d) atuação setorial; e) penetração da estrutura estatal por interesses privados; f) condução das políticas públicas segundo lógicas clientelistas; g) padrão verticalizado de tomada de decisões e de gestão e burocratização de procedimentos; h) exclusão da sociedade civil dos processos decisórios; i) opacidade e impermeabilidade das políticas e das agências estatais ao cidadão e ao usuário; h) ausência de controle social e de avaliação. (p. 14)

A participação de movimentos populares durante e após o processo de redemocratização brasileira tornou-se um elemento de relevância política no levantamento de demandas para a criação de novas possibilidades de atuação governamental. Em relação aos temas ligados à desigualdade de gênero, enquanto uma demanda emergente na vida urbana, o feminismo naquele momento apresentou-se, conforme descreve Farah (2004), como um movimento relevante que divergia da participação feminina em outros movimentos sociais, como na luta dos trabalhadores. Nessa análise, o feminismo demanda como necessidade central a superação da desigualdade de gênero. Em sua análise, a autora afirma:

Nessa discriminação de temas ligados à problemática da mulher, houve uma convergência com o movimento feminista. O feminismo, diferentemente dos ‘movimentos sociais com participação de mulheres’, tinha como objetivo central a

transformação da situação da mulher na sociedade, de forma a superar a desigualdade presente nas relações entre homens e mulheres. O movimento feminista – assim como a discriminação nos movimentos sociais urbanos de temas específicos à vivência das mulheres – contribuiu para a inclusão da questão de gênero na agenda pública, como uma das desigualdades a serem superadas por um regime democrático. (Farah, 2004, p. 8)

Em interlocução com Farah (2004), Souto e Moreira (2021) também destacam que, no Brasil, os diversos eventos e movimentos sociais organizados por mulheres entre as décadas de 1970 e 1990 tiveram influência considerável dos movimentos de redemocratização, incluindo a participação das mulheres na luta pelo fim da ditadura militar em comitês femininos e organizações não governamentais feministas. Além disso, nesse período vê-se não só a luta pela inserção das mulheres no planejamento de políticas públicas e a criação de mecanismos institucionais de aplicação, como delegacias especializadas, mas também se nota a luta pela criação de programas de assistência relativos à saúde integral da mulher e a participação feminina nos movimentos por saneamento básico. As autoras salientam os anos de 1970 como decisivos para a luta pelos direitos das mulheres, destacando o modo de operar adotado naquele momento pelo movimento feminista brasileira: o pessoal é político. Em suas palavras:

A década de 1970 no Brasil foi o ponto de partida para a formulação de questões essenciais no campo das transformações culturais e políticas no âmbito dos direitos das mulheres. *Slogans* como: ‘nosso corpo nos pertence’ e o ‘pessoal é político’ passaram a ser insígnias que legitimaram as reivindicações das mulheres, traduzindo-se no Brasil, ao longo dos anos seguintes, em transformações no âmbito das leis e das políticas públicas (Souto & Moreira, 2021, p. 836).

Pela perspectiva de Souto e Moreira (2021), o levantamento da desigualdade de gênero enquanto uma problemática social a ser contemplada pela produção de políticas públicas é produto da trajetória dos movimentos de ativismo, feministas, internacionais e nacionais, cujos debates e estratégias de luta social tornaram-se ferramentas fundamentais à constituição de políticas e aberturas para mudanças nas vias estruturais. A participação desses movimentos em conferências de direitos propiciava a manutenção de diálogo com a gestão das políticas públicas.

Percebe-se, ainda, que é nesse cenário emancipatório constituído pelo avanço dos movimentos sociais que se abriram caminhos para a criação dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM), em 2004. Tal iniciativa instituiu grupos de trabalho que envolveram em sua constituição agentes públicos de diversas áreas do conhecimento, visando sanar urgências que afetam de forma profunda a participação plena das mulheres na sociedade. Por meio do diálogo de movimentos feministas organizados com governos populares, Pacheco e Dias (2023) também evidenciam a institucionalização de políticas públicas voltadas à mulher no início do século XXI por meio dos trabalhos desenvolvidos nas Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres (CNPMS) e nos Conselhos Municipais de Direitos das Mulheres. As autoras ressaltam que tais ações:

Operaram-se avanços nos direitos para as mulheres por meio de constante luta e pressão dos movimentos feministas organizados e diálogo com os governos populares. Políticas públicas para as mulheres foram instituídas na primeira década do século XXI em nosso país com a criação de dois Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, em 2004 e 2008, que foram marcos em nossa história recente. Oriundos das CNPM, os Conselhos Municipais de Direitos das Mulheres (COMDIM) são os órgãos de vinculação municipal que visam garantir a efetivação de políticas sociais específicas (Pacheco & Dias, 2021, p. 12).

A partir do destacado pelas autoras, passa-se, por meio desses movimentos, a ampliar o olhar sobre problemáticas normalizadas e estruturadas no interior dos núcleos familiares e no cotidiano social e abrem-se caminhos para compreender a existência da mulher para além do olhar masculino que subjuga. Ações relativas à criação dessas intervenções indicam o reconhecimento da violência sofrida historicamente por esse grupo social. Como destaca Vigano e Laffin (2019), essa vivência impõe-se de forma estrutural, sendo naturalizada pela cultura. A violência contra a mulher na sociedade brasileira, em diálogo com as autoras, foi compreendida como elemento social: a mulher vê-se novamente retirada de sua condição de humanidade e vê-se devendo servidão e obediência. Seguindo o que destacam as autoras (2019), a violência, no decorrer da história, era compreendida como um elemento disciplinador, destinado à mulher que se desviasse de seus deveres previamente impostos ou utilizado para lembrá-la de sua suposta condição de inferioridade. A criação de políticas voltadas a compreender essa violência significa retirar esse elemento do campo da naturalidade.

Considerando o exposto por Pacheco e Dias (2021), compreende-se a normatização do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher como um importante marco simbólico e interventivo para o repensar das políticas públicas voltadas à mulher. Rompe-se, por meio do programa, com a noção conservadora de mulher enquanto reprodutora e mãe, ampliando o olhar para sua integralidade enquanto cidadã. Há, nesse sentido, um rompimento significativo com termos e práticas ligadas ao controle reprodutivo sobre os corpos das mulheres e passa-se a atuar para a autonomia e segurança da mulher. Na perspectiva de Souto e Moreira (2021), a construção da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher foi responsável por abrir uma possibilidade de prática profissional que não considerasse a mulher apenas enquanto potencial mãe, mas na multiplicidade de ações sociais por elas realizadas. Tal política destacou a mulher e a compreensão de sua saúde com elementos emancipadores,

colocando-as enquanto cidadãs, diversas em suas necessidades e demandas. Como demonstram as autoras:

Os primeiros passos institucionais dessa trajetória de quatro décadas começaram, simbolicamente, em 1983, com a normatização do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), que rompe com o termo ‘materno-infantil’ - até então orientador das ações de saúde da mulher - e passa a usar o termo ‘integralidade’. Institucionalmente, modificou-se também a estrutura do Ministério da Saúde, em que a ‘área técnica materno-infantil’ tornou-se ‘área técnica de saúde da mulher’. O PAISM significou também um rompimento com uma abordagem controlista, que culpabilizava os corpos grávidos das mulheres pobres. Em resposta, o programa passou a trabalhar os direitos reprodutivos, o direito à concepção e à contracepção com assistência, segurança e autonomia, como decisão da mulher sobre quando, como e quantos filhos deseja ou não ter (Souto & Moreira, 2021, p. 833).

A construção de um programa de atenção às mulheres que rompe com as noções utilitaristas do corpo feminino envolveu uma trajetória de constante diálogo e movimentação política, resultado de um momento histórico no qual houve o aumento significativo de sua presença em espaços públicos. Carvalhaes e Mansano (2016) especificam que o aumento de mulheres tanto no mercado de trabalho como em praças públicas, bares e ruas ocorreu juntamente com transformações relevantes a respeito da compreensão do papel social feminino no Brasil. Por este aspecto, a preocupação relativa ao planejamento familiar, por exemplo, destacou novos paradigmas para a visão social a respeito da maternidade. Antes vista como inevitável e compulsório propósito para a mulher, o nascimento de filhos passou a ser melhor delimitado por meio de novas possibilidades de prevenção à concepção, como a pílula anticoncepcional. Esse momento de inovação social e tecnológica serviu de estratégia para o levante de debates e, como discutem as autoras, significou um passo para a saída do papel de

submissão no qual se encontrava a mulher, tanto em relação aos serviços ofertados na época quanto às próprias relações sociais estabelecidas.

A presença constante desses debates, que alcançam diversas instituições, tornou-se possível devido às movimentações civis que atuam como líderes na criação das políticas públicas voltadas à mulher. O reconhecimento da desigualdade de gênero e da violência enfrentadas pela mulher em diversos cenários da sociedade brasileira passou a representar uma questão de ordem social e política, uma problemática estrutural que transcende do contexto da vida privada, estendendo-se à vida pública, especialmente por meio dos movimentos feministas. Esses eventos potencializam a formação do Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), que ocorreu próximo à Constituição de 1988. A criação do Conselho visou ao planejamento de estratégias para reduzir a violência e a discriminação baseadas em gênero e, ainda, garantiu a participação da mulher em atividades políticas, financeiras e culturais.

A elaboração dos Planos Nacionais de Enfrentamento a Violência contra a Mulher demonstra importante construção coletiva das mulheres participantes e constituem marcadores históricos na defesa dos direitos da mulher enquanto agente atuante no meio público. Como descrito por Carvalhaes e Mansano (2016), medidas estatais e municipais advindas do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e, posteriormente, a criação das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência, dos Abrigos e dos Centros de Atendimento Especializado, tornaram-se viáveis a partir dos anos 1980.

Apesar das novas políticas e aberturas institucionais advindas da democratização do Estado brasileiro, cabe reconhecer a contradição apontada por Georges e Santos (2016) no empreendimento das políticas sociais. Assim, as autoras apontam o papel de importância inquestionável das reivindicações populares na constituição dessas políticas públicas. Por outro ângulo, reconhecem as marcas estruturais tradicionais presentes na constituição das

medidas governamentais. Analisam a existência de um funcionamento neoliberal capitalista que visa frequentemente à diminuição de investimentos sociais e a manutenção da desigualdade econômica. As autoras destacam:

Independentemente de orientação política e partidária, parece desenhar-se uma conformação desse setor como um mercado onde se trocam “mercadorias políticas” (MISSE, 1997), isto é, onde a pobreza vira negócio e adquire um valor de troca (na maioria dos casos, em troca de influência da base eleitoreira). As entidades inserem-se nesse mercado da pobreza para ter acesso aos convênios com a prefeitura (através dos editais públicos), mas igualmente para obter o apoio de uma grande diversidade de atores (Georges & Santos, 2016, p. 189-190).

Além da interferência capitalista nas decisões políticas, Georges e Santos (2016) também apontam para a estruturação das políticas públicas para mulheres voltadas a uma visão tradicional de papéis de gênero. Os benefícios direcionados às mulheres em políticas sociais ligadas principalmente a um Estado conservador são planejados especialmente para aquelas que seguem os modelos tradicionalistas de família, heteronormativo e baseado nos papéis de gênero. Georges e Santos (2016) discorrem ainda que mulheres desviantes do comportamento feminino esperado se tornam objetos de correção moral das instituições. As autoras consideram, a partir do exposto, que o papel central feminino nas políticas públicas, no contexto de um governo autoritário e conservador, não significa possibilidades e locais de autonomia que diferem da cultura patriarcal, mas sim centraliza os papéis tradicionais de gênero.

Reconhecendo a problemática destacada e analisando a forma como se estabelecem as políticas sociais voltadas à mulher no Brasil atualmente, pode-se retornar ao diálogo com Farah (2024), que reconhece o combate à violência contra a mulher como foco dos movimentos feministas e organizações governamentais a partir da primeira década do século

XXI. Tal combate propõe uma abordagem integral para a problemática recorrente da violência de gênero, incluindo, segundo a autora, atendimento emergencial e uma prática emancipadora. Como destacado por Farah (2004):

As iniciativas na área do combate à violência contra a mulher refletem a agenda atual dos movimentos e organizações de mulheres e de movimentos feministas, que tem no combate à violência uma de suas prioridades, propondo, por outro lado, a adoção de uma abordagem integral. Tal abordagem - marca dos programas analisados - inclui o atendimento emergencial e uma perspectiva emancipadora. (p.6)

Em relação ao que foi destacado por Farah (2004), percebe-se que as organizações responsáveis pela efetuação das políticas públicas para mulheres, como os Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher, constituem-se com estratégias específicas para atingir as demandas solicitadas pela sociedade e pelo Estado. No entanto, ao averiguar os dados levantados por Pacheco e Dias (2023), nota-se que os planos municipais que formulam a atuação das políticas não se mantêm atualizados em parte significativa dos municípios analisados pelas autoras.

Destaca-se que as conferências municipais, responsáveis pela discussão integralizada dos planos não ocorrem com a frequência esperada, fator que, como explicitam Pacheco e Dias (2023), afeta de forma direta a implementação das políticas municipais voltadas à mulher, já que não se tem conhecimento sobre as especificidades, demandas e perfil dos sujeitos alvos das ações planejadas.

Em consonância com esse quadro marcado por dificuldades e limitações, Pacheco e Dias (2023) apontam que, atualmente, os serviços institucionalizados de assistência a mulher vêm sofrendo um crescente processo de sucateamento. Essa situação instala-se, principalmente, após um longo processo de crise política no Brasil, bem como decorre do período de pandemia. Como exposto pelas autoras, a ausência de compromisso das instâncias

governamentais com as demandas das mulheres afeta diretamente as políticas públicas que as atendam.

A respeito do período mais agravante da pandemia, nota-se a dificuldade enfrentada por organizações institucionais, como os Conselhos, em seguir realizando as atividades previstas, especialmente devido às adaptações advindas do trabalho remoto. Pacheco e Dias (2023) compreendem que o impasse enfrentado na situação emergencial ligada à contenção do Covid-19 culminou em consequências consideráveis para as mulheres. As autoras destacam, nesse período, o crescente avanço das estatísticas relativas ao feminicídio nacionalmente. Como levantado pelas autoras:

É perceptível a dificuldade pela qual os Conselhos passaram durante o período mais agudo da pandemia, com reflexo direto na vida das mulheres. A conjuntura atual mostra o crescimento do número de feminicídios (morte de mulheres pela sua condição de gênero) em todo o Brasil e no Rio Grande do Sul. Conforme dados da Secretaria Estadual de Segurança Pública, em 2019, o Rio Grande do Sul foi o terceiro estado que mais matou mulheres no país e, em 2020, teve um aumento de 233% de feminicídios, se comparado ao ano anterior. (Pacheco & Dias, 2023, p. 274)

As autoras também apontam que o número de mulheres em situação de violência doméstica agravou consideravelmente no período pandêmico, bem como outras vulnerabilidades ligadas a gênero. Tendo em vista o quadro de violência que tomou proporções alarmantes, novas mobilizações e campanhas passaram a ser formuladas nacionalmente com o objetivo de conscientizar a população sobre os serviços de enfrentamento da violência contra a mulher. Cabe ressaltar que as medidas de ação contra a violência de gênero, agravadas nesse momento pandêmico, basearam sua atuação em políticas socioeducativas promovidas pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, órgão federal responsável pela efetuação e formulação delas.

Destaca-se, como exemplo dessas ações, o programa Mulher Segura, iniciativa da Secretária de Segurança Pública do Paraná, que atuou na cidade de Londrina com caráter conscientizador, disseminando informações sobre os serviços existentes na cidade por meio de palestras, *folders* e medidas socioeducativas, como a organização de oficinas (Programa Mulher Segura Paraná, 2021). Movimentos civis na implementação de medidas para efetivar as políticas públicas previamente estabelecidas pelo governo também demonstram forte presença nesse período. Exemplo disso, ainda na cidade de Londrina, foi a criação do Observatório de Feminicídios de Londrina, conhecido como Néias, que surgiu em 2021, após um aumento expressivo no número de feminicídios ocorridos na cidade. A ação de ativistas feministas proporcionou a criação de um dispositivo que promove a participação da sociedade civil bem como a criação e acompanhamento das ações municipais contra o feminicídio (Néias - Observatório de Feminicídios Londrina, 2022).

O aumento exponencial do número de feminicídios e de demais casos de violência contra a mulher dá-se, dialogando com Pacheco e Dias (2023), pela falta de recursos dirigidos às redes de enfrentamento e atenção à mulher. A ausência de verbas destinadas às políticas específicas para mulheres e a diminuição orçamentária expressiva demonstra a utilização do fundo público para outros fins, como demonstram as autoras, dificultando a prática das políticas sociais previstas nacionalmente. Nas palavras de Pacheco e Dias (2023):

A ausência de recursos públicos destinados à rede de enfrentamento e atendimento às mulheres vítimas de violência aparece como principal indicativo do aumento dos feminicídios. A queda orçamentária apresentada no último período, referente aos valores que deveriam ser destinados às políticas específicas para as mulheres, é muito significativa (p. 277).

Ressalta-se, por meio do que foi exposto nesta seção, o papel essencial das políticas públicas voltadas às questões que permeiam a experiência da mulher em diferentes aspectos

de sua existência. Compreende-se que a formulação das medidas e sua aplicação apontam tanto a compreensão social e governamental a respeito das desigualdades de gênero quanto as garantias ou ausências de direitos concedidas pelo Estado. No desenrolar das transformações sociais vivenciadas na política brasileira com o fim da ditadura militar, é possível observar o papel de destaque dos movimentos sociais femininos na conquista de espaços antes inalcançáveis às mulheres. A criação de políticas públicas voltadas à mulher parece demonstrar possibilidades mais amplas de existência e, ainda, o direcionamento de um olhar combativo às vulnerabilidades já enfrentadas no decorrer de séculos.

4. RESISTÊNCIAS, POSSIBILIDADES E CAMINHOS DEMARCADOS PELO COLETIVO

Tendo em vista o percurso realizado até a presente seção, cabe refinar o olhar para os sentidos e elementos que compõem e sustentam as práticas de ativismo de mulheres. Nesse sentido, a defesa de causas ligadas a diferentes vertentes da vida em sociedade envolve não só habilidades de resistência, mas também se relaciona com a criação de vínculos e afetos. Cabe notar a presença considerável de mulheres ativistas no Brasil, agindo em diferentes contextos sociais, organizando-se por meio do compartilhamento de vivências e do conhecimento das estruturas sociais que as cercam.

Ao dialogar com Lorde (2020), nota-se que os movimentos sociais compõem a vivência das mulheres ativistas enquanto importante gerador de sentido, delineando ações e desenvolvendo mecanismos para sustentar experiências coletivas contrárias a uma estrutura social desigual. Com base nisso, buscamos abordar as nuances que compõem essa vinculação com as causas defendidas, compreendendo os sentidos experienciados por meio das iniciativas e ações sociais.

Compreendendo a mulher imersa em processos culturais e históricos enquanto ativa frente aos elementos que compõem o contexto vivido, entendemos que as ações produzidas possuem a potência de transformá-lo e produzi-lo diferentemente, ainda que enfrentando processos exaustivos de embate e resistindo a investidas que visam desestruturar essa potência. A produção de sentido realizada por meio das práticas de resistência revela potente instrumento de transformação e mobilização. Dessa forma, apesar do contexto fundado em estruturas patriarcais, que impõem violência, as mulheres persistem em constituir novas possibilidades de existência em sociedade.

Nesta seção, buscamos ainda aprofundar a análise das nuances do ativismo institucional, cuja organização ocorre entre membros de uma instituição, pública ou privada,

que buscam transformar os valores institucionais ou a dinâmica institucional. Pretende-se, a partir dessa análise localizada, romper com ideias conservadoras e generalistas de ativismo, que delimitam sua prática no contexto urbano.

Avançando na seção, abordamos a aliança coletiva necessária para a defesa de uma causa social, destacando a importância da alteridade nas ações movidas por mulheres em contextos diversos. Dessa forma, voltamos o olhar para a importância da troca como elemento fortalecedor de vínculos com a causa defendida, bem como compreender a disseminação de saberes entre ativistas como condições para a resistência.

4.1. ATIVISMOS: MULHERES EM MOVIMENTO

Ao analisar o conceito de “devir” (1995), constata-se que permanecer em movimento compõe uma característica da existência em sociedade, compreendendo que os modos de vida assumidos no cotidiano modificam o mundo e são por ele modificados. Deleuze e Guattari (1995), ao conceituar “devir” (1995), o expõe como ação e transformação que não conhece medidas, destituindo as características limitadas e as noções identitárias de sujeito, lançando-o em um movimento radical. Essa constante ação e transformação enlaça a vivência histórica e social da mulher de formas distintas. Como destacado pelos autores, o que está presente nos devires é: “é uma relação com a sexualidade, mas também com o animal, com o vegetal, com o mundo, com a política, com o livro, com as coisas da natureza e do artifício (...): todo tipo de ‘devires’” (Deleuze & Guattari, 1995).

Ocorre que os movimentos do devir estão longe de quaisquer idealizações. Por vezes eles ganham contornos custosos à mulher, uma vez que está inserida em uma sociedade que categoriza e avalia de forma limitante sua existência. Para Lorde (2020), no entanto, as limitações sociais não contiveram os processos de criação de possibilidades e vinculações que propiciassem não só a ocupação de espaços e a ampliação do olhar sobre a vivência das

mulheres, mas também as afetações e significados que nasceram a partir da aproximação de experiências plurais ou da produção de sentidos inéditos para a vida. Compreende-se que essa existência em movimento, evidenciada no conceito de devir, supera limites e evoca a criação.

Cabe destacar que os movimentos geradores de potência podem estar atrelados a uma urgência advinda da própria história e as aberturas para transformar o cenário posto ou movimentar os afetos que atravessam os corpos que compõem este contexto. Visto isso, a necessidade de se tornar ativa frente uma causa não se detém a uma categoria ou classe social. Ao analisar a obra de Lorde (2020) e sua trajetória, compreende-se que o agir ativo contorna as limitações já impostas e possibilita o surgimento de ressignificação dos modos de viver e lutar. O devir pode aliar-se ao coletivo. O ativismo advindo de mulheres parece, dessa forma, conectar-se aos movimentos do devir, caracterizando-se pela necessidade de rompimento com as heranças históricas do patriarcado e aproximando-se da produção de mundos e de sentidos.

Quando aliados aos devires, as práticas de ativismo, no decorrer da história, mostraram-se variadas no campo da conquista de direitos e espaços pelas mulheres. Carneiro (2003) analisa que tais variações advêm de questionamentos que o contato e a produção conjunta de experiências constituíram. De acordo com a autora (2003), as movimentações e os ativismos de mulheres alcançaram grupos e classes sociais distintos, que reformulam os ideais e as estratégias de luta por meio do contato e do atrito com os cenários encontrados.

O ativismo feminista transformou-se no decorrer da história, transitando por esferas diversas da sociedade. Goldman (2019) destaca tais transformações, resgatando a complexidade de nuances e componentes subjetivos manifestos na vida em sociedade. Tais componentes não podem ser compreendidos sem uma análise dos modos de vida das mulheres. A partir disso, nota-se que a visibilidade atribuída aos movimentos feministas tem boa parte de sua construção atribuída ao sufrágio feminino. Como é elaborado por Monteiro e Grubba (2017), os movimentos sociais sufragistas, importados da Europa para o cenário

político brasileiro em meados de 1930, organizavam-se por meio de ativistas, em sua maioria, pertencentes à classe média ou alta, que reivindicavam a prática política por meio da concessão do direito ao voto para essa população. Sob essa perspectiva, as lutas performadas pelas denominadas sufragistas trouxeram novas perspectivas a respeito das mulheres e seu espaço na sociedade. No entanto, Monteiro e Grubba (2017) alertam que o alcance do direito ao voto não solucionou problemáticas de ordem estruturais, que mantêm as desigualdades e a disparidade de direitos em diversas camadas sociais. O movimento sufragista, apesar de promover avanços do papel da mulher no contexto político, ainda não alcançou parte significativa das mulheres e, além disso, não tem como intuito superar as desigualdades que se enraízam nos modos de vida instituídos.

É a partir do exposto por Monteiro e Grubba (2017) que Goldman (2019) aborda, em sua trajetória enquanto militante anarcofeminista, uma crítica persistente aos ativismos liberais, quando voltados às mulheres de classes sociais específicas, ligados ao direito à participação em pleitos e à produtividade. Em contrapartida dos movimentos que promovem adequações estruturais, a ativista (2019) afirma as ações emancipatórias como criadoras de caminhos, espaços e possibilidades, ainda que estejamos imersos em uma sociedade que recria seus ideários e padrões relacionais. Dessa forma, não cabe deter-se em determinado grupo social ou na ideia de encaixar-se nos modos de existência pré-estabelecidos. Goldman (2019) persiste na possibilidade de uma emancipação subjetiva, que transforma símbolos e reconstitui normas expressas que a autora, em sua luta, busca extinguir.

A crítica de Goldman (2019) abre possibilidades para analisar as relações entre as transformações históricas dos movimentos sociais feministas e a abertura de novas possibilidades de afeto e de conexão. Compreendendo a vivência da autora como um recorte de sua participação nas causas que permeavam suas lutas, em Goldman (2019) é possível destacar a tomada de consciência a respeito das instituições e das normas sociais que a

delimitavam em uma categoria social marginalizada. A autora (2019) destaca a revolta organizada como ferramenta para precipitar transformações e, dessa forma, acionar a resistência às convenções e estruturas sociais vigentes.

Ademais, Goldman (2019) disserta a respeito das relações de poder que permeiam a subjetividade das mulheres e os ídolos nas várias instituições sociais que surgem com a finalidade de conter seus olhares críticos aos papéis pré-existentes. Ela destaca como ídolo todo elemento ou estrutura inquestionável que retém para si toda a potência que poderia surgir de uma coletividade por meio da imposição de suas crenças e verdades. A partir disso, destaca o perigo existente na idolatria ao movimento social sufragista, fortemente presente no cenário histórico em que a autora (2019) se encontra inserida, e a consequente perda do sentido emancipatório da causa. Nas suas palavras:

Necessitamos crescer sem os obstáculos das antigas tradições e hábitos. O movimento da emancipação feminina deu seu primeiro passo nessa direção. Esperamos que tenha força para dar o próximo. O direito ao voto, ou igualdade dos direitos civis, podem ser boas demandas, mas a verdadeira emancipação não começa nas eleições e tribunais. Começa na alma da mulher. A história nos mostra que toda classe oprimida conquistou a verdadeira libertação de seus senhores pelos seus próprios esforços. É necessário que a mulher aprenda a lição, que perceba que sua liberdade alcançará tão alto quanto for seu vigor para conquistar sua liberdade. É, portanto, muito mais importante que ela comece por sua regeneração interna, que se liberte do peso dos preconceitos, tradições e costumes. (Goldman, 2019, p. 35)

É nessa compreensão que Gonzalez (2019) dialoga com Goldman (2019), ao reconhecer que os movimentos relacionados ao ativismo feminino surgem e se mantêm a partir dos significados atribuídos pelas mulheres à sua própria vivência. Gonzalez (2019) destaca a história de vida como elemento de reconhecimento e o espaço coletivo como local

de significação. Destaca também os contextos políticos e as relações institucionais estabelecidas no decorrer da história, que estruturam as práticas e os questionamentos promovidos pelos movimentos sociais. Cabe ressaltar, a partir desse entendimento, que é essencial ao ativismo o vínculo com a experiência e com as reivindicações coletivas. Ambos se tornam vitais para favorecer ao movimento flexibilidade para lidar com as críticas nascentes e as constantes mudanças históricas e políticas. Tais considerações poderiam promover a abertura para novas possibilidades grupais de luta. Nas palavras de Gonzalez (2019):

En definitiva, parece que la motivación personal hacia el activismo resulta de una combinación de elementos de la propia historia de vida (por ejemplo, vivencias tempranas en la niñez, experimentar injusticias en la adolescencia o experimentar dificultades en la vida sexual y reproductiva en la adultez) y de elementos históricos ideológicos y políticos contextuales. A esto hay que sumarle procesos psicosociales como la toma de conciencia sobre las propias experiencias vividas, la creencia en la efectividad de la acción colectiva para el cambio social y la pertenencia a un grupo politizado. (Gonzalez, 2019, p. 4)

Teles (2015) dialoga com o que foi destacado, ao abordar os impedimentos, mecanismos e manobras utilizados para silenciar o nascimento de revoltas e revoluções subjetivas. Considera que os micropoderes instituídos nas relações sociais se voltam constantemente à punição do corpo que se rebela frente à sua subjugação. Cabe destacar que os esforços presentes nesses mecanismos estruturais de contenção concentram-se em desacreditizar a experiência de vida de mulheres que se identificam com a luta e as causas sociais. Teles (2015) afirma que o discurso dessas mulheres é atravessado pelo silenciamento por meio do uso de violências institucionais, que podem ser expressas pelo não reconhecimento, palavras rudes ou exclusões grupais. Gerar sofrimentos de ordem social,

valendo-se de avaliações morais sobre a imagem dessas mulheres, passam a ser estratégias de controle dos corpos que fogem da docilidade esperada. Teles (2015) aborda ainda a docilidade ensinada nas instituições às mulheres. Considera, então, que a participação militante passa a implicar a destruição do conceito socialmente naturalizada de passividade feminina, questionando a posição de subalternidade da mulher. Considerando a análise de Teles (2015), manter-se em movimento frente às categorias rígidas de existência e às intervenções sociais de desqualificação demanda uma posição afirmativa da vida.

Reconhece-se, na produção ativista e na movimentação frente a uma causa comum, uma forma de afirmar-se coletivamente e, por consequência, afirmar outras formas de existências que enfrentam o sofrimento imposto pelas estruturas que compõem a sociedade.

Lorde (2020) destaca o reconhecimento da participação na coletividade como elemento de importante composição dos movimentos e ativismos que venham a nascer em qualquer cenário social. Destaca ainda a relevância de reconhecer os entraves encontrados quando se transita na contramão da norma, visto que os perigos encontrados na ação não se tornam menores quando se opta pelo silêncio. Nessa direção, compreende que o medo não evita a violência do silenciamento. A autora (2020) diz:

E falar nunca é sem medo - da visibilidade, da crua luz do escrutínio e talvez do julgamento, da dor, da morte. Mas já passamos por tudo isso, em silêncio, exceto pela morte. E o tempo todo eu me lembro disso: Se eu tivesse nascido muda ou feito um voto de silêncio durante a vida toda em nome da minha segurança, eu ainda sofreria, eu ainda morreria. Isso é muito bom para colocar as coisas em perspectiva. Eu sou quem sou, fazendo o que vim fazer, agindo sobre vocês como uma droga ou cinzel para que se lembrem do que há de mim em vocês enquanto descubro vocês em mim. (Lorde, 2020, p. 53)

A partir de Lorde (2020), nota-se que a ausência de movimentação e a manutenção do silêncio oferece uma espécie de falsa sensação de segurança. O ativismo e os movimentos de mudança não são vistos, dessa forma, como caminhos lineares de transformação que são conduzidos e mantidos com facilidade. Ao contrário, a autora (2020) reconhece a incidência das violências e dos entraves enfrentados pelas mulheres que enxergam o ativismo como possibilidade de mudança. Além disso, compreende as mortes subjetivas e processos de angústia que a luta pela transformação estrutural impõe. No entanto, aponta, também, como essas mortes e as reações violentas perante a existência da mulher estariam presentes de qualquer maneira. As relações de poder no campo ativista são complexas, tendendo ora à resistência, ora à geração de sofrimento que advém das desigualdades instaladas.

Tornar-se ativa na luta por uma causa passa a significar a única alternativa a um grupo. O engajamento em movimentos sociais vem entrelaçado a necessidades vitais. Para dar visibilidade a essa condição, Rocha e Lana (2018) destacam aspectos da luta instituída pela jornalista Patrícia Galvão, conhecida através do pseudônimo de Pagu. A trajetória da jornalista brasileira no movimento comunista e feminista evidenciou perdas significativas relacionadas à sua posição na sociedade. Pagu teve de lidar com descréditos na imprensa e, conforme seu papel nas lutas sociais avançava, sua carreira e imagem de mulher jornalista sofria significativos ataques. Rocha e Lana (2018) relatam, no entanto, que Pagu permaneceu à frente nos movimentos sociais, produzindo escritos críticos a respeito da trajetória de mulheres junto à emancipação do capitalismo e patriarcado. Pagu abdicou de seu espaço conquistado nas mídias da época e ganhou uma caricatura de delinquente, mantendo-se defensora dos discursos e ações que passaram a permear a produção de seu trabalho como escritora. De acordo com Rocha e Lana (2018):

Pela primeira vez, os jornais passaram a caracterizar Patrícia de maneira pejorativa. Nas duas detenções anteriores, ela ainda era “artista” e “intelectual”; a partir de 1936,

ela se tornou “delinquente”, “perigosa” e “extremista”. Repórter do jornal *A Noite* explicou, nas últimas linhas da matéria, que conseguira falar com um “guarda moreno”, carcereiro da prisão de mulheres. “Esse guarda, ouvido pela reportagem d’*A Noite*, enquanto a vigilância que era exercida em torno de Pagu, teve esta frase: ‘É uma mulher perigosa!’” (Pagu..., 1936:1). Em novembro daquele ano, absolvida pela Justiça Federal de São Paulo das acusações de realizar propaganda subversiva, Pagu permanecia detida. *O Jornal*, em 14 de novembro, noticiou que seu advogado havia entrado com pedido de *habeas corpus* junto ao Supremo Tribunal Militar. Segundo o jornal, o pedido era inédito: nunca nenhuma mulher havia impetrado um *habeas corpus*. Pagu foi, talvez, a primeira mulher a ser detida por crimes políticos no país. (Rocha & Lana, 2018, p. 18)

Com Rocha e Lana (2018) torna-se perceptível que a retaliação das instituições e estruturas sociais mantenedoras das normas ocorre de forma inevitável como resposta aos movimentos que buscam transformá-las.

À revelia dessas ações institucionais com contornos repressivos, é perceptível a relevância que o ativismo ocupa nos discursos, relações e produções das mulheres. Gonzalez (2019) exemplifica o ativismo feminista consolidado na Argentina e suas ações em prol da legalização do aborto, movimentos estes que ocorreram por décadas e culminaram nas discussões políticas e institucionais favoráveis à causa em 2019. As ações promotoras de mudanças institucionais e culturais são descritas pela autora como indissociáveis da participação em sociedade, a fim de constantemente abrir espaços de debate com outras mulheres cujo sofrimento ou experiência cotidiana aproximam-se. Em diálogo com Gonzalez (2019), pode-se considerar que esse tipo de encontro gera práticas de resistência aos rechaços e violências estruturais que rondam com mais brutalidade os grupos questionadores e não submetidos. Os movimentos relacionados a essa luta representam para Gonzalez (2019) a

experiência disruptiva pouco explorada publicamente, que ganha espaço no fazer político coletivo. De acordo com a autora (2019):

Se puede suponer que los discursos sociales provenientes de los movimientos feministas a favor de la legalización del aborto en Argentina, permiten, a su vez, la aparición de estos diálogos inscriptos en la biografía y en la experiencia cotidiana de M. J: aquello que era un secreto familiar puede comenzar a ser dicho públicamente. En el relato también aparece la dimensión política expresada en forma de “lucha”: lo que motiva hacia el cambio social sería esta experiencia personal disruptiva pero convertida en motivo para la actuación política colectiva. La articulación entre narrativas sociales y experiencias personales se inscribe en prácticas, que son, al mismo tiempo, personales y sociales. (Gonzalez, 2019, p. 9)

A respeito dessas ações que ganham contorno no fazer político, Sales (2019) exalta como caráter indissociável ao ativismo a capacidade de resistência. O autor (2019) destaca estudos e obras que representam as lutas coletivas no Brasil e os constantes confrontos contra a repressão provocada pela ditadura militar. Considera a imagem de pessoas caminhando em conjunto de mãos dadas como símbolo de sobrevivência coletiva ante as adversidades impostas pelas macroestruturas. Sales (2019) destaca, ainda, as representações discursivas a respeito da militância, indicando o quanto tais práticas passam por constantes transformações históricas que cooperam para criar um imaginário social sobre a causa defendida.

4.2. ATIVISMO INSTITUCIONAL E CAMINHOS POSSÍVEIS

As possibilidades de ação coletiva se fortalecem em meio ao compartilhamento de vivências. Perante o destacado por Abers e Bülow (2011), o enfrentamento de práticas ou modelos estruturais por um grupo social evidencia a maneira como o ativismo vem sendo retratado na literatura recente. No entanto, os autores também afirmam que delimitar o estudo

relativo aos movimentos sociais a um tipo vago de ação coletiva é arriscar-se à invisibilizar formas importantes de organização social. Assim, o olhar para ações presentes e advindas do contexto institucional torna-se relevante. Considera-se que os movimentos nascidos a partir do embate com modos institucionais ganham contornos diferentes ante as manifestações sociais civis, colocando em curso práticas de resistência ante o corpo institucionalizado. De acordo com Abers e Bülow (2011):

Esse pressuposto impede que se capturem algumas das relações complexas que existem entre pessoas no aparato estatal e aquelas que agem a partir de organizações de movimentos sociais. Se pensarmos o Estado como um bloco homogêneo que opera em um espaço organizativo distinto, dificilmente conseguiremos reconhecer redes que cruzam as fronteiras entre Estado e sociedade civil como parte importante dos movimentos sociais. Porém, como sugerimos a seguir, na América Latina - e, em particular, no Brasil - as redes de movimentos sociais muitas vezes cruzam essas fronteiras. (Abers & Bülow, 2011, p. 13)

Nessa perspectiva, os autores destacam as formas institucionalizadas e não institucionalizadas de fazer política como importantes para uma análise profunda dos movimentos coletivos. Tem-se que as instituições sociais e as organizações de ordem estatal são atravessadas por ações e movimentos sociais, constituindo-se em relevantes debates. Nessa perspectiva, a noção evocada na literatura recente a respeito de ativismo compreende transformação, diálogo e embate. Abers (2021) afirma, a partir dessa conceituação, que pensar em ativismo institucional parece soar contraditório, considerando a definição de instituições como normas autorreguladas. Apesar do destacado, a autora encontra espaços de debate no interior de instituições governamentais e a constante resistência de coletivos institucionalizados para impedir o desmonte de direitos.

A partir da contradição citada entre ativismo e instituição, Abers (2021) define a ideia de “dupla face” (2021) vinculada ao ativismo institucional. Essa prática seria sustentada a partir da interação mútua entre ação e estrutura. Nas palavras da autora: “As instituições só existem porque são afirmadas na prática por meio da ação. Ao mesmo tempo, a ação não é apenas constrangida por instituições, mas depende delas” (p. 57). Tal compreensão implica observar além das reproduções cotidianas impostas pela instituição, ampliando a análise para os movimentos de mudança que permeiam os fazeres institucionais e, para além disso, a relevância de atentar para os atravessamentos sociais e subjetivos que existem em um cenário institucional.

Em consonância com Abers (2021), Ruiz (2020) constata frequentes intersecções entre ações coletivas e instituições estatais. Há a incorporação de ativistas em movimentos sociais que atuam em posições governamentais, bem como na formação de novos espaços de debate. Perante estas interlocuções, há, na história da política brasileira, atores que encontraram espaços de criação no interior das instituições estatais. Em consonância, a definição de ativista institucional conceituada por Rech e Silva (2016) a partir de uma revisão de literatura aborda a identificação entre movimentos sociais e a defesa de uma causa, ainda que a ação não se expresse em um local de pertencimento formal a qualquer organização coletiva. Assim, é a partir da identificação com uma luta social que o ativista institucional exerce sua atuação. Sua ação promoveria os interesses e objetivos advindos da causa defendida. Nessa situação delineada por Rech e Silva (2016), os ativistas institucionais utilizam recursos de sua posição na instituição para alcançar as demandas do movimento social. Os autores delineiam:

Ativistas institucionais apresentariam, assim, uma identificação com um movimento social promotor de determinada causa, mesmo que isto não se expresse necessariamente no pertencimento formal a uma organização de movimento social. A partir de tal identificação, o ativista institucional orientaria sua atuação no espaço

institucional no qual está inserido de forma a atingir os objetivos, demandas e/ou interesses daquele movimento social. Para isto - e esta seria a diferença fundamental entre o ativista institucional e os ativistas não institucionais -, os ativistas institucionais utilizariam recursos e oportunidades vinculadas ao seu posicionamento institucional para alcançar aqueles objetivos, demandas e/ou interesses do movimento social com o qual se identifica. (Rech & Silva, 2016, p. 348)

Até aqui, é possível pensar na complexidade da estruturação das instituições atravessadoras das relações entre sociedade e estado. Ansell (2013) compreende que as instituições existentes no aparato estatal frequentemente se entrelaçam, coexistindo em ecologias complexas por vezes marcadas de contradições. Abers (2021) entende as instituições como contextos impositores de rotinas e regras que se distribuem pelo fazer social. Nesse cenário, torna-se comum a necessidade de criar ante o que está institucionalizado, já que as crenças perpetradas pelas instituições frequentemente geram problemáticas sociais relevantes. A ação criativa tende a tornar-se parte da existência institucionalizada, ocorrendo não como superação da estrutura imposta, mas pela utilização dos recursos já disponibilizados pela instituição a fim de fortalecer a causa. De acordo com a autora:

Por um lado, entendem-se as estruturas ou instituições não como ordens que automaticamente se reproduzem, mas como contextos que criam rotinas e crenças e distribuem recursos de maneira frequentemente problemática. Isso significa que não é incomum que o ator seja obrigado a usar a capacidade criativa para decidir o que fazer. Por outro lado, esses atos criativos não são superações heroicas em que o ator consegue se livrar das estruturas em que se situa. Pelo contrário, as mesmas rotinas (hábitos), crenças e recursos são a matéria-prima que o ator vai ter que usar para lidar com os problemas. (Abers, 2021, p. 257)

Diante do percurso de ação política em que atores sociais se deparam com impasses no interior das instituições, e, por isso, sentem a necessidade de acentuar a luta pelos direitos coletivos, Abers (2021) especifica o ativismo institucional como a prática complexa. Os embates entre agentes e instituições crescem exponencialmente a partir de movimentações contrárias à manutenção dos modos institucionais, gerando, de forma custosa, espaços de enfrentamento. Pode-se dizer que são as causas de caráter combativo que dirigem os atores para complexas lutas no campo das institucionalizações presentes que, por meio de ações concretas, podem alcançar novos territórios e, conseqüentemente, modos alternativos de existência. Apesar de ativo e essencial à transformação, evidencia-se que o embate constante desgasta o corpo institucionalizado, implicando perdas, sofrimentos e combates. É nesse sentido que Abers (2021) destaca a importância do coletivo para a manutenção das causas, bem como para a proteção e fortalecimentos dos atores que se colocam em linhas de frente dos enfrentamentos. A autora analisa as causas contenciosas como meios de mudança institucional e transformação de relações de poder. Abers (2021) ainda diferencia causas contenciosas de outras ideias mobilizadoras. Destaca que a criação de uma causa é intrínseca a uma crítica ou defesa das instituições mediadoras das relações sociais e políticas. Nesse sentido, percebe-se que um ideal se transforma em uma causa contenciosa quando seus autores acreditam que algo indispensável para a vivência em sociedade necessita de defesa. De acordo com a autora:

Defino as ideias que mobilizam essas lutas como causas contenciosas. Mais especificamente, proponho definir uma causa contenciosa como um objetivo que envolve a defesa ou a crítica de mudanças nas instituições que organizam as relações de poder na sociedade. Ao envolver, assim, relações institucionalizadas de poder, uma causa contenciosa precisa ser defendida contra forças poderosas de estabilidade ou mudança. (Abers, 2021, p. 268)

Considerando o contexto de intervenção em que ocorrem as políticas públicas e seu constante debate, frequentemente as causas contenciosas são elaboradas nas instituições governamentais como modos alternativos de existência ou de fazer política. A defesa de ideais no ativismo que se dá nas ruas e nas organizações civis aproxima-se do enfrentamento internalizado nas estruturas de poder por meio da permanente luta para transformar as relações que tendem a ser verticalizadas, enrijecidas e mantenedoras de desigualdades. Abers (2021) expõe o cenário político brasileiro como exemplo dessa aproximação: o histórico de ativistas que fizeram de suas vidas uma luta nos territórios civis e adentraram as instâncias governamentais, mantendo-se próximos às suas causas e descobrindo novos fazeres a partir dos locais institucionais ocupados.

Pereira (2020), nesse sentido, sugere que o confronto político oferece um campo vasto de análise das relações estabelecidas em movimentos sociais, apontando que essas relações se dão como desfecho de um conjunto de cooperações e conflitos. Para Pereira (2020), essa compreensão leva a perceber que o Estado não necessariamente se desenrola como alvo das ações de movimentos coletivos, apesar de as ações surgirem no interior de suas estruturas com constância. Os movimentos sociais, dessa forma, frequentemente estarão atravessados por confrontos políticos entre membros que ocupam posições de poder distintas. O autor assinala que “Estados e governos não são necessariamente alvos das ações de movimentos sociais, podendo estar atravessados por confrontos políticos, na medida em que seus membros podem ter posições distintas em relação às demandas neles disputadas.” (Pereira, 2020, p. 22)

Em diálogo com as tensões apontadas por Pereira (2020), o ativismo acionado nas estruturas governamentais necessita constituir-se de forma cuidadosa, criando caminhos de resistência que coexistam e coloquem em movimento os objetivos da instituição. Anoli (2019) expõe que o fazer ativista em que os autores se encontram conectados com as engrenagens das instituições é invisibilizado em relação ao modo dito como tradicional de organizar

movimentos sociais. Anoli (2019), a partir de sua pesquisa no interior das organizações sociais em Campinas, aponta que o significado do fazer ativista que percorre o discurso comum relaciona-se com o coletivo que se forma e se fortalece distante das instituições públicas e estruturas de poder. Nesse sentido, para Anoli (2019), o ativismo exercido nas organizações civis afasta-se dos enfrentamentos delineados no interior dos órgãos municipais a partir dessa compreensão de um comum. Ainda que as causas defendidas pelos atores sejam semelhantes, Anoli (2019) nota dificuldade em estabelecer diálogos entre os coletivos. Ao observar organizações sociais, o autor notou o afastamento significativo de membros que passaram a compor espaços institucionalizados. Assim, a ocupação de militantes em cargos municipais, ainda que vinculados à causa defendida, passam a significar um afastamento significativo do coletivo. Anoli (2019) aponta ainda que, para o senso comum, a inserção na instituição passa a significar a corrupção de ideais e a inevitável adoção dos modos institucionalizados. Em conjunto com o autor (2019), é possível entender essa percepção como algo limitante às possibilidades de embate e criação de novos diálogos. A partir dessa perspectiva restrita, os atores são colocados como submetidos e impossibilitados pelas estruturas, entendimento que impede o olhar para a potência de criação advinda dos movimentos gerados.

O autor (2019) indica ainda que os processos de enfrentamento envolvem riscos e resistências às constantes tentativas de desmonte das políticas existentes. Essa situação ocorre devido às formas de poder existentes em uma instituição, uma vez que o corpo que se encontra inserido neste maquinário está atrelado às normas, reproduzindo-as. Este corpo que se rebela em seu local institucional tende a sofrer represálias que afetam seu modo de vida, levando-o a perdas materiais significativas, além das tensões sociais que recaem sobre os autores da ação, como veremos na sequência.

4.3 COLETIVIDADE, FORTALECIMENTOS E RESISTÊNCIAS

Ao olhar analiticamente para os movimentos sociais, é possível reconhecer a geração de debates e trocas de ideias como indissociáveis do compartilhamento de experiências coletivas. Nessa perspectiva, são as ações sociopolíticas de diversos agentes conectados a um ideal ou debate que geram movimentos transformadores e geradores de sentido plurais de vida. A partir de Machado (2007), é possível compreender que o compartilhamento de princípios político-ideológicos permite o embasamento de uma prática coletiva que ocorre por meio da relação e criação de vínculos com essa coletividade.

A coletividade, como assinala Machado (2007), abre possibilidades sociais e políticas de transformação frente a um contexto adverso. Por esse aspecto, a ideia de resistir é contemplada por Heckert (2014), que analisa tais processos enquanto possibilidade de criação e reação às relações de poder vigentes. Tendo isso em vista, a resistência coletiva pode produzir transformações e permitir a criação de cenários sociais distintos.

O fazer coletivo, nesse aspecto, relaciona-se ao estabelecimento de objetivos comuns que potencializam processos subjetivos de pertencimento. Assim, a coletividade fornece a causa a ser defendida com melhor articulação para sobreviver às investidas estruturais de desmonte tão comuns em nossos dias. Como destacado por Heckert (2014), o ato de resistir traz à tona a potência de criação existente no movimento. Dessa forma, as resistências podem trazer à tona processos imprevisíveis e voláteis, que formam cenários e unem agentes. De acordo com Heckert (2014):

Os processos de resistência não ganham visibilidade apenas na formulação e oficialização de uma proposta política ou nas cartas de intenção partidárias e sindicais; eles inscrevem-se e fazem incisões nas margens destas proposições, insinuam-se por meio dos personagens anônimos que interrogam as proposições oficiais e alteram as rotas dos programas e propostas formulados utilizando-se de estratégias extremamente

inusitadas. Apreender os processos de resistência requer atenção não apenas aos resultados de um determinado processo, mas, principalmente, à maneira pela qual, neste mesmo processo, engendram-se as práticas sociais. O exercício de resistência é afirmação da potência de ação que constitui o vivo. Diz respeito a processos anônimos e imprevisíveis, centelhas de instabilidade que tecem outros modos de existência. (Heckert, 2014, p. 17).

Ao tratar dos processos de resistência produzidos e protagonizados por mulheres, a coletividade ganha importância primordial. A formação de redes que visam alcançar outras mulheres torna-se ferramenta fortalecedora para enfrentar os entraves relacionados às ações contrárias à estrutura vigente. Tais redes, como caracterizam Federici e Valio (2020), implicam uma formação organizada, disposta a abranger o maior número possível de atores sociais que compartilham a mesma causa. Para o ativismo realizado por mulheres, um grupo social que enfrenta desigualdades estruturais, constituir conexões com outras mulheres representa a criação de possibilidades que facilitam o avanço micropolítico das lutas. Dialogando com Federici e Valio (2020), o fortalecimento conjunto representa, além da possibilidade de transformação estrutural, encontros que geram escuta, confiança e cumplicidade.

O ativismo organizado e executado por mulheres tem sido, ao longo da história da América Latina, importante força de mudança social. Federici e Valio (2020) apontam os empreendimentos contínuos que desafiam e rejeitam políticas reprodutoras das ideologias dominantes. As autoras (2020) destacam que esses movimentos se concretizam pela constituição de relações afetivas e da resignificação de atividades cotidianas em ação coletiva.

É a partir da conversão da experiência diária em um fazer micropolítico que as mulheres encontram nas comunidades em que estão inseridas formas de apoio, cumplicidade e

resistência. Federici e Valio (2020) ilustram essa afirmativa apontando o papel primordial efetuado por mulheres nas lutas ecológicas. Sendo as mulheres severamente afetadas pela degradação ambiental, através da perda de recursos e da destruição da subsistência familiar, elas se encontram massivamente organizadas em coletivos para resistir à devastação ecológica. De acordo com Federici e Valio (2020):

Tais desenvolvimentos não são surpreendentes. As mulheres desempenham um papel central nas lutas ecológicas por serem as mais afetadas pela desapropriação e pela degradação ambiental, por serem responsáveis pela reprodução de suas famílias. São as mulheres que cuidam dos que adoecem por causa da contaminação pelo petróleo, porque a água usada para cozinhar, lavar e limpar é tóxica, e porque a desnutrição é decorrência da perda da terra e da destruição da agricultura local. Por esses motivos, as mulheres hoje em dia permanecem na linha de frente contra as corporações transnacionais de mineração e do agronegócio que invadem áreas rurais e envenenam o meio ambiente. (Federici & Valio, 2020, p. 3)

Lançando o olhar para o ativismo e a liderança femininos, Fernandes (2021) entende a criação de laços e relações entre mulheres enquanto ferramentas de fortalecimento e luta em uma sociedade estruturalmente patriarcal. A autora se delonga a respeito do atual uso do termo sororidade (p. 8), palavra que vem ganhando relevância nos contextos de luta coletiva entre mulheres. Fernandes localiza sua disseminação na terceira onda dos movimentos feministas, destacando os meios digitais como parte responsável por sua popularização. A sororidade passa a ser lida enquanto uma aliança entre mulheres, livre de hierarquias, uma relação advinda da troca conjunta de vivências. Dessa forma, a sororidade carrega em seu significado a concretude do pertencimento ao contemplar o ativismo entre mulheres. Fernandes (2021) também destaca que tais alianças se colocam em oposição ao sistema patriarcal, que alimenta e naturaliza a rivalidade entre mulheres e sua subserviência.

Ainda para Fernandes (2021), a sororidade não se caracteriza enquanto simples irmandade entre mulheres. Refere-se a um movimento próprio, relacionado à tomada de consciência a respeito das desigualdades sofridas e compartilhadas com outras mulheres no decorrer da vivência em sociedade, mas também à sensibilização de agentes sociais. A autora assinala ainda que a popularidade recente do termo se dá devido ao apagamento histórico sofrido por diferentes dimensões que se relacionam ao feminino, da qual destacamos a participação pública. De acordo com Fernandes (2021):

a sororidade não é uma fraternidade ou simplesmente uma irmandade entre mulheres. Trata-se de um movimento que demanda uma voz própria. E não é estranho que, ao longo da História, só recentemente nós tenhamos começado a ouvir essa palavra, cujo sentido nem sempre é conhecido, já que, ao contrário de fraternal e fraternidade (*frater*), qualquer coisa que esteja ligada à ideia de feminino é sistematicamente apagada. Genericamente, a sororidade pode ser explicada como uma solidariedade feminina – que não é recente, como nos mostra, por exemplo, o movimento sufragista – numa organização que se forma pela reciprocidade e amizade entre mulheres que nem sequer precisam ser amigas, mas que compartilham o mesmo ideal e trabalham para alcançar o mesmo objetivo. (Fernandes, 2021, p. 3)

Fernandes (2021) retrata ainda a sororidade como forma de reação à organização comumente adotada na esfera masculina, fortalecida estruturalmente para a manutenção das desigualdades de gênero. A sororidade, através do olhar da autora, torna-se ferramenta de combate à violência estrutural contra a mulher, que a acompanha ao longa de sua vivência em sociedade. Nesse sentido, mulheres protagonizando espaços de luta encontraram nessa palavra um caminho para contornar a noção difundida de inimizade e competitividade como algo que caracteriza naturalmente as relações femininas. A partilha de experiências e a construção de

cumplicidade traduzidas a partir da palavra sororidade representam, assim, uma modificação histórica que coloca em movimento as experiências relacionais. Para Fernandes (2021):

Através da escuta e da cumplicidade, mulheres na busca de um sentido libertário encontraram na sororidade um caminho para eliminar a ideia de inimizade e competitividade histórica no contexto patriarcal. Desta forma, o feminismo propõe que esse conceito vá além da solidariedade, uma vez que esta consiste numa partilha de experiências que mantém as condições de apoio, enquanto a sororidade indica a modificação das experiências relacionais. (Fernandes, 2021, p. 3)

Fernandes (2021) leva a refletir sobre como o termo sororidade, bem como outras terminologias e conceitos desenvolvidos pela organização coletiva de mulheres, vem sendo distorcido pela ação do mercado. Através dos apontamentos da autora, é possível compreender que o esvaziamento dos sentidos produzidos pela prática do ativismo torna-se manobra comum de desarticulação. A apropriação de lutas relevantes para sua reversão em *marketing* transforma o ativismo em produto, retirando-o de seus contornos de resistência. Lorde (2020) destaca que a manutenção das lutas coletivas se dá por meio do constante olhar para o coletivo e a construção de sentido que guia a prática. A fim de fortalecer as lutas cotidianas contra os inevitáveis efeitos do neoliberalismo, a autora destaca a conexão entre a causa comum e a produção coletiva perante essa causa como mecanismo de enfrentamento e sobrevivência.

Outro ponto é considerado por Blay (1994), ao evidenciar que, mesmo em movimentos de resistência, as mulheres permanecem expostas à violência de gênero, deparando-se com violências mesmo em locais de produção de mudanças, quando nestes locais não há propostas de um olhar analítico interno. Sob esse prisma, os apontamentos trazidos por Blay geram reflexões acerca da importância do diálogo, dos afetos e do senso de coletividade entre mulheres pertencentes a qualquer movimento social. Essa geração de

vínculos mostra-se elemento de suporte e apoio para a continuidade das mulheres enquanto atuantes na proteção de suas causas.

Lançando o olhar para o movimento quilombola, Sousa, Lima e Sousa (2020) notam o papel fundamental das mulheres em diversos setores da resistência: por um lado, atuam na linha de frente, enquanto lideranças ativistas, buscando os direitos reivindicados pelo movimento; por outro, exercem papel direto na manutenção e continuidade da comunidade, prestando serviços e tarefas diversas ligadas à alimentação e ao cuidado com os demais membros do quilombo. As autoras indicam ainda a ausência frequente de reconhecimento pelas lutas protagonizadas por essas mulheres nos diversos setores da comunidade. De acordo com Sousa, Lima e Sousa (2020):

A sobrecarga do trabalho para o sustento, do trabalho na terra e do cuidado do lar e da coletividade; o engajamento na luta pelo território e pela sobrevivência; o enfrentamento da violência de gênero, doméstica e dos conflitos territoriais. São mulheres que sempre trabalharam no campo e em outras atividades para garantir seu sustento e da família. Mulheres que cuidam dos afazeres do lar e, no entanto, mesmo de forma indireta, não deixam de ser lideranças e trabalhar pela proteção da comunidade, agindo pela defesa e promoção de outras mulheres — ações que caracterizariam como feministas, um termo, aliás, estranho para muitas comunidades. (Sousa, Lima, & Sousa, 2020, p. 90)

Concomitante a isso, é possível compreender que, com a diversidade de atuações das mulheres nesse contexto, surgem lutas constantes dentro das comunidades e no seu exterior, relacionadas não só aos direitos quilombolas, mas também à sobrevivência e ao enfrentamento de violências de diversas naturezas. Assim, as autoras constataam que os marcadores sociais expõem as mulheres presentes no movimento a múltiplas vulnerabilidades e invisibiliza com frequência sua atuação. Frente aos conflitos advindas dessas violências,

Sousa, Lima e Sousa (2020) destacam ainda como imprescindível a constituição de uma rede de apoio entre as mulheres que compartilham dos ideais e dores constituídos pela experiência na comunidade. Dessa forma, os apontamentos do estudo levam a analisar como ocorre a manutenção da coletividade entre mulheres inseridas no quilombo e as possibilidades de enfrentamento da sobrecarga descrita.

Blay (1994) também nota a invisibilização histórica da participação de mulheres nos movimentos sociais e chama a atenção para a ausência de reconhecimento do trabalho desempenhado pelas mulheres. Isso dificulta o olhar do movimento para importantes atravessamentos sociais que marcam os corpos de seus agentes, como a misoginia e a falta de reconhecimento social. Nesse sentido, a autora aponta que a ausência de reflexão a respeito dos elementos que compõem a vivência das mulheres, agentes em movimentos sociais diversos, gera não apenas vulnerabilidade à reprodução da violência de gênero dentro das organizações sociais, mas também dificulta o olhar para questões ligadas à qualidade de vida e saúde das mulheres. Por meio dessa análise, nota-se o encontro entre experiências semelhantes como elemento gerador de caminhos compartilhados e engajador de resistências em relação aos desgastantes embates com a estrutura institucional. Além disso, a relação entre mulheres que vivenciam realidades semelhantes permite uma análise mais profunda da causa comum vista a partir da troca que as relações proporcionam. Dessa forma, tais trocas também podem levar a novos debates e enfrentamentos. A vivência com a coletividade permite a retomada de conhecimentos passados, advindos da experiência e a aproximação do presente, favorecendo o fortalecimento interno da causa.

Meneghel et al. (2005) concordam com essa prerrogativa e apontam a experiência transmitida oralmente entre mulheres enquanto uma forma de constituir conhecimento. As autoras estabelecem que as narrativas transmitidas entre mulheres podem conter caminhos para a elaboração de experiências difíceis, além de possibilitar a constituição de estratégias de

luta e sobrevivência frente a uma estrutura desigual. De acordo com Meneghel et al. (2005): “A experiência das mulheres contém sempre a experiência de outras mulheres e esta experiência vem sendo transmitida oralmente, por gestos, olhares e narrativas. As mulheres foram e são construídas com palavras.” (Meneghel et al., 2005, p. 5). A partir do descrito pelas autoras, percebe-se o encontro entre mulheres como estratégico para a manutenção de suas práticas ativistas e delineamento de novas estratégias de luta a partir do compartilhamento de vivências.

Nota-se, a partir do exposto, que a coletividade se coloca como estratégia relevante para a manutenção de ativismos em cenários diversos. Para as mulheres ativistas, experienciar uma aliança com a alteridade significa resistir aos constantes embates causados por sua atuação frente a uma causa social. Ao resgatar as ideias de Souza, Lima e Souza (2020), compreende-se que a junção entre mulheres experienciando um mesmo contexto gera uma rede de fortalecimento frente às constantes repressões, abrindo espaços para a expressão de resistências nas mais variadas frentes.

5 MULHERES ATIVISTAS E SUAS TRAJETÓRIAS: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa buscou considerar a atuação de mulheres inseridas no campo das políticas públicas voltadas ao combate da violência na região metropolitana da cidade de Londrina. Nesse sentido, analisamos a trajetória de mulheres que se descobriram ativistas por meio de suas práticas no campo das redes de Enfrentamento à Violência Doméstica, Familiar e Sexual contra a Mulher. Em uma primeira abordagem, apresentada anteriormente nas seções teóricas, foram realizados estudos teóricos para a argumentação do problema sob o enfoque da Psicologia Social na interface com autores conhecidos por sua contribuição aos estudos de violência de gênero e da constituição da mulher na sociedade ocidental. Nessa elaboração bibliográfica, privilegiamos estudos que voltaram seu olhar às estruturas que subjagam o feminino, às iniciativas de enfrentamento, bem como à constituição das políticas voltadas às desigualdades de sexo.

Já na parte empírica da pesquisa optamos pela estratégia da história oral, por considerar a relevância de contatar mulheres que se encontram inseridas nos serviços da rede, experienciando o ativismo político e social, e que, nem sempre, encontram espaços para dar visibilidade às suas experiências. Com isso, articulamos os depoimentos das mulheres com a produção teórica preliminarmente realizada. Tal estratégia fez-se relevante, como já destacado por Delgado (2006), na produção de saberes a partir das experiências relatadas pelos grupos estudados, considerando os relatos de história de vida fonte de conhecimento por meio do sujeito inserido na cultura, compreendendo pesquisador e pesquisado como partes componentes e ativas frente ao conhecimento produzido por meio do tema pesquisado. Como explicam Gonçalves e Lisboa:

A história oral se constitui como verdadeiro e eficiente instrumento de investigação quando o pesquisador atribuir um caráter científico a sua pesquisa: ele deve estar

orientado por um conhecimento teórico prévio; a problemática da pesquisa deve estar inserida num projeto previamente formulado; as informações sobre o campo a ser pesquisado devem estar coletadas e o uso de instrumentos e técnicas de pesquisa definidos. Durante o processo de pesquisa, a hipótese problematizadora e a fundamentação teórica devem servir como uma 'bússola', orientando a investigação cujo principal objetivo é a construção de conhecimento a partir do levantamento, interpretação e análise dos dados empíricos. (Gonçalves & Lisboa, 2007, p. 4).

Compreendendo a relevância destacada por Gonçalves e Lisboa (2007) da definição dos procedimentos de investigação adotados na história oral, elegemos como instrumento gerador de materiais a entrevista semiestruturada, que foi realizada com seis mulheres, entendendo que, para os fins deste trabalho, essa quantidade demonstrou-se suficiente para encontrar ressonâncias e divergências entre os relatos.

Foram convidadas a realizar a entrevista servidoras, mulheres, atuantes ativistas da Rede Municipal de Enfrentamento à Violência Doméstica, Familiar e Sexual contra a Mulher que atuam em uma cidade localizada no interior do estado do Paraná. Entendemos por ativismo a vinculação individual a uma causa proposta ou a vinculação a algum coletivo. Nesse último caso, suas ações estão ligadas à constante presença em eventos, reuniões ou processos decisivos com o objetivo de defesa de sua causa ou autoria em alguma produção dentro ou fora da instituição que tenha o propósito de expor sua luta. Os critérios para a participação na pesquisa relacionaram-se à vinculação das trabalhadoras na Rede Municipal de Enfrentamento à Violência contra a Mulher no município de Londrina e sua disponibilidade para compartilhar experiências de ativismo na Rede. Da mesma forma, foram excluídas da pesquisa mulheres que: 1. Não compunham a Rede; 2. Não tinham papel ativo frente ao enfrentamento da violência contra a mulher; 3. Não se identificavam com a luta por essa causa.

O primeiro contato com as mulheres que atuam na referida Rede foi facilitado pela participação prévia da pesquisadora em algumas reuniões mensais organizadas pela Comissão de Direitos das Mulheres de Londrina, aberta para a sociedade civil. Por meio da participação, foi possível compreender o atual funcionamento dos serviços relativos à proteção da mulher na referida cidade, servindo como uma imersão preliminar informal que proporcionou uma primeira aproximação da Rede. A participação como observadora das reuniões permitiu a obtenção de alguns contatos preliminares, que funcionaram enquanto facilitadores no recrutamento de voluntárias para a entrevista. O conteúdo abordado na entrevista semiestruturada, como consta no Apêndice A, é relativo a temas que remetem à vivência institucional e de ativismo.

Após o esclarecimento dos objetivos da pesquisa e da obtenção do consentimento das participantes por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B), as entrevistas foram agendadas com a possibilidade de utilizar ferramentas virtuais, por meio da plataforma *Google Meet*, a fim de privilegiar a flexibilidade dos mecanismos digitais, considerando a observação de todas as exigências do sigilo de dados. O uso da ferramenta digital *Google Meet* nesta pesquisa seguiu, dessa forma, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), nº 13.709/2018, na qual consta a garantia da proteção dos registros e informações armazenados na plataforma e do tratamento dos dados recolhidos. Houve, como alternativa, a realização presencial das entrevistas. Nesse caso, a Universidade também foi ofertada enquanto espaço, bem como foi concedido à participante a possibilidade de apontar um local de preferência.

As entrevistas tiveram duração de aproximadamente 40 minutos e foram gravadas com a autorização das entrevistadas. Os relatos coletados foram transcritos, possibilitando o processo de análise. A fim de que as participantes não fossem identificadas, seus dados pessoais foram ocultados e os nomes alterados. Além disso, marcou-se na presente pesquisa a

participação constante das servidoras entrevistadas no processo de confecção da dissertação. Dessa forma, foi permitido que as mulheres ocupassem a parte empírica da pesquisa por meio de seus relatos sobre os afetos e encontros constituídos em Rede. Observou-se, a partir disso, a retomada de sentidos e construções por meio do resgate das experiências que também ampliaram e atravessaram os conhecimentos da pesquisadora a respeito dos movimentos micropolíticos no interior dos serviços de assistência e saúde.

Após a transcrição dos dados coletados, os conteúdos das entrevistas foram analisados tendo como base os processos históricos que promovem as práticas de ativismo, bem como os entraves envolvendo tal atuação perante um contexto institucional complexo e multifacetado. Buscamos dar visibilidade às nuances relacionadas ao constituir-se mulher na atualidade, tendo como sustentação o referencial teórico da Psicologia Social desenvolvido na primeira parte da pesquisa.

Definimos três eixos analíticos para organizar os dados coletados, conforme Quadro 1:

Quadro 1

Eixos analíticos

Eixo	Conceitos	Autores
1. Enlaces entre afetos e vivências: Mulheres e suas nuances	Cuidado	Beauvoir (1970)
	Destino biológico	Bordo (1997)
	Dispositivo materno	Goldman (2010)
	Dispositivo amoroso	Guedes e Daros (2009)
	Lispector (1973)	
	Dupla jornada	Lorde (2020)
	laboral	Moreira et al. (2020)
	Feminidade	Neves (2019)
	Maternar	Piccinnini et al. (2008)
	Maternidade	Sá (2000)
	Poder erótico	Zanello (2007)
	Trabalho	Zanello (2016)
		Zanello (2023)
		Wolf (2018)

2. Mulheres no Brasil: Dimensão política	Feminismo	Almeida e Machado
	Movimento	(2021)
	Misoginia	Beauvoir (1970)
	Políticas públicas	Brasil e Capella (2015)
	Violência estrutural	Carvalhoes e Mansano (2016)
		Coelho e Baptista (2018)
		Farah (2004)
		Priore (2020)
		Georges e Santos (2016)
		Pacheco e Dias (2023)
		Rago (2016)
		Soihet (2002)
		Souto e Moreira (2021)
		Telles (2020)
3. Resistências, possibilidades e caminhos demarcados pelo coletivo	Ativismo	Abers (2021)
	Ativismo	Abers e Bülow (2011)
	institucional	Anoli (2019)
	Causas	Ansell (2013)
	contenciosas	Blay (1994)
	Coletividade	Carneiro (2003)
	Devir	Deleuze e Guattari (1995)
	Dupla-face	Federici e Valio (2020),
	Emancipação	Fernandes (2021)
	subjetiva	Goldman (2019)
	Instituição	Gonzalez (2019)
	Micropoderes	Heckert (2014)
	Pertencimento	Lorde (2020)
	Resistência	Machado (2007)
	Sororidade	Meneghel et al. (2005)
		Monteiro e Grubba (2017)
		Pereira (2020)
		Rech e Silva (2016)
		Rocha e Lana (2018)
		Ruiz (2020)
		Sales (2019)

Sousa, Lima e Sousa
(2020)
Teles (2015)

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

No decorrer dos depoimentos, prezou-se pela constituição de um espaço que teve como objetivo acolher as experiências relatadas, possibilitando, por meio da recordação de situações, encontros e afetos, a elaboração de experiências que constituem o corpo. Observou-se também a compreensão e o reconhecimento relativo às ações executadas e ao papel social do ativismo no cotidiano das entrevistadas. Assim, compreende-se a partir desse processo, que o compartilhamento da experiência e sua análise colocam em foco os movimentos micropolíticos executados por esse coletivo de servidoras, auxiliando a compreender sua importância na tomada de decisões relativas aos serviços prestados e às atividades relativas ao enfrentamento da violência contra a mulher. Ademais, tal análise deu acesso à compreensão das diversas constituições de ativismo, bem como das estratégias que sustentam os movimentos de transformação estrutural, apesar dos entraves institucionais.

A conexão entre as partes teórica e empírica da pesquisa, portanto, buscou compreender, a partir dos relatos de mulheres, as trajetórias institucionais que as levaram à posição de ativistas. A história oral composta com a análise social e histórica das práticas de ativismo cooperam, assim, para o acesso a relatos de experiências cotidianas que servem para conhecer e promove análises qualitativas baseadas em memórias e afetos.

6 MULHERES EM CENA

Tendo em vista as ações ativistas realizadas por servidoras, consideramos relevante apresentá-las e reconhecer as diferentes nuances das ações que promovem transformações e movimentações nas políticas públicas. Reconhecer as vozes que sustentam coletivamente o ativismo no interior da Rede é considerar a potência que reside no encontro com essas mulheres, fato que se demonstrou marcante no decorrer das entrevistas.

A escuta gerada no processo de produção de dados foi permeada por afetos de diferentes nuances, desde o cansaço, a necessidade de cuidado e situações que desgastam o corpo até a abertura de possibilidades de existências expansivas as mais diversas. Cabe ressaltar, assim, a relevância de reconhecer quem são essas mulheres, quais seus contextos de vida e as produções no campo das políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência de gênero. Reconhecer a ativista por trás do movimento é também conhecer sua causa e seu contexto social, afetivo e histórico. Consideramos que cabe notar também as perspectivas de potencialização tecidas na construção coletiva entre as mulheres, que se dá pela necessidade comum em transformar a estrutura perpetuadora de misoginia. Lorde (2020) relata em sua obra essa experiência coletiva, essencial para a permanência de seu próprio movimento, de acordo com a autora:

As mulheres que me apoiaram durante esse período eram brancas e negras, velhas e jovens, lésbicas, bissexuais e heterossexuais, e todas nós travamos, juntas, uma guerra contra as tiranias do silêncio. Todas me deram força e o acolhimento sem os quais eu não sobreviveria intacta. Durante essas semanas de medo intenso veio a compreensão - dentro da guerra, todas lutamos com as forças da morte, de maneira sutil ou não, conscientemente ou não - de que não sou apenas uma baixa, sou também uma guerreira. (Lorde, 2020, p. 50)

Com Lorde, nota-se que a luta contra a morte e contra a ausência de movimento frente “as tiranias do silêncio” (Lorde, 2020, p. 50) pode ser favorecida pela atuação em rede enquanto estratégia de embate e sustentação do corpo que batalha de forma constante. A autora mostra que o ato de batalhar compõe a existência e destaca, ainda, a importância do acolhimento em sua trajetória para a continuidade do enfrentamento cotidiano.

As conversas com as participantes se deram de forma orgânica. Engatilhadas pelas perguntas da entrevista, parte significativa das mulheres recordou, atravessadas por afetos diversos, os objetivos e vínculos que as mantêm participando da linha de frente da defesa e execução das políticas públicas. Os relatos transitavam para além de seu cargo enquanto servidoras e chegavam aos encontros com outras mulheres, com teorias ou movimentos organizados que parecem participar da produção de sentidos às experiências vividas, apontando para incômodos e angústias partilhadas por um grupo. Algumas participantes se recordavam de vivências cotidianas que brutalizaram seus corpos e as silenciaram. No entanto, elas também trazem para a conversa as mobilizações que levaram, inclusive, ao delineamento e institucionalização da Rede de Enfrentamento a Violência Doméstica, Familiar e Sexual contra a Mulher. A estruturação da Rede é relembrada pelas servidoras com visível orgulho, sendo descrita como seu ‘bebê’ diversas vezes.

De forma sutil ou incisiva, as conversas trouxeram elementos que compõem os desafios cotidianos do trabalho. Ao final de cada entrevista, conduzida no contexto do lar ou do trabalho das participantes, foi destacada a necessidade de voltar o olhar da população para as políticas de enfrentamento da violência contra a mulher no município, tendo em vista seu aumento nos últimos anos. Abaixo, é possível visualizar as descrições gerais das participantes na Quadro 2:

Quadro 2: Descrição geral das participantes

Nome fictício	Idade	Tempo de atuação na Rede
---------------	-------	--------------------------

Joice	60	30 anos
Luana	50	30 anos
Helena	60	30 anos
Márcia	50	20 anos
Luciana	40	10 anos
Verônica	35	10 anos

Fonte: Elaborada pela Autora, 2025.

Entre as participantes, Joice foi a primeira mulher a ser convidada para a realização da entrevista. Ela foi considerada uma agente de articulação entre a pesquisadora e as demais mulheres da Rede, recomendando, a partir de sua história de implicação, o contato de mulheres que exerciam papel de ativismo e de forte influência no interior da instituição. Joice é uma ativista de aproximadamente 60 anos que esteve, durante décadas, na linha de frente em defesa das políticas públicas voltadas ao combate da violência de gênero, auxiliando na estruturação da Rede e executando papel crucial na criação de articulações entre serviços. Joice abriu as portas de sua casa, que divide com o companheiro, para a realização da entrevista.

No decorrer de seu relato, foi possível vislumbrar o quanto as nuances que compuseram sua trajetória profissional tiveram um forte sentido sustentado na necessidade de transformação da realidade vivida. A trajetória de Joice, uma mulher graduada em Serviço Social, traz clareza acerca das desigualdades de gênero e das brutalidades decorrentes. O relato de Joice traduz uma potência de ação condutora, que a leva à produção constante de ideias e percursos a traçar. Como ela mesma destaca: “O que sempre me motivou foi não

aceitar que essa sociedade faça isso com as mulheres. E eu me sinto pertencente dentro disso, porque eu sou mulher.” (Joice, 2025).

Luana, assim como Joice, auxiliou na criação e institucionalização da Rede desde seu estágio embrionário. A entrevista foi realizada de forma *online*, por meio da plataforma *Google Meet*. Luana tem aproximadamente 50 anos; graduou-se em 1995. Ela ocupou aos poucos o contexto da entrevista, demonstrando entusiasmo ao relembrar os momentos de constituição da Rede. Na conversa, destacou a importância do encontro com outras servidoras e usuárias em sua formação profissional e em sua constituição enquanto mulher, considerando que foi com as partilhas de conhecimento e experiência de vida que se deparou com sua própria condição enquanto mulher e trabalhadora. A participante destaca que, em sua formação profissional e acadêmica, teve pouco ou nenhum acesso a conhecimentos relacionados a questões de gênero e se aproximou desse debate a partir do contato com os serviços e as políticas voltadas à mulher e a realidade social enfrentada.

Helena concordou em ser entrevistada entre seus horários de trabalho. A escolha de convidar esta participante deu-se por sua postura ativa dentro da Rede e o engajamento no processo de articulação entre serviços. Helena, de aproximadamente 60 anos, é uma das mulheres que também tem a Rede de Enfrentamento enquanto um ‘bebê’, sendo destaque em seu relato o desenvolvimento embrionário da troca entre serviços até sua atual situação. A entrevistada possui um diferencial entre as demais: Helena utiliza de sua posição acadêmica e profissional para fazer-se ativista. No entanto, não é servidora dos serviços vinculados à Rede, atua enquanto docente na área de Serviço Social em uma universidade pública. Trazer a perspectiva de Helena significou observar o papel da universidade na luta pela manutenção das políticas públicas. Muito familiarizada com estudos de gênero, a entrevistada apresentou em sua fala o papel da Universidade em relação ao bem-estar social e o combate às estruturas hegemônicas mantenedoras de desigualdades.

Helena emociona-se ao descrever sua trajetória em conjunto com as servidoras da Rede, recordando momentos de enfrentamento e construção conjunta que culminaram na articulação e transversalidade que existe atualmente. Sua posição consultiva na Rede concede-lhe mais liberdade e possibilidades em realizar apontamentos e embates outrora praticados apenas pelas servidoras, poupando os corpos das mulheres institucionalizadas de desgastes e consequências derivadas de um posicionamento combativo.

Márcia foi entrevistada em sua sala de atendimento no serviço ao qual é vinculada. A servidora traz em sua fala a história de mulheres que a antecederam na família, mulheres estas de postura ativa, que participaram e organizaram movimentos de transformação em sua própria realidade. Márcia, hoje com aproximadamente 50 anos, cresceu acompanhando a trajetória de sua mãe e tias, observando as posições tomadas e recebendo cuidado dessas mulheres que, frente à realidade existente, não viam alternativa viável que não a de encarar pequenos enfrentamentos cotidianos. Márcia cresceu nesse contexto combativo que, segundo ela, foi responsável pelo delineamento do senso de luta e identificação dos enfrentamentos existentes na realidade das mulheres.

Márcia relata as dificuldades institucionais em sustentar o enfrentamento, urgindo estratégias e planejamentos entre as servidoras para a manutenção e defesa de direitos das trabalhadoras e dos próprios serviços. Deixa clara, em sua descrição, a necessidade de articular-se, inclusive com ativistas que não se encontram vinculadas às instituições públicas, para tornar possível os processos de transformação.

Luciana também recebeu a pesquisadora em seu local de trabalho. Como Helena e Márcia, a entrevistada apresenta uma trajetória nos estudos relacionados a gênero e movimentos sociais. No relato de Luciana, hoje com aproximadamente 40 anos, percebe-se o constante desgaste sofrido pelas servidoras. Em sua perspectiva, são mulheres que executam funções diversas na tentativa de manter as políticas em funcionamento. Tal desgaste se agrava

conforme a gestão pública vigente, que coloca sob a responsabilidade das mulheres que executam os serviços a diminuição das estatísticas relacionadas ao complexo fenômeno da violência. Luciana relata a dificuldade em, nesses momentos desfavoráveis da gestão, manter o bem-estar emocional das trabalhadoras, que se deparam continuamente com a tarefa de “enxugar gelo”.

Verônica, de aproximadamente 35 anos, foi a última servidora entrevistada. A conversa ocorreu em seu local de trabalho e relatou que a experiência vivenciada na Rede a auxiliou a compreender questões relacionadas a gênero. Verônica relata importante conscientização a respeito do fenômeno da violência contra a mulher, destacando a desarticulação de ideais pré-concebidos por meio da prática e do encontro com outras servidoras e usuárias da Rede. Verônica destaca sua inserção nos serviços enquanto momento mobilizador, que apresentou à servidora novas perspectivas de compreensão das experiências anteriores e das que estão por vir.

Na sequência, apresentaremos os eixos de análise, nos quais será possível perceber que as percepções das seis entrevistadas contêm uma diversidade de encontros e afetos vividos no contexto institucional. Os três eixos temáticos são: 1) Enlaces entre afetos, encontros e marcas: mulheres e suas trajetórias; 2) Mulheres, articulações políticas e a criação de possibilidades interventivas; 3) Mulheres ações e tensionamentos.

6.1 ENLACES ENTRE AFETOS, ENCONTROS E MARCAS: MULHERES E SUAS TRAJETÓRIAS

Recorrendo às ponderações de Zanello (2007), nota-se que, as mulheres aprenderam a sobreviver a uma cultura que oprime modos de vida não masculinos refugiadas em seus papéis sociais, transmitindo de forma geracional ensinamentos a respeito do papel feminino na sociedade, com a finalidade de preservar a integridade de suas filhas, sujeitas a violência de gênero. As medidas de sobrevivência aprendidas não necessariamente transmitem um

caráter revolucionário em relação ao modo de vida dominante. Ao contrário, por diversas vezes, a transmissão apreendida pela mulher relaciona-se à reprodução da cultura misógina hegemônica.

De fato, ao acessar os relatos dispostos pelas participantes da presente pesquisa, nota-se, enquanto fator comum entre as mulheres entrevistadas, uma transmissão de valores relativa à sua vivência enquanto corpo em interação com o mundo. Valores estes, em sua maioria, relativos a saberes hegemônicos que permeiam as estruturas patriarcais, impositores de elementos opressivos ao seu potencial criativo. As participantes relatam essa experiência enquanto um elemento gerador de angústias e inquietações. Na fala de Joice, o descontentamento perante a essa imposição social sobre sua própria existência faz-se presente, bem como evidencia a presença da cultura patriarcal em seu convívio familiar. De acordo com a entrevistada:

A relação entre meu pai e minha mãe era de dominação. Meu pai era uma pessoa autoritária, machista, que vem daquela formação... E a minha mãe era submissa aos mandos do meu pai. E eu era rebelde porque, na verdade, não aceitava certas coisas. Naquele tempo, a gente como criança, como adolescente, brigava, brigava com o irmão, que falava assim, ‘ô sua...’, xingando a gente. Às vezes lembro de cenas em que íamos viajar e meu irmão via uma vaca no pasto e falava assim: ‘olha lá, olha você lá’. Eu queria matar ele. Então, eu falava: ‘eu sou vaca? eu não sou vaca!’. Então, você veja isso, desde criança, sempre me chamou a atenção. Sempre fui muito inquietada com isso. (Joice, 2025)

Nota-se, nesse depoimento, a forte presença de um descontentamento em relação à posição ocupada no cenário familiar tradicional. A participante se inquieta e questiona as categorias e locais destinados ao seu corpo, ainda que ausente de uma compreensão formal sobre os processos de opressão sofridos. A recusa se manifesta desde a infância frente à

opressão destinada à mulher na constituição de seu núcleo familiar. A partir disso, nota-se que a angústia presente na fala da participante apresenta-se enquanto afeto mobilizador, que a descontenta em relação a realidade imposta, convocando-a, desde criança, a um movimento de outra ordem, ainda que desprendido de qualquer entendimento histórico a respeito dos processos estruturais do patriarcado. Nesse sentido, Zanello (2007) destaca que a ausência do descontentamento mobilizador é ferramenta indispensável de manutenção do sistema instaurado. A autora (2007) aponta que a divisão relativa aos papéis de gênero reservam à mulher funções que a distanciam do olhar para seus afetos e encontros, impondo-lhes a mera obediência e adequação, excluindo a produção de outros sentidos vitais. A posição de subserviência observada por Joice em seu núcleo familiar expressa o papel feminino dominante na sociedade ocidentalizada, conectado a um existir para o outro.

Entre as funções compreendidas enquanto demandas do feminino, observa-se o ato de cuidar enquanto elemento aprisionante. Como ilustra Zanello (2007), frente à necessidade de inserir-se no meio social, as mulheres adotam a responsabilidade imposta, visando o bem-estar do outro. A partir dessa funcionalidade frente à família, ao companheiro ou a qualquer grupo social em que se insira, a mulher assume a função de cuidadora, muitas vezes na perspectiva de evitar a marginalização, o abandono ou outro tipo de violência que atravesse seu corpo de forma brutal. Inserida na cultura misógina, a mulher despende de sua potência, tempo e energia a fim de suprir as constantes necessidades demandadas pelo meio social. Nesse aspecto, vê-se por diversas vezes exercendo o papel árduo de zeladora do bem-estar do outro e poucos recursos restam para o olhar referente a sua própria existência.

Zanello (2007) destaca ainda que o papel de zeladora do bem-estar do outro restringe o tempo e a energia da mulher, impedindo-a, por diversas vezes, de lançar o olhar para o próprio cuidado e, conseqüentemente, para a própria posição no mundo. A autora (2007) assinala que essa ocupação se consolida como uma estratégia sistêmica, retirando da mulher a

possibilidade de entrar em contato com a própria potência de vida, sustentando desse modo um contexto de opressão. A impossibilidade de vislumbrar possibilidades plurais de vida, para além da funcionalidade, também restringe o caráter mobilizador do descontentamento e da angústia diante da própria posição. Em relação ao destacado pela autora, a vivência de Luana esclarece essa perspectiva relacionada ao papel social imposto para a mulher no desenrolar de suas relações; a servidora aponta:

Nos internalizamos esse papel estabelecido para as mulheres. Esse papel de submissão, de aceitação das coisas. De estar sempre servindo um outro, disponível para o cuidado de alguém sempre, de forma que você nega o cuidado a si mesma, nega seus próprios sentimentos, abafa eles, abafa seus projetos de vida, são as violências sutis que acontecem devido à estrutura. Internalizamos esse lugar, essa opressão das violências simbólicas, da violência cultural. Isso nos afeta profundamente. E nesse contato com outras mulheres, passamos a ter o olhar mais apurado para esses aspectos. Esse trabalho com as mulheres vítimas de violência faz com que fiquemos mais sensíveis a essa perspectiva, percebemos essas sutilezas. Quando falamos em violência contra as mulheres, pensamos em feminicídio, na violência extrema, perseguição, violência física... Mas começamos a perceber que essas manifestações de violências severas são resultados dessa estrutura, que é violenta cotidianamente, que legitima essa prática. Então, parece que nós mulheres estamos sempre alertas. Em estado de alerta constante. Acho que é esse o sentimento. São as pequenas coisas, as piadas, as brincadeiras, as cantadas... São elementos de uma estrutura perversa que resulta em danos sociais, emocionais e físico para as mulheres. Por exemplo, as mulheres que estão em situação de violência não têm controle algum de suas vidas, seja no campo do trabalho, nas relações de amizade, familiares, no cuidado com os filhos, no cuidado de si mesma, é devido a isso. (Luana, 2025)

Compreendendo que o “maternar” (Zanella, 2007, p. 3) perpassa a experiência da mulher de forma estruturante, nota-se que essa prática, socialmente aprendida, além de retirar a pluralidade de papéis da mulher, pode mantê-la em situações de risco à integridade. Luciana, ao recordar de situações vividas em sua função enquanto servidora na Rede de Enfrentamento a Violência contra a Mulher, relata como a relação entre a família e o cuidado com os filhos é constantemente utilizada por agressores para manter a mulher em situação de violência. Além disso, a participante confirma a função do cuidado constante com o outro enquanto ferramenta de aprisionamento. De acordo com a servidora:

A questão da constante ameaça de poder tirar os filhos... Eles ficam ameaçando, vou te fazer isso, vou fazer aquilo... Proíbe a mulher de sair de casa, de trabalhar, de estudar, de se organizar para poder ter uma estrutura melhor, para poder sair daquela relação. O opressor não quer que ela tenha outra coisa que não ele e a família, né? Então, eu fico muito indignada. Eu sofro muito com isso ainda. E eu sou curiosa. Eu fico procurando esses assuntos e o que aconteceu. Eu fico... Não vou falar que eu fico doente, porque eu não fico mais por conta disso. Mas, quando a mulher chega muito machucada no abrigo, a gente vai fazer atendimento, vemos como ela está mal, não está conseguindo falar, não consegue nem beber uma água, porque está doendo tudo, né? (...). E aí, como é que fica essa questão diante... da estrutura que essa mulher tem para poder sair dessa situação? Ela chega no abrigo dessa forma... Porque a indignação não é só sobre o que acontece, é como que a mulher vai sair disso. (Luciana, 2025).

A partir da fala de Luciana, é possível ilustrar como a relação com o “maternar” (Zanella, 2007, p. 3) e a construção do papel social da mulher no interior do seio familiar ganham contornos de violência e risco, configurando-se como um agravante para a superação dessa realidade. O relato de Luciana a respeito de sua atuação revela tanto o cerceamento das possibilidades da mulher como estratégia de controle de seu corpo, como a angústia enquanto

afeto preponderante. Ao relatar o encontro com uma usuária do serviço, Luciana revela profundo incômodo com a violência de gênero evidentemente enraizada na cultura das relações e alerta, ainda, para outra problemática de relevância: a necessidade de ações efetivas frente ao exposto.

O contato com tais experiências geram nas trabalhadoras diferentes formas de sofrimento. De acordo com Guedes e Daros (2019), a misoginia se caracteriza no cotidiano através de violências naturalizadas culturalmente que paralisam a existência da mulher, gerando desigualdades. Nota-se que a indignação demonstrada pela participante evidencia o sofrimento persistente desse cenário, que marginaliza a mulher e a retira de sua potência de vida.

O relato trazido por Luciana também fortalece os argumentos de Guedes e Daros (2009) em relação ao espaço atribuído ao feminino no contexto social e os aprisionamentos referentes ao papel do cuidar. As autoras (2009) apontam como a cultura ocidental compreende o cuidado como característica naturalizada, ligada a uma essência da mulher, sendo que essa noção aprendida impõe uma responsabilidade desgastante que permeia a mulher ainda que ela não exerça profissionalmente uma atividade vinculada ao ato de cuidar. Dessa forma, o cuidar torna-se atividade naturalmente atribuída à mulher nas culturas ocidentais, ocupando parte significativa de suas relações, por diversas vezes, retirando delas a possibilidade de movimento e facilitando um processo de distanciamento da própria história. De acordo com Guedes e Daros (2009):

Às mulheres, ainda que exerçam atividades profissionais não vinculadas ao ato de cuidar, impõem-se a responsabilidade pelo cuidado de seus familiares ou porque estes se encontram em desenvolvimento (crianças e adolescentes) ou porque, em decorrência de avançados processos de envelhecimento ou adoecimento, necessitam de cuidados intensivos. As mulheres têm, portanto, na construção da sociabilidade

burguesa, ampliada a teia de mediações que concorrem para o processo de alienação que coíbe a possibilidade de realização de projetos livres. Cuidar dos familiares, dos companheiros, em concomitância com as atividades sócio-ocupacionais, para cumprir normas historicamente criadas e interpretadas como inerentes à natureza feminina, tornam-se aspectos de uma realidade que tende a desprender-se de seus sujeitos e apresentar-se como eterna. (Guedes & Daros, 2009, p. 15)

Através do exposto, é possível considerar, nos depoimentos anteriores de Joice e Luciana, que a inquietação produz uma identificação entre a prática exercida e a própria história de vida. Dessa forma, o encontro com mulheres usuárias dos serviços públicos exacerba a percepção da misoginia no cotidiano. As afetações frente aos relatos podem demonstrar um olhar lançado à própria experiência enquanto mulher na sociedade a partir do trabalho com vítimas de violência de gênero. Joice diz:

Falava... Não é possível que temos que viver desse jeito. Quando entrei na Secretaria da Mulher, eu praticamente vivenciava isso na minha realidade! Não tinha clareza de que era uma desigualdade de gênero, de uma estrutura da sociedade que reproduz isso que meu pai reproduzia, que eu era oprimida dentro dessa estrutura... Então, não tinha clareza. Mas quando entrei na Secretaria, fui aprendendo. Fui estudando um pouco mais de gênero, lendo, participando de debates, encontrando mulheres experientes na militância e no serviço. Então, você acaba ouvindo e despertando e falando: Puxa! O que ela está dizendo tem tudo a ver com aquilo que eu vivi, com aquilo que eu vivo. Foi aí que eu fui me despertando para isso, quando eu assumi e, como já disse, fui trabalhar com mulheres que sofriam violência. E aí você começa a aproximar essas histórias e você começa a ver que, na verdade, a estrutura é a mesma, ou seja, são diferentes momentos, histórias de vida, de classes sociais. Mas sempre a história é a mesma: Por quê? Por que nós vivemos numa sociedade que estrutura essas relações

sociais em todos os espaços? Então, eu comecei a perceber a importância de ser subversiva à ordem, aos movimentos da minha instituição. (Joice, 2025)

É possível notar com Joice que a sua experiência profissional se enlaça a sua constituição enquanto mulher. Destaca-se que o contato com outras servidoras e usuárias, bem como a própria prática no serviço, possibilita à Joice um encontro com sua própria construção social afetiva, através da tomada de consciência a respeito dos atravessamentos que a localizam na sociedade e das conseqüentes violências que permeiam essa localização no mundo. Para Joice, a conscientização a respeito de si, apesar de geradora de angústias, representa possibilidade de mobilização.

Esse depoimento pode relacionar-se também com a noção de “poder erótico” constituída por Lorde (2020, p. 84). A autora revela que o erótico, para a mulher, consiste em um contato direto e consciente com a experimentação do mundo que produz sentidos de vida. Lorde (2020) destaca o sentimento de satisfação experimentado após uma ação guiada pelo desejo intenso, produtor de ação. Segundo a autora:

O erótico é uma dimensão entre as origens da nossa autoconsciência e o caos dos nossos sentimentos mais intensos. É um sentimento íntimo de satisfação, e, uma vez que o experimentamos, sabemos que é possível almejá-lo. Uma vez que experimentamos a plenitude dessa profundidade de sentimento e reconhecemos o seu poder, em nome de nossa honra e de nosso respeito próprio, esse é o mínimo que podemos exigir de nós mesmas. (Lorde, 2020, p. 89)

Na fala de Joice, esse erotismo definido por Lorde (2020) aparece a partir do estudo relacionado a gênero, movimentado pela insatisfação com a realidade social enfrentada. De acordo com a autora, o erótico pode operar de diversas formas, inclusive no compartilhamento das atividades, saberes e afetos. Assim, a participante aparenta entrar em contato com seu próprio poder erótico ao perceber sensações e vivências semelhantes à sua

experiência enquanto mulher no encontro proporcionado por sua atuação nas políticas públicas. Ademais, o encontro afetivo com outras servidoras se mostra ponto relevante na construção desse erótico, proporcionando não só um reconhecimento da própria angústia frente à opressão de gênero, mas uma partilha de conhecimentos que elucidam a realidade vivida, tornando possível enfrentá-la de forma estratégica e sensível. A respeito do erótico enquanto elemento compartilhado, Lorde (2020) aponta:

O erótico, para mim, opera de várias formas, e a primeira delas consiste em fornecer o poder que vem de compartilhar intimamente alguma atividade com outra pessoa. Compartilhar o gozo, seja ele físico, emocional, psíquico ou intelectual, cria uma ponte entre as pessoas que dele compartilham que pode ser a base da compreensão de grande parte daquilo que elas não têm em comum, e ameniza a ameaça das suas diferenças (p. 91).

Luana, em seu relato, também compartilha dessa tomada de consciência a respeito da própria realidade. A participante expõe a inquietação constante relativa à percepção da realidade vivenciada nas relações cotidianas em seu local de trabalho. No decorrer do relato, Luana destaca que os encontros proporcionados pela prática nos serviços em Rede podem gerar tanto uma mobilização através da necessidade de mudanças no contexto vivido, quanto imobilização frente às violências que também atravessam as servidoras. De acordo com a participante:

Olha, não tem como não sentir um incômodo diário. É um incômodo constante, porque passamos a perceber esse sistema de opressão de gênero. Ele está tão enraizado e presente nas relações do dia a dia, de como a sociedade é organizada, que passamos a observar muito isso. Trabalhando com mulheres vítimas de violência, com esse tema, estudando e ouvindo relatos de profissionais, relatos de vítimas, não tem como não ficar com esse olhar apurado, essa sensibilidade muito aguçada, voltada para essas

opressões cotidianas. Acho que é isso o que me mobiliza. Algumas pessoas ficam imobilizadas, mas parece que esse sentimento, hoje, me mobiliza e mobiliza também outras pessoas: o sentimento de incômodo em relação a tudo como é. Gera isso, essa sensibilidade maior, empatia em relação a essas situações que observamos no dia a dia e tivemos contato. É um incômodo que mobiliza para a ação, não imobiliza, me move. É um sentimento de fazer parte dessa engrenagem. Quando você se dá conta, tem ideia disso. É difícil colocar em palavras. (Luana, 2025)

O poder erótico descrito por Lorde (2020) pode ser encontrado, no relato, no sentimento mobilizador, gerado a partir de uma sensibilidade construída pelo contato com as políticas, com outras mulheres e com a experiência revivida e/ou revisitada. O incômodo atravessa a participante de forma a constituir uma análise questionadora frente às estruturas que permeiam o fazer social. O descontentamento gerado pelo contato com vítimas de violência de gênero conduz a participante a observar de forma mais atenta seu local institucional, transformando o sentido de sua prática.

Sob esse aspecto, a tomada de consciência em relação à realidade social marcada pela violência também funcionou como elemento gerador de ação para Márcia. Ela destaca essa movimentação no relato de uma experiência vivenciada em um grupo para mulheres usuárias de um serviço ligado à assistência social:

Lembro de um grupo que eu fiz com mulheres; uma coisa que me chamou muita atenção era que eu ouvia sempre elas falando umas contra as outras em algum sentido, sabe? O marido tinha feito alguma coisa, ou ex-companheiro, então a culpa era daquela mulher que tinha sofrido a agressão, porque ela era isso ou era aquilo... Ou o problema é a sogra que quis aquilo... Eu via muitas histórias que me traziam desconforto, pensando no quanto a gente é educada para concorrer entre a gente. E, ao mesmo tempo, eu via mulheres muito solitárias, mulheres mães solo, cujos

companheiros haviam ido embora, virado as costas. Elas sofrendo porque ele estava se relacionando com outra. E eu pensava que precisava fazer uma reflexão com essas mulheres sobre isso. O quanto a gente reforça esse papel da mulher quando a gente joga a culpa de tudo isso nelas? E esse grupo em específico começou com relação a isso (...). É isso que me mobiliza: no sentido de pensar nessas mulheres, no potencial delas e no quanto que até hoje elas foram criadas, que nós fomos criadas para representar esse papel que nos leva a sofrer violência, que nos leva a concorrer entre nós mesmas, que nos leva a assumir a maternidade como se fosse a nossa única responsabilidade e olhar para aquela pessoa que fez parte dessa concepção e fica anos sem ver a criança, e simplesmente vai embora quando o relacionamento acaba. Elas trazem isso como se fosse normal, esperado. Eu me identifico no sentido de refletir com elas sobre essa situação. (Márcia, 2025)

É possível perceber, neste depoimento, os efeitos relativos à estrutura patriarcal manifesta nos afetos e trocas entre mulheres. Nota-se que a necessidade de transformar as reproduções de misoginias advindas da estrutura social mobilizou a participante a criar espaços de ressignificação dessas relações. Nesse sentido, ao reconhecer em sua prática profissional a culpa enquanto afeto relacionado à mulher, a participante se incomoda, percebendo em seu cotidiano que a culpabilização da mulher impede a articulação coletiva e funciona enquanto controle social de seus corpos. Lorde (2020) reconhece que o poder erótico é ameaçador ao sistema patriarcal e capitalista, sofrendo constantes ataques e tentativas de distorção de sua natureza. A autora argumenta que a culpa que recai sobre a mulher é uma ferramenta utilizada historicamente para evitar a aproximação de sua própria experiência e o compartilhamento de seus desejos e necessidades. A participante aparenta reconhecer em sua fala o distanciamento imposto pela culpa e seu caráter estrutural, destacando o papel

fundamental que suas experiências profissionais críticas desempenharam no enfrentamento a essa culpabilização.

Cabe observar, a partir dos relatos analisados neste primeiro eixo, que as servidoras enfrentam desafios sociais de gênero que se entrelaçam, também, nas suas condições pessoais e históricas enquanto trabalhadoras. Por meio do encontro com outras servidoras e com as necessidades advindas das políticas voltadas à mulher, as participantes encontraram um contexto possível para colocar em articulação de suas angústias, produzindo questionamentos a respeito da estrutura hegemônica. Dessa forma, nota-se que os desafios cotidianos enfrentados, apesar de gerarem desconfortos e angústias, mobilizam ações por meio da necessidade de mudança coletiva, que aparenta ser uma estratégia de cultivo para as práticas de ativismo.

6.2 MULHERES, ARTICULAÇÕES POLÍTICAS E A CRIAÇÃO DE POSSIBILIDADES INTERVENTIVAS

Ao vislumbrar as movimentações sociais por direitos políticos no Brasil, desvela-se não só trajetórias árduas em busca de transformações estruturais, mas também enunciados que invisibilizam e subalternizam a figura de mulheres nos processos históricos, cenário que se agrava em relação a mulheres negras e de classes populares. De acordo com Soihet (2002), as ocorrências policiais e jurídicas contra esse grupo social em conflitos políticos e movimentações populares contradizem as escassas fontes em documentos oficiais que registram os feitos históricos de mulheres participantes na política e causas sociais. Tal fator, destacado pela autora, revela também a coerção e violência enfrentada pelas mulheres que expõem sua posição política publicamente, colocando em xeque a imagem idealizada do gênero feminino relacionada a mansidão e passividade.

Na perspectiva de Soihet (2002), essa invisibilização das ações efetivas realizadas por mulheres ocorre há longa data, favorecendo a manutenção das estruturas patriarcais de

gênero, que impõem à mulher barreiras e entraves na inserção da vida pública. Em diálogo com a autora, é possível traçar os encontros e embates vivenciados pelas servidoras escutadas neste estudo, que se movimentam para efetivar as políticas de enfrentamento da violência de gênero. Joice destaca sua participação e atividades em movimentos de mulheres na criação e efetivação de políticas. A participante relata as composições políticas que auxiliam ou limitam esse tipo de atuação:

Que era a Secretaria “SPM”: Secretaria de Política para Mulher. Em um governo que foi de esquerda, importante colocar isso. Afinal, a gente sabe, é aquilo que eu falei da gestão. A gestão impulsiona ou retroage o movimento. Então, foi um impulsionamento em 2003. Isso impulsionou, inclusive, todo esse movimento de mulheres, evidentemente. Da luta dos movimentos de mulher e da própria Secretaria. Impulsionou, inclusive, a criação da lei Maria da Penha dentro do Brasil. Embora venha a punição dos estados, da UEA, da ONU, em função da Maria da Penha que auxiliou nessa implantação. Mas o que impulsionou foi a Secretaria de Política para as mulheres, onde a lei também foi cobrada e debatida. (Joice, 2025).

A participante esclarece que a criação da Secretária Nacional da Mulher e, posteriormente, a articulação de Secretárias municipais que visam à aplicação de políticas voltadas à mulher, advém de debates e cobranças organizados a partir da necessidade de legislações voltadas à garantia de direitos e sua institucionalização. Joice, servidora que acompanha os primeiros passos de construção da Rede aqui analisada, relata a própria construção histórica como fruto de uma movimentação coletiva de servidoras e propiciada por um cenário político mais favorável a essa articulação. Joice ainda destaca a constituição lenta de um espaço que, posteriormente, serviu para sanar uma série de necessidades advindas dessa atuação. Em suas palavras:

Tudo foi sempre com muita (...), foi assim: ‘Bom, eu vou ter que fazer um enfrentamento da violência contra a mulher, como fazemos isso?’ Pergunto em relação à política. Pensei: ‘Não, não tem outra forma de trabalhar senão em conjunto, coletivamente’. Então, fizemos uma primeira chamada em 2011, 2010. Nessa primeira chamada, falamos: ‘Bom, então vamos fazer o seguinte, os serviços já trabalham diretamente ou indiretamente com a violência contra a mulher, então vamos chamar todos’. Criou-se o Juizado de 2011, uma luta nossa. (Joice, 2025)

Assim, a constituição da Rede é parte de uma iniciativa vinculada à Secretária municipal de políticas para mulheres, mas constituída por movimentações e articulações internas, lideradas pelas próprias trabalhadoras que, em sua atuação, percebem a necessidade da troca transversal entre os serviços que recebem as demandas de alta complexidade. Nessa perspectiva, Souto e Moreira (2021) destacam, no decorrer da história brasileira, a importância de movimentos feministas e organizações lideradas por mulheres na conquista de espaços e produção de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da desigualdade de gênero. As autoras destacam, ainda, as estratégias de reivindicação desenvolvidas a partir da coletividade de mulheres em luta, que levaram, por diversas vezes, a mudanças estruturais. De acordo com Joice, a possibilidade de trabalho coletivo emerge como uma necessidade para o combate efetivo da violência de gênero e cumprimento da política prevista. Joice retrata:

A Rede se tornou um espaço de capacitação. Ela é um espaço de troca de informações, de experiências, de serviços, de criação de estabelecimento e reestabelecimento de fluxos e protocolos de trabalho. A partir do ano de 2023, nós criamos o grupo “Diálogos em rede”, que é das forças de segurança, e foi fantástico. (Joice, 2025)

O relato de Joice demarca a conquista de um espaço de troca e fortalecimento entre as próprias servidoras, que marca uma série de lutas e esforços coletivos visando a uma prática mais efetiva das políticas. Isso, em larga medida, abriu caminhos de resistência ante as

adversidades enfrentadas em relação à própria instituição a que as servidoras estão vinculadas e às demandas relacionadas a prática profissional. Joice destaca:

A rede é um espaço também de resistência, onde, na verdade, os profissionais e as profissionais que estão ali buscam se qualificar, não em questão simplesmente de troca de informação, mas de resistência, de resistência para não deixar acabar o serviço, de resistência para melhorar essa qualidade do atendimento. Porque às vezes o profissional que está ali não tem a governabilidade das ações dentro das instituições.

Em consonância com Joice, Verônica também aponta a Rede uma parte essencial para a compreensão da própria formação enquanto profissional e ativista perante à atuação no enfrentamento da violência contra a mulher. A participante destaca o espaço da Rede enquanto local de afirmação e acesso a conhecimentos que articulam a própria experiência. Verônica aponta:

Ali fui entender a importância do feminismo... Me considero feminista e para mim é meio impossível não ser com toda essa leitura que a gente tem e que acaba influenciando na vivência pessoal. (Verônica, 2025)

Perante a situação, Luana também aponta a necessidade de um trabalho em rede para o funcionamento efetivo das políticas públicas. Em seu entendimento, no processo de institucionalização da rede, o trabalho de aplicação das ações governamentais já caminhava com articulação entre serviços. Luana aponta:

nos estruturamos em 2011, em 2012. Nós nos instituímos. Tinha um decreto que acabou sendo uma forma de darmos mais legitimidade para os nossos trabalhos e maior garantia de continuidade nas próximas gestões da Secretaria. Em 2011 tivemos mais autonomia devido à gestão da época para dar direcionamento ao trabalho do enfrentamento da violência contra as mulheres nesse sentido de trabalho em rede, fortalecendo a articulação com órgãos e serviços atuantes direta ou indiretamente com

mulheres. O CAM faz um trabalho de acolhimento, apoio e orientação às mulheres vítimas de violência; se há necessidade de encaminhar para a delegacia, sempre orientamos as mulheres. Caso tenham necessidade de encaminhamento para os serviços de saúde, fazemos o mesmo e assim vai. Na época, tínhamos mais servidoras, advogadas dentro do CAM, por exemplo, hoje, temos apenas uma assessoria que orienta. Enfim, é esse trabalho que depende de outros serviços. Então, desde o comecinho da Secretaria, em 1993, nós já tínhamos esse trabalho em rede. (Luana, 2025)

A manutenção de políticas públicas e a luta pela garantia de direitos básicos a populações vulnerabilizadas é, de acordo com Pacheco e Dias (2023), um movimento de embate constante que, historicamente, dependeu da ação de grupos populares e de agentes no interior das instituições para tornar-se efetivo. Além disso, as autoras também assinalam que a conquista de direitos significa uma ação contínua, que passa por transformações e se adapta às necessidades advindas de novos entraves. Helena destaca, em sua fala, essa constante movimentação ao afirmar:

Então, esse campo de tensionamento é acompanhado na rede. A gente está sempre nesse tensionamento devido à defesa intransigente dos direitos sociais. No caso dos direitos das mulheres, vemos que há muitas formas de apropriação por outros interesses, outros ideários diferentes da defesa das mulheres, que vão parar em um campo de “ajuda”, em uma perspectiva completamente diferente da luta por direitos, que não vai atendê-las enquanto sujeitos históricos. Precisamos entender que mesmo sofrendo violência, as mulheres não estão em uma condição estática, elas estão, de outras maneiras, buscando alternativas; essa busca não é individual, mas é coletiva. A superação da violência vivida por essas mulheres tem que ser uma dimensão coletiva de diferentes políticas, diferentes serviços. (Helena, 2025)

Com Helena é possível constatar as nuances de uma discussão já levantada por Farah (2004) a respeito da cultura assistencialista no Brasil. De acordo com a autora, medidas provisórias que não buscam mudanças estruturais constituem historicamente parte significativa das práticas voltadas à atenção populacional no Brasil. Nesse sentido, essas medidas de assistência vinculavam-se, por diversas vezes, a instituições religiosas e a ideais hegemônicos voltados à manutenção da desigualdade. Farah (2004) destaca que o estabelecimento de políticas públicas em ações que visam a mudança estrutural dá visibilidade a uma problemática social que prejudica o alcance de direitos por determinado grupo. Corroborando a fala de Helena, o reconhecimento da necessidade de produção de políticas voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher evidencia o campo de gênero em sua ordem estrutural, que impede as mulheres de acessar direitos básicos previstos em legislação. Compreender este fator também significa entender os entraves que compõem a vivência da mulher em sociedade enquanto agente histórica, fato que impõe uma série de limitações.

Para Helena, os estudos relacionados a gênero e à inserção em uma prática profissional que pensa a constituição histórica e cultural da figura feminina têm grande relevância em sua prática política para a construção e manutenção dos direitos das mulheres no município. A possibilidade de acessar a temática a convoca a pensar em sua posição enquanto sujeito coletivo e em sua própria constituição enquanto mulher e docente. De acordo com Helena:

acabei enveredando por essa temática, que era um tipo de tema que eu não dominava, falava-se muito pouco na graduação. Acabei me aprofundando. Desde então, nunca mais voltei, desde 1995 é uma temática que ficou comigo no decorrer da minha carreira docente. E, na UEL, já iniciei com essa trajetória, junto às minhas experiências em São Paulo e da minha formação em outras universidades. Quando vim para cá, já vim com essa temática que me interessa exatamente pela urgência, pela

questão emblemática, pela questão epidemiológica... A violência para as mulheres é transversal, ela é estruturante das relações sociais, uma temática que me afeta como pesquisadora, como assistente social e como mulher, evidentemente. Então, é uma temática pela qual eu me encontro e procuro sempre trilhar minha carreira, de 30 anos, sempre com essa temática. Então, na Rede foi um pouco por isso mesmo, eu já tinha um certo acúmulo, já tinha uma produção, minha dissertação de mestrado e até doutorado com essa temática em relação às mulheres. Enfim, continuei por esse caminho, trilhando. (Helena, 2025)

A respeito da construção e institucionalização de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência de gênero, Carvalhaes e Mansano (2016) destacam os processos coletivos de construção dos Planos Nacionais de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, alegando tal constituição enquanto processo que envolveu a participação ativa de movimentos feministas e a articulação entre uma série de agentes civis que mobilizaram a pauta. Helena mostra sua articulação pessoal e profissional com a Secretária Municipal de Políticas para Mulheres, exercendo atividades extensionistas enquanto pesquisadora e docente. Sua participação na constituição de protocolos voltados à atuação com mulheres vítimas de violência mostra a importância da existência da Rede para o controle dos fluxos e da qualidade do próprio serviço. Helena destaca:

acabei me inserindo particularmente junto à Secretaria municipal de política para as mulheres já há muitos anos, acompanhando também como supervisora acadêmica. E ali eu acabei me articulando com as profissionais da época que estavam pensando nessa organização da Rede municipal. A gente começou a pensar o Observatório, um dos GTs da Rede. A servidora que estava na gestão fez toda a articulação, o chamamento e conseguiu construir o decreto. Então, estou na participação desde a gestão da Rede. Participo já desde o seu estágio embrionário. A ideia da Rede é esse

mesmo, um espaço de construção coletiva de fluxos, protocolos, monitoramento das ações, dos diferentes serviços, pensando, a partir de determinados parâmetros, com a política nacional das mulheres. Do ponto de vista da legislação, dos marcos referenciais, da defesa do interesse das mulheres e, particularmente, no caso da Rede, do combate à violência contra a mulher, tanto no espaço doméstico, familiar, como sexual também. (Helena, 2025)

Pacheco e Dias (2023) apontam a importância da discussão e transformação de medidas governamentais voltadas à população, atualizando-as a fim de abarcar as necessidades emergentes, que advêm das constantes transformações culturais e históricas de uma sociedade que se encontra em movimento contínuo. Sob a perspectiva apresentada por Pacheco e Dias (2023), pode-se considerar o trabalho exercido pela Rede, apontado pelas servidoras, como espaço de discussão, acolhimento e escuta. Nele é possível atualizar as nuances que compõem a luta de enfrentamento da violência contra a mulher. Nesse sentido, em diálogo com as autoras, a articulação em Rede não se faz ausente de problemáticas ou garante a perfeita execução de protocolos estabelecidos, mas representa a possibilidade de diálogo, movimento e transformação constante das políticas. Esse exercício político garante possibilidade de repensar a atuação profissional para lidar com os enfrentamentos emergentes. Dessa forma, Helena colabora com esse cenário ao compreender a Rede enquanto possibilidade de trilhar temáticas sociais atualizadas, abordando-as enquanto problemáticas que necessitam de urgente articulação com os serviços em Rede. Helena destaca:

Tanto é que temos, também, toda uma discussão sobre as mulheres trans. E fico muito feliz, porque muitas coisas que vamos trilhando e discutindo na Rede... Inclusive o ministério público acabou se apropriando, o doutor (nome retirado) é um defensor da aplicabilidade da lei Maria da Penha para as mulheres trans. E que é um nó, principalmente com nesse campo judiciário. Mas a gente consegue perceber alguns

avanços. Então, estar nessa luta, estar nesse espaço não me representa individualmente, mas enquanto sujeito genérico, enquanto coletivo. Mesmo não sendo uma mulher preta, também entendo as particularidades das mulheres pretas, enfim. Então, entender o quanto é fundamental esse espaço da Rede para trazermos as particularidades das realidades das diferentes mulheres que temos no município e pensarmos a partir dessas realidades e particularidades. Pensar fluxos, protocolos... Porque é muito difícil, não dá para ficar só no campo da comparação mental, pensando aqui no meu gabinete, na minha sala, as pesquisas. Mas de fato, como é no território? Como essas mulheres estão? Como elas estão sendo atendidas? De fato, são garantidos seus direitos? Como garantimos? A partir disso, entendo que a minha condição de pesquisadora me coloca num lugar fundamental de defesa de direitos da população que estudo, que pesquiso. (Helena, 2025)

Ainda em diálogo com Pacheco e Dias (2023), notamos no relato de Luana o crescimento gradativo das medidas relativas ao enfrentamento da violência de gênero. Ela destaca o papel da articulação coletiva e da organização em rede na instituição, dos programas elaborados pela Secretária da Mulher e na ampliação de medidas que englobam o trabalho com essas políticas. Em suas palavras:

Ao longo desse período, de 1993 até hoje, tivemos avanços na conquista de outros serviços. Logo depois veio a Casa Abrigo, mantida pela Secretaria da Mulher... Acho que antes disso foi instituído o programa Rosa Viva. Não tenho esses números aqui. O programa Rosa Viva realiza o atendimento às vítimas de violência sexual. E chegavam muitos, muitos casos para a gente. O serviço é voltado para mulheres e meninas adolescentes, a partir de 14 anos, e se estrutura na Maternidade Municipal Lucilla Ballalai. Tínhamos a Delegacia da Mulher desde 1986, depois foi o juizado. Então, o Rosa Viva, a Casa Abrigo... Hoje temos dois juzizados antiviolaência doméstica e

familiar. Temos, também, a Patrulha Maria da Penha desde 2015. Nós fomos, aos poucos, estruturando os serviços especializados. Foi em 2011, quando fizemos uma grande campanha aqui em Londrina pela criação do juizado, que sentimos o movimento político de todos que trabalhavam com essa temática. Se unir, fazer essa articulação para viabilizar esse serviço, foi essencial. Já sentíamos há muito tempo essa necessidade de se estruturar melhor em rede. Em nível nacional, essa discussão também vem sendo colocada: 2011 foi o pontapé para esse trabalho que realizamos hoje na Secretaria de colocar os representantes, profissionais, gestores dos diversos serviços para dialogar. (Luana, 2025)

Abordando as políticas de atenção à mulher, Souto e Moreira (2021) afirmam que, historicamente, os serviços voltados a esse público, em especial na área da saúde, focavam respectivamente em aspectos reprodutivos, preservando uma matriz utilitarista sobre o corpo da mulher e mantendo um sentido ligado à exploração de seu corpo. De acordo com as autoras, as práticas ligadas à saúde, até aproximadamente 1980, voltavam o olhar para a saúde materno-infantil, negligenciando os demais aspectos ligados aos processos de saúde e adoecimento das mulheres.

Em interlocução com Souto e Moreira (2021), Georges e Santos (2016) destacam as transformações que ocorrem nos processos de reconstrução e constituição das políticas públicas, bem como abordam os desmontes e retrocessos que advêm do momento histórico e político da sociedade. As autoras sustentam um olhar crítico em relação à formação e aplicação das medidas governamentais, ressaltando a importância de reconhecer elementos tradicionais de uma estrutura neoliberal que permanecem a marcar as políticas públicas. Nesse sentido, Georges e Santos (2016) apontam que tais elementos, aliados ao modo de funcionar capitalista, visam tanto à diminuição de investimentos sociais quanto à manutenção das estruturas causadoras de desigualdade. Sob este aspecto, as autoras também dialogam sobre os

ideais tradicionalistas, ligados diretamente à manutenção de papéis de gênero, mantidos no interior de serviços e políticas voltados à mulher, especialmente em Estados mais conservadores.

Pode-se considerar que a permanência de valores conservadores, que delimitam o papel da figura feminina, impondo inclusive entraves à sua existência, retiram das instituições seu caráter gerador de transformações estruturais. Em interlocução com Georges e Santos (2016), a manutenção do modelo patriarcal frequentemente impõe às instituições um papel de correção moral das mulheres que buscam os serviços. Luciana colabora com as colocações de Souto e Moreira (2021) e Georges e Santos (2016) ao relatar o papel dos serviços primários de saúde enquanto possibilidade de entrada nos serviços voltados ao enfrentamento da violência contra a mulher. Luciana também aborda a presença de práticas que culpabilizam a mulher que acessa o serviço, individualizando o fenômeno da violência. Em sua fala, a servidora alerta:

Os serviços de saúde... Que é onde a mulher mais aparece e que muitas vezes ela entra na rota crítica. Ela chega lá machucada, decidida que ela vai romper com aquele relacionamento, que ela vai buscar ajuda. Mas aí uma fala assim: “nossa, mas eu já vi seu marido com você, ele é tão carinhoso, ele é tão atencioso”. “Nossa, eu já vi seu marido levando as crianças para a escola. Ele é um pai tão cuidadoso.” Pronto! Desmobiliza essa mulher. Depois essas mesmas pessoas criticam a mulher por não romper uma relação abusiva. Por isso que eu falo, é muito complexo. Nessa situação, a gente tem que mexer com muitas coisas. Mas é nosso papel também fazer essa sensibilização para outras pessoas que estão nessas equipes, porque o serviço é movido por pessoas. Então eu sempre falo, eu faço questão, eu gosto de fazer esse trabalho de sensibilizar, mostrar dados, falar qual a importância do nosso papel de

fortalecer essa mulher. Mas, quando não funciona, aí a gente tem que dar denúncia, a gente tem que fazer a queixa, não dá, não dá para aceitar. (Luciana, 2025)

A partir do que é destacado por Luciana, é possível compreender que o funcionamento das políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher depende de uma diversidade de agentes, que se mobilizam perante os recursos e as possibilidades de vinculação existente entre serviços. Nesse sentido, nota-se que a transversalidade, característica do trabalho em rede, facilita essa mobilização, promovendo cenário de fortalecimento e acompanhamento da atuação sobre uma demanda de alta complexidade.

6.3. MULHERES, AÇÕES E TENSIONAMENTOS

A partir do diálogo estabelecido com as servidoras, foi possível notar que os caminhos traçados no interior das instituições aconteciam em meio a tensionamentos consideráveis, que determinavam, por diversas vezes, as relações e o cenário laboral. Abers (2021) especifica que o ativismo executado nesses contextos enfrenta frequentemente a própria cultura institucional, que tende a ser hegemônica. Nesse sentido, as ações propagadas pelas agentes ocorriam, por vezes, em embates diretos e de consequentes desgastes e perdas. No entanto, tais movimentos também encontravam maneiras de fluir por meio de estratégias que visavam minimizar prejuízos para as agentes mobilizadoras. A fala de Joice explicita essa dinâmica relativa a equacionar a relação entre papel institucional e ativismo. A participante explicita os desencontros sofridos devido ao seu posicionamento em relação ao enfrentamento da violência contra a mulher. Na fala de Joice é possível notar, além disso, que o posicionamento ativo das servidoras em relação às causas defendidas ameaça as hierarquias institucionais vigentes, gerando mais tensionamentos. De acordo com Joice:

Tive momentos em gestão. Logo depois que saí e fui impedida de fazer esse trabalho, passei a ser proibida de falar dentro da rede pela gestora porque, de certa forma, acho

que ela se sentia ameaçada devido ao conhecimento da gente, à caminhada que a gente já tinha ali dentro. Mas sempre estive na rede. Depois, continuei coordenando a rede, continuei participando da rede como servidora e depois, de fato, assumi a coordenação da rede, até o momento que saí, em 2021, quando me aposentei. Até então, já tinha tido algumas participações governamentais dentro do conselho da mulher. (Joice, 2025)

Pode-se considerar que Joice dialoga com Abers (2021) ao reconhecer em sua experiência a presença dos processos institucionais nas mobilizações efetuadas. Joice reconhece os entraves que precisavam ser superados para a continuidade de suas ações. Nesse sentido, partindo de um ativismo que se dá no interior de políticas públicas, a participante traz como desafio para suas articulações o diálogo com a gestão governamental. As tensões e os embates se suavizam ou se intensificam de acordo, também, com os interesses governamentais da instituição. Joice relata momentos significativos de confronto com ideologias que vão na contramão de sua mobilização. Destaca:

há momentos que somos proibidas de falar. A gente passa por gestões e gestões. Várias gestões diferentes. Têm aquelas que te deixam trabalhar, aquelas que entendem a importância da rede e aquelas que acabam boicotando o trabalho de fato. Então, às vezes não conseguimos fazer determinadas coisas com a rede, porque quem assina em nome da rede é a Secretária da Mulher, embora a rede seja um coletivo não hierárquico, a coordenação, o trabalho está vinculado à Secretária. Por quê? Porque, na verdade, na política do enfrentamento da violência, a rede é uma ideia, uma proposta, um instrumento de articulação das políticas públicas. O conselho, ele já tem um papel específico de questionar a gestão, de fiscalizar o que está acontecendo, de fiscalizar e aprovar recursos... Enfim, de monitorar as ações da gestão. A rede, ela tem esse papel da articulação. (Joice, 2025)

A respeito das articulações necessárias para a sobrevivência das ações no interior da instituição, Joice menciona trocas cotidianas entre as trabalhadoras e ativistas para a viabilização de suas defesas. O relato da participante dialoga com a perspectiva demonstrada por Rech e Silva (2016), que sugerem o uso da posição institucional dos agentes enquanto estratégia de manutenção da causa defendida. Nesse sentido, movimentos organizados em contextos institucionais podem gerar menos desgaste aos seus executores quando se utilizam do coletivo para juntas traçar possibilidades.

Por outro lado, Joice destaca o atual enfraquecimento das políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher e as dificuldades enfrentadas na manutenção dos serviços. Isso também aparece na fala de Luciana: confrontar os ideais da gestão que restringem as perspectivas de enfrentamento exige cuidadosa movimentação, mas se faz necessário para a manutenção das políticas defendidas. De acordo com Luciana:

Fiquei bastante preocupada, porque já tenho participação em conselhos, de anos, mas nunca tivemos uma determinação como foi agora. A gente sabia que as pessoas cobravam, têm que votar junto. Mas eu, em vários momentos assim, votei contra e não tive nenhum problema, agora a gente ficou com medo. Então, aquela coisa: Você viu a pauta, tem algo lá que você não concorda, tem que chamar os pares do governo para se reunir. Mas muitas vezes a gente fica sabendo da pauta quando? No dia! Então, é essa relação institucional, diferente das pessoas que estão ali como voluntárias ou militantes, ou mesmo em uma relação institucional que tenha mais liberdade... A gente não tem, infelizmente. Não pode ficar totalmente à vontade. Mas tem as amigas que podem e tem *whatsapp*. A gente vai se articulando muitas vezes até durante a reunião. (...) Tem coisa que é mais fácil articular por fora do que ir para o embate. (Luciana, 2025)

Luciana explicita que os embates existentes no contexto institucional se tornam possíveis para os agentes internos quando há entendimento conjunto sobre as estratégias de movimentação. De fato, Ruiz (2020) constata que, em intersecções de ações coletivas e instituições estatais, a incorporação do papel de ativismo ocorre em conjunto com a vivência do espaço institucional, sendo a articulação entre agentes no interior da instituição essencial para a abertura de novos cenários dentro do contexto de trabalho. Perante as interlocuções, há possibilidade de criação no interior das instituições governamentais contanto que existam ações e parcerias táticas, elaboradas para o cuidado com o corpo institucionalizado. Em consonância, Márcia traz, em seu relato, o desgaste existente nesse corpo que, além de encontrar-se constantemente em embates devido à necessidade de defender ideais, se depara com o controle e a hierarquização previamente instituídos em seu local de atuação. Assim, ela relata que a vigilância constante, existente dentro da instituição, recai sobre as agentes de forma ainda mais pesada. Em sua experiência, Márcia destaca o caráter árduo de atuar com poucos recursos e ainda mobilizar-se para garantir o funcionamento dos mecanismos de enfrentamento da violência de gênero. Ela diz:

A gente está sendo o tempo inteiro vigiado, no sentido de que o que a gente faz não é o suficiente. Inclusive, tentam o tempo todo usar isso para justificar essa desarticulação da Rede. Então, mina bastante o trabalho, a equipe começa a se sentir muito desestimulada. Porque, ao invés da equipe ser colocada em papel de importância, ao invés de acertar com a equipe o que precisa acertar, afinal toda equipe precisa de acerto, vão minando o trabalho como se aquilo que fazemos não fosse nunca o suficiente, não é bom o bastante em números. Daí as equipes entram nesse círculo vicioso de desacreditar de si, desacreditar da proposta. Então, estão minando o serviço de dentro para fora. (Márcia, 2025)

Pensando nos atravessamentos existentes entre a vivência das servidoras e a política pública, é possível pensar nas estruturas complexas que constituem as relações de poder entre sociedade e Estado. Ansell (2013) reconhece que as instituições existentes no aparato estatal frequentemente se entrelaçam, coexistindo em ecologias complexas, por vezes marcadas de contradições. Tais instituições, enquanto cenários impositores de normativas e regras, fazem-se presentes no social, perpetuando modos de vida e compreensões culturalmente disseminadas e, por diversas vezes, mantenedoras de hegemonias políticas. Compreendendo esse cenário, nota-se que as mobilizações criativas no interior dessas estruturas se mostram tão necessárias quanto de difícil sustentação. A ação criativa, para o corpo institucionalizado, tende a tornar-se parte essencial da vida institucional, ocorrendo não como superação da estrutura imposta, mas pela utilização dos recursos vitais já disponibilizados pela instituição a fim de fortalecer a causa.

Márcia destaca:

Têm algumas situações em que, enquanto servidora, a gente precisa se retirar, porque a gente pode vir a ser responsabilizada, inclusive por algumas coisas. Então, o ativismo institucional tem limites claros. Em específico, do que a gente fala, onde a gente fala, como que a gente fala... De momentos em que a gente precisa recuar... Desde que não seja uma coisa que vá ferir minha ética profissional, se é uma decisão do gestor municipal, da gestora da pasta... A gente está ligada a isso, numa relação de subordinação mesmo. Nós somos funcionárias, somos servidoras. Então, esse é um limite diferente de quando a gente é uma ativista fora da instituição. (Márcia, 2025)

Com Márcia pode-se compreender que o ato de resistir e dar continuidade às ações ativistas se dá por meio da troca entre corpos que se encontram em uma mesma situação e são afetados por relações e experiências comuns. Assim, as criações e reações neste cenário limitam-se frequentemente devido ao controle institucional. No entanto, produções coletivas podem ser estratégias para superar, em partes, os entraves estruturais que desgastam o corpo.

Machado (2007) destaca o coletivo enquanto criação de vínculos frente a objetivos comuns que potencializam processos de pertencimento. Nesse sentido, a ideia de coletividade e laços afetivos fornecem à causa defendida ferramentas para sobreviver às investidas estruturais de desmonte.

Em concordância com o exposto, Luciana menciona as resistências frente ao desmonte das políticas públicas municipais voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher. Em sua perspectiva, a frequente ausência de recursos é uma realidade presente no cotidiano laboral das servidoras, impondo ainda mais dificuldades às suas práticas e restringindo suas possibilidades de ação. Luciana também aponta, enquanto fator mobilizador de sua própria atuação profissional e ativista, a necessidade de enfrentar uma realidade que impacta não só os serviços públicos, mas as próprias mulheres e sua vida em sociedade. Ressalta, então, que o papel exercido em rede para a manutenção dos movimentos torna-se fundamental enquanto estratégia que dribla os efeitos do desmantelamento dos serviços e impõe, ainda, a necessidade de fortalecer as servidoras para a continuidade do enfrentamento. Márcia também vai nessa direção e conta:

Essa sensação de desconstrução dessa política específica de atendimento à mulher, feita inclusive com muito descaso pela equipe e pelo serviço, dá essa sensação de estar sendo minado de dentro para fora. Com relação às questões de condições, de recursos humanos, condições materiais e financeiras... Eu cheguei há pouco tempo, não tinha essa trajetória anterior. Então, o que mobiliza as minhas ações é tentar fortalecer essa equipe. Fortalecer a rede agarrando todas as oportunidades que temos. Temos que olhar a importância de uma política específica para a mulher, para que ela não se perca no meio de todas as outras especificidades e vulnerabilidades que a gente tem. A violência contra a mulher é um número que não diminui, ele cresce. A gente pode olhar o dado por vários ângulos, mas é fato que isso vem crescendo e continua

crescendo. Então a gente não teve um declínio, um momento em que a gente precisava estar enxergando isso, que a trajetória de mobilização contra a violência é longa. (Márcia, 2025)

Os apontamentos de Márcia também conversam com o conceito de noção comum delineado por Espinosa (1983). Para o autor, ideias que surgem da experiência corporal do sujeito e expressam a conexão entre o corpo e o pensamento podem ser denominadas enquanto “noções comuns” (p. 92). A partir de um encontro potente entre agentes que compartilham de um mesmo contexto, é possível gerar sentidos comuns à experiência, compondo novas perspectivas de ação e análise. Nesse sentido, as noções comuns podem potencializar o afeto que perpassa os corpos e levar à ação. Encontros que aumentam a potência do agir coletivo podem cooperar para a manutenção e criação do fazer ativista. Nesses encontros há possibilidade de fortalecer os vínculos que se tensionam em meio aos constantes embates e produzir sentidos plurais à existência. Assim, nos encontros, o coletivo pode munir-se por meio da produção de sentidos que potencializam os movimentos. O ativismo produzido se direciona à superação de ideologias opressivas e estruturas rígidas para acessar maneiras de ser mais suaves, que possibilitam a liberdade do movimento, gerando mais possibilidades de contato e afetações que potencializem a existência.

As noções comuns podem ser identificadas no relato de Helena, que destaca os laços constituídos de confiabilidade entre as servidoras e ativistas externas à rede, que funcionam enquanto fortalecedores dos movimentos. De fato, o encontro entre as trabalhadoras da rede que identificam em sua história focos de sofrimento semelhantes auxilia na identificação de saídas para transformar os afetos, produzindo ações. Além disso, no relato de Helena, a articulação com ativistas fora da rede também demonstrou ser uma estratégia relevante para a sobrevivência nas movimentações institucionais. Por meio do encontro entre ativistas e das trocas proporcionadas pelos encontros coletivos, torna-se possível a construção de práticas

alternativas, que possibilitam fazer fluir os movimentos de ativismo institucional. Helena relata:

Como em todas as esferas, na rede principalmente, precisamos desses laços e eu estou entendendo esses laços de confiabilidade em uma dada direção social. Estou partindo do pressuposto de que esse estabelecimento desses laços é para buscar forças. Com pensamentos próximos, então, temos essa possibilidade. Eu percebo que isso, muitas vezes, é até subliminar. Não precisamos chamar, evidentemente. Algumas pessoas têm um chamamento fora do *status* da rede, que a gente dialoga e constrói alternativas. Mas é muito, muito marcante quando eu faço alguma fala, alguma defesa e toco alguém ali, daquele coletivo, que se manifesta na mesma direção, se sente sujeito desse processo e percebe que tem uma direção colocada, que é essa defesa intransigente dos direitos sociais. E as pessoas se manifestam. Os laços, muitas vezes, não são estabelecidos fora da rede, eles são estabelecidos muitas vezes no próprio processo de construção do pensamento ali, que é coletivo. E eu penso que isso é muito, muito tocante, mesmo aquelas outras pessoas que não têm a mesma percepção ouvem uma fala coletiva e eu penso que isso é fundamental, por mais que a fala que temos dê uma direção. (Helena, 2025)

Helena faz notar que a constituição dos movimentos e construção das ideias que engendram ações é realizada de forma coletiva, por meio do encontro entre servidoras e a defesa das políticas de combate à violência de gênero. Nota-se, entre essas mulheres, um movimento afetivo que se direciona às transformações estruturais e que reconhece a atual estrutura enquanto restrita. No relato de Helena observa-se que os corpos afetados pela vivência em um mesmo contexto parecem produzir, de maneira conjunta, novas possibilidades de vida frente ao cenário existente. Helena complementa:

E temos feito de uma forma um pouco mais contundente nesse momento por conta exatamente da própria conjuntura do município, que avança para a extinção da Secretaria das Mulheres. Então, temos tomado um pouco mais a frente por conta dessa mudança de gestão. Às vezes, damos voz ao pensamento de outras pessoas, o que é tocante. É, então, a construção dos laços: penso que se dá exatamente pela direção social crítica, de forma que todos tenham uma perspectiva voltada aos direitos sociais, independente da área profissional ou do serviço que representa. É interessante esse movimento do contraditório da própria realidade. Tenho sentido mais ao longo desses anos, quase 14 anos de Rede, que esses laços se estreitam quando temos um esgarçamento dos direitos, isso com diferentes sujeitos, já que a rotatividade é grande. Quando temos os direitos ameaçados, construímos laços, e esses laços não são construídos individualmente. (Helena, 2025)

Percebe-se com Helena o papel da coletividade em processos de resistência liderado por mulheres. Nesse sentido, a organização de redes que facilitam a comunicação e produção de ações torna-se importante elemento para a continuidade dos enfrentamentos cotidianos. Frederici e Valio (2020) chamam a atenção para a importância da construção de conexões entre mulheres na prática ativista; tais laços funcionam enquanto ferramenta possibilitadora dos avanços micropolíticos. Luciana relata em sua experiência constante percepção de movimentações organizadas por coletivos de mulheres, fortalecidas pelas relações constituídas:

Sim, é necessário isso. É fundamental. Sempre falo, a rede é formada em grande parte...

Por quase a sua totalidade de mulheres. Parece que as mulheres têm mais facilidade para isso, sabe? De... Por quantas tantas vezes... De oferecer uma postura simpática com a situação. Muitas vezes, a gente quebra o protocolo para poder facilitar o atendimento, a inclusão, discutir o assunto que precisa ser discutido. (Luciana, 2025)

Verônica concorda com Luciana em seu depoimento ao destacar a inserção da Rede como marco para o desenvolvimento de um olhar que considera gênero nas relações estabelecidas. Na experiência da servidora, exercer sua função na política voltada ao enfrentamento da violência contra a mulher exigiu um aprofundamento nas questões relacionadas ao patriarcado e a vivência das mulheres na sociedade. Verônica destaca ainda que, em sua formação relacionada à psicologia social, que houve pouco ou nenhum aprofundamento em relação aos estudos de gênero. De acordo com a participante:

Fui aprendendo muito, eu não tinha uma visão de gênero... De todo esse contexto do patriarcado até entrar nessa secretária, ir me aprofundando e estudando em grupos de estudo da UEL. Tudo isso foi uma formação para eu entender uma série de coisas que nunca foram óbvias para mim. Pensava que deveria ter Lei José da Penha... Lembro de ter esse tipo de pensamento, a Maria da Penha era uma lei nova e não tive nada na minha graduação para me preparar para essa atuação nas políticas públicas. (Verônica, 2025)

A partir das autoras que dialogam com as ativistas participantes desta pesquisa, é possível perceber que os avanços que geram transformações estruturais também proporcionam a construção de espaços micropolíticos geradores de escuta e cumplicidade. Entendemos que esses espaços constituem uma forma de cuidado recíproco frente a uma realidade que adoece o corpo acionado para permanecer em constante luta. O ativismo dessas mulheres, elemento histórico de transformação social, parece encontrar possibilidade de resistência por meio da constituição de relações e de encontros que potencializam os afetos em sua disparidade, sendo ora alegres, ora tristes. O fazer micropolítico no cotidiano emerge em meio aos embates cotidianos realizados em coletivos, gerando sentidos transformadores.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos de liderança realizados pelas trabalhadoras do serviço público de proteção à mulher na cidade de Londrina envolvem um cenário marcado por esgotamento e escassez de recursos que se dissemina nos serviços públicos de assistência social, educação e saúde. De acordo com os relatos coletados no decorrer deste trabalho, atualmente, a situação de desmonte dos serviços voltados a esse público se agrava enquanto os casos de violência cotidiana vivenciados pelas mulheres brasileiras aumentam aceleradamente. Diante desse contexto complexo, coube a esta pesquisa tomar em análise as relações estabelecidas entre sociedade patriarcal, capitalismo e experiência.

As maneiras como as mulheres vivenciam a relação com o trabalho atrelam-se constantemente às violências de gênero, presentes de forma radical em suas trajetórias, mas, por diversas vezes, despercebidas pela naturalização cultural da misoginia. A imagem cultural da mulher, constituída enquanto dócil, maternal e dedicada ao cuidado do outro, coopera para a manutenção das brutalidades.

De fato, a sobrecarga existente em duplas jornadas de trabalho e em violência institucionais desvela uma nuance do sistema capitalista que atinge as mulheres de maneira intensa. O ideal de mulher culturalmente constituído acompanha a trabalhadora em diversos contextos, colocando-a, inclusive, em situações de vulnerabilidade socioeconômica. De fato, a diferença salarial entre homens e mulheres e as violências de gênero que limitam suas possibilidades de ação evidenciam entraves comuns, enfrentados cotidianamente. Esse cenário tende a tornar-se mais preocupante ao abranger outros recortes sociais. Como pudemos acompanhar nesta pesquisa, mulheres racializadas e de classes mais baixas têm seu corpo atravessado por essas violências de forma ainda mais intensa. Além disso, a atribuição do cuidado à mulher como elemento constitutivo da vida na sociedade patriarcal impõe ainda mais encargos em seu cotidiano. Essa jornada de trabalho extra, não remunerada e raramente

reconhecida no interior dos lares culmina em ainda mais exaustão e limitações relacionadas a sua expansão afetiva e desejante.

De fato, o encontro entre mulheres ativistas que fazem sua ação em contexto institucional se mostra desafiador pela vinculação laboral existente. Por se tratar de trabalhadoras, algumas amarras institucionais parecem dificultar de forma mais intensa as articulações necessárias ao movimento. Nesse sentido, cabe questionar: quais foram as amarras que detectamos na pesquisa que afetam o cotidiano do público abordado? Responder esse questionamento requer resgatar a ideia de Abers (2021) a respeito de causas contenciosas no contexto institucional. A autora mostra que a manutenção de movimentos de transformação em contextos de trabalho pode colocar a agente em situações de vulnerabilidade no cenário laboral, destacando as posições hierárquicas existentes em parte considerável das instituições e as limitações relativas a própria posição institucional ocupada pela trabalhadora. Tal amarra é delicada e pode colocar em risco a sua permanência no contexto profissional. Escapar disso requer uma série de articulações coletivas e estratégicas, a fim de manter os movimentos necessários às transformações institucionais, causando menos prejuízo possível à posição política de profissionais. Considerando a permanência de ideais misóginos nas relações de trabalho, ao abordar movimentações evocadas por coletivos de mulheres, pode-se considerar que as repressões advindas da cultura institucional hegemônica tendem a ser mais violentas.

Pensando na noção de ativismo institucional desenvolvida por Abers (2023) e em consonância com as experiências relatadas pelas mulheres participantes da pesquisa, fica notável que a horizontalidade das ações ganha contornos importantes nos movimentos e na sua organização. Dessa forma, o movimento, por diversas vezes, sobrevive a partir de estratégias coletivas, de encontros fortalecedores e vínculos afetivos constituídos por mulheres que compartilham a defesa de “causas contenciosas” (2023) frente a estruturas limitantes.

Assim, cabe compreender também as contradições existentes entre a ideia de protagonismo e ativismo, discussão que surge nas ações e nos relatos das participantes. De fato, nota-se que focar o movimento social na figura de uma mulher ou agente, que passa a ser representada como alguém empoderada, parece fragilizar as ações frente à causa, deixando não só esta mulher específica (que passa a ser isolada) vulnerável frente às repressões e sanções advindas da estrutura dominante, mas também retirando do ativismo social (coletivo) o foco nas transformações estruturais. Isolar a dita protagonista acaba fragilizando suas ações. No decorrer do presente trabalho, tornou-se nítida a necessidade de participação interconectada na criação de um comum dialogado e afetivamente construído, bem como no fortalecimento político de uma coletividade que busca transformações diante de uma cultura hegemônica vigente.

Compreendendo os perigos relacionados ao empoderamento concentrado em uma figura isolada, compreende-se que a organização coletiva, necessária à mobilidade da defesa pela causa, ocorre sob a perspectiva de encontros potencializadores. Com base na “noção comum” (Espinosa, 1983), as mulheres mostraram que um encontro pode ser mais do que uma formalidade e pode caminhar na direção de uma suavidade com traçados e movimento, seja pela identificação de experiências semelhantes, pelas nuances que validam a convivência ou pelo compartilhamento do desejo pela transformação da realidade vivida.

Lorde (2020) também se incube de apontar que, apesar das constantes dificuldades estruturais que se pretendem soberanas pela tentativa de imposição de modos de vida hegemônicos, as mulheres encontram maneiras de transgredir às exigências que recaem sobre seus corpos e existências. Tais transgressões, advindas de considerável angústia em relação às restrições, podem vir a ser geradoras de possibilidades e criações outrora fora de alcance. Por meio da geração de sentido coletivo, os embates enfrentados na estrutura institucional, exaustivos e desgastantes para o corpo, passam a ser trabalhados analiticamente no encontro

com outras mulheres. A partir disso, o sentido produzido pelos movimentos micropolíticos não retira a trabalhadora do inevitável enfrentamento perante a estrutura, mas pode vir a abrir novos campos de ação e laços. Enlaces estes que tendem a permear a experiência da mulher na sociedade ocidental e abarcar uma série de nuances que, apesar de experienciadas de maneira diversa, encontram espaço comum para expressar de modo plural o ser e se fazer mulher na sociedade ocidental. Esses laços, antes extremamente estreitos, podem desdobrar-se em outros sentidos em meio aos encontros potentes e povoados de criação.

As políticas públicas dirigidas às mulheres na sociedade atual tomaram forma por meio de movimentos organizados há longa data, destacando ações de mulheres no interior das instituições públicas, nas cidades e no campo. Decorrente dessas ações, uma série de direitos foi conquistada. Entretanto, retrocessos políticos e tentativas estruturais de desmonte das árduas conquistas tornaram-se mais frequentes, demandando um enfrentamento cotidiano, traduzido em constantes esforços para garantir o funcionamento dos serviços e o alcance de direitos.

Foi precisamente isso que pudemos constatar na parte empírica da pesquisa. Nos relatos das participantes, nota-se a identificação das violências de gênero que atravessam os corpos, e elas ganharam mais visibilidade e compreensão devido ao contato com os serviços e com outras mulheres da Rede. Cabe destacar que tal compreensão também se dá pela possibilidade de laços afetivos, acadêmicos e profissionais das entrevistadas. Três das seis mulheres participantes obtiveram acesso, no ensino superior, a essa temática, aproximando-se de análises críticas e situadas sobre ela. Além disso, torna-se notável, no decorrer dos relatos, a relação estabelecida entre as servidoras e a Rede enquanto possibilidade de capacitação e troca. Ficaram evidentes também as aberturas para articulação e, por vezes, a sensação de segurança recíproca para realizar o planejamento das ações ativistas.

Parte significativa das mulheres entrevistadas não se reconhece enquanto ativista política da causa do enfrentamento da violência de gênero, mas todas realizam, dentro de suas possibilidades institucionais, movimentos estratégicos para manter ou melhorar os serviços e estendê-los a outros contextos em que se fazem presentes as pautas relativas à violência de gênero. Ademais, no decorrer das entrevistas, todas as participantes demonstraram papel ativo nos embates e construções coletivas no interior das discussões dedicadas à elaboração de políticas públicas regionais.

Os relatos também demonstram que o fazer do ativismo institucional requer estratégias de articulação específicas, já que a sobrevivência dos movimentos de transformação no interior das instituições depende da disponibilidade das agentes institucionais para o embate. Nesse aspecto, foi possível detectar a importância da comunicação entre os diferentes serviços públicos de assistência e a necessidade de se aliar a movimentos externos, cujas possibilidades de ação podem ampliar as ações no interior das instituições.

Nessas articulações, ressaltamos que a troca entre servidoras e usuárias funciona como potencializadora das ações existentes e mantém a necessidade constante de colocar-se em movimento, ainda que nas brechas institucionais, a fim de transformar a cultura hegemônica, que marca a experiência estrutural das mulheres. Pode-se perceber que os enfrentamentos são resultado de uma produção de sentido coletiva que impulsiona as mulheres servidoras a explorar possibilidades de transformação e a lutar pelas conquistas já realizadas.

Os depoimentos mostraram ainda que as ações ganham consistência pelas histórias de vida de suas autoras, contendo nuances de suas trajetórias enquanto mulheres em uma sociedade patriarcal. É notável que a significação da própria vida como agente de transformação vai se desenhando antes da entrada nas instituições, sustentando enfrentamentos necessários com familiares, amigos e vizinhos.

Por fim, cabe mencionar a presença marcante de um cansaço que passa por seus corpos e a preocupação com a continuidade de suas ações. Elas indicam a necessidade de abertura de espaços para receber novas agentes sociais dispostas a ocupar-se do bem comum e de se implicar com o cotidiano de constante movimentação e luta pela prevalência de suas necessidades, desejos e direitos. Nesse aspecto, as trabalhadoras entrevistadas, sendo a maioria delas com diversos anos de participação na Rede, demonstram angústia em relação ao futuro quanto à permanência das conquistas já efetivadas, indicando a necessidade de abordar frequentemente não só a importância das políticas municipais de combate à violência de gênero, mas também a ampliação do quadro de mulheres dispostas a aderir às lutas e se engajar nos embates para a manutenção dos instrumentos e serviços públicos de proteção. Ante o desgaste de longos períodos de conflitos com a estrutura e a resistência às constantes tentativas de desmonte da Rede, é notável sua preocupação com a continuidade do movimento de resistir.

A pesquisa mostra que o ativismo nas instituições é, ao mesmo tempo, difícil, desejante e necessário. Tal cenário abre espaços para vislumbrar novas pesquisas em Psicologia Social dedicadas a compreender os aspectos afetivos e mesmo clínicos necessários para a elaboração das experiências vividas e o fortalecimento das articulações já existentes, com vistas a abrir caminhos plurais para a continuidade das ações ativistas. Nessa perspectiva, esta pesquisa finaliza destacando a urgência da criação de espaços de cuidado e articulação para com esse corpo que atua na linha de frente em defesa das políticas públicas, apontando constantemente faltas estruturais que impedem o funcionamento dos mecanismos e serviços públicos de proteção. Esse cenário aponta para a possibilidade de novas pesquisas que se dediquem exclusivamente à problematização de como alcançar, sustentar e cuidar desses corpos e de como proporcionar, assim, a abertura de espaços possíveis para efetuar a escuta sensível e um cuidado atento aos devires em constante choque com as estruturas vigentes.

Consideramos que fortalecer esse processo em meio a encontros que potencializem suas ações é um dos desafios colocados para a Psicologia Social na interface com a Psicologia Clínica.

REFERÊNCIAS

- Abers, R. N. (2021). *Ativismo institucional: criatividade e luta na burocracia brasileira* [online]. Editora UNB.
- Abers, R., & Bülow, M. U. (2021). Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade? *Sociologias*, 13(28), 52–84. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222011000300004>
- Anoli, V. (2019). "mais ativista do que gestora": ativismo institucional no campo do movimento LGBT em Campinas. *Sociologia & Antropologia*, 9(2), 495–517. <https://doi.org/10.1590/2238-38752019v927>
- Ansell, C. (2013). Ecological explanation. In G. Berk, G. Gerald, C. Dennis, & C. Hattam (Eds.), *Political creativity: reconfiguring order and change* (pp. 55-77). University of Philadelphia Press.
- Beauvoir, S. (1970). *O segundo sexo: a experiência de vida* (2. ed. rev.). São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- Blay, E. V. (1994). Mulheres e movimentos sociais. *São Paulo em Perspectiva*, 8 (1), 1-3.
- Bordo, S. R. (1997). O corpo e a reprodução da feminidade: Uma apropriação feminista de Foucault. In A. M. Jaggar, & S. Bordo (Eds.), *Gênero, corpo, conhecimento* (pp.19-41). Record.
- Brasil. F. G., & Capella, A. C. N. (2015). Análise de políticas públicas: Uma revisão da literatura sobre o papel dos subsistemas, comunidades e redes. *Novos estudos CEBRAP*, 57–76. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002015000100003>
- Carneiro, S. (2003). Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, 17(49), 117–133. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>
- Carvalhoes, F. F., & Mansano, S. R. V. (2016) Mulheres e lutas políticas: Conquistas e limites vividos na segunda metade do século XX. *INTER Tesis*, 13(2), 1-8. Doi: <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2016v13n2p141>
- Coelho, L. M., & Baptista, M. (2009). A história da inserção política da mulher no Brasil: Uma trajetória do espaço privado ao público. *Revista Psicologia Política*, 9(17), 85-99. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519549X2009000100006&lng=pt&tlng=pt
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1995). *Mil Platôs*. (Vol. 1). A. L. O. Aurélio Guerra Neto, & C. P. Costa (Trans.). São Paulo: Editora.
- Delgado, L. A. N. (2006, jun.). História oral e narrativa: Tempo, memória e identidades. *História Oral*, 6. Doi: <https://doi.org/10.51880/ho.v6i0.62>.

- Dennis C., & Hatam, V. (org.). (2013). *Political creativity: Reconfiguring order and change*. University of Philadelphia Press.
- Espinosa, B. (1983). *Ética*. (J. de Carvalho. Trad). (pp. 1-240). Abril Cultural.
- Farah, M. F. S. (2004). Gênero e políticas públicas. *Revista Estudos Feministas*, 12(1), 47–71. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100004>
- Farias Monteiro, K., & Grubba, L. S. (2017). A luta das mulheres pelo espaço público na primeira onda do feminismo: De sufragettes às sufragistas. *Direito e Desenvolvimento*, 8(2), 261–278. <https://doi.org/10.25246/direitoeddesenvolvimento.v8i2.563>
- Federici, S., & Valio, L. B. M. (2020). Na luta para mudar o mundo: Mulheres, reprodução e resistência na América Latina. *Revista Estudos Feministas*, 28(2), 1-12. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n270010>
- Fernandes, E. B. (2021). Morte ao patriarcado: Fraternidade, irmandade, sororidade. *Cadernos Pagu*, (63), 1-10. <https://doi.org/10.1590/18094449202100630009>
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2023). *18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- Georges, I., & Santos, Y. G. (2016). *As “novas” políticas sociais brasileiras na saúde e na assistência: Uma produção local do serviço e das relações de gênero* (pp. 7-356). Fino Traço.
- Goldman, E. (2010). A tragédia da emancipação feminina. In A. Rodriguez (Trad.), *La palabra como arma* (pp. 110-160). Libros de Anarres; Terramar. (Trabalho original publicado em 1906)
- Goldman, E. (2019). Sufrágio Feminino. In E. Goldman, *Questão Feminina/ Emma Goldman* (pp.1-144). São Paulo: Biblioteca Terra Livre; Projeto Emma Goldman.
- Gonçalves, R. C., & Lisboa, T. K. (2007). Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. *Revista Katálisis*, 10(spe), 83–92. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300009>
- Gonzalez, M. F. (2019). Narrativas de mujeres activistas: Participación y transformación entre lo personal y lo político. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 37(3), 277-291. <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.7949>
- Guattari, F., & Rolnik, S. (1996). *Micropolítica: Cartografias do desejo* (4ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Guedes, O. de S., & Daros, M. A. (2009). O cuidado como atribuição feminina: Contribuições para um debate ético. *Serviço Social em Revista*, 12(1), 122–134. <https://doi.org/10.5433/1679-4842.2009v12n1p122>

- Guimarães, N. A., Paugam, S., & Prates, I. (2020). Laços à brasileira: Desigualdades e vínculos sociais. *Tempo Social*, 32(3), 265–301. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2020.174291>
- Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia. (2009). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Objetiva.
- Heckert, A. L. C. (2014). Os exercícios de resistência no contemporâneo: Entre fabulações e contágios. *Psicologia em Estudo*, 19(3), 579-595. <https://doi.org/10.1590/1413-73722228410>
- Lispector, C. (1973). *Laços de família*. Rio de Janeiro: Antenova.
- Lorde, A. (2020) *Irmã outsider: Ensaios e conferências* (trad. S. Borges.). Belo Horizonte: Autêntica. (Trabalho original publicado em 1984).
- Machado, J. A. S. (2007). Ativismo em rede e conexões identitárias: Novas perspectivas para os movimentos sociais. *Sociologias*, 9(18), 248–285. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222007000200012>
- Machado, R. C. R., Ferreira, D. C., & Almeida, J. T. de. (2021, novembro 29). Mulher gosta de política: Os danos da violência política ao longo de anos *Migalhas*, 6257. <https://www.migalhas.com.br/depeso/355691/mulher-gosta-de-politica-danos-da-violencia-politica-ao-longo-de-anos>
- Mearlou-Ponty, M. (1999). *Fenomenologia da percepção* (trad. C. A. R. de Moura). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1945).
- Meneghel, S. N., Barbiani, R., Brener, C., Teixeira, G., Stefen, H., Silva, L. B. da, Rosa, M. D., Balle, R., Brito, S. G. R., & Ramão, S. (2005). Cotidiano ritualizado: Grupos de mulheres no enfrentamento à violência de gênero. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(1), 111–118. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232005000100018>
- Moreira, L. E., Alves, J. S., Oliveira, R. G. de., & Natividade, C. (2020). Mulheres em tempos de pandemia: Um ensaio teórico político sobre a casa e a guerra. *Psicologia & Sociedade*, 32. <https://doi.org/10.1590/18070310/2020v32240246>.
- Neves, D. M. (2019). Sexualidade: Saber e individualidade. *Revista Estudos Feministas*, 27(2), 1-11. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n254146>
- Nunes, W. S., & Souza, F. P. (2017). Níveis de estresse e apoio social em servidores públicos de serviços socioassistenciais de alta complexidade. *Aletheia*, 50(1-2), 95-110. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942017000100009&lng=pt&tlng=pt.
- Pacheco, E. M., & Dias, M. T. G. (2023). A luta das mulheres por políticas sociais: Avanços e retrocessos. *Serviço Social & Sociedade*, 146(1), 263–283. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.313>

- Piccinini, C. A., Lopes, R. S., Gomes, A. G., & De Nardi, T. (2008). Gestação e a constituição da maternidade. *Psicol Estud* [Internet], 13(1), 63–72. Dóci: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722008000100008>
- Priore, M. (org.). (2020). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- Quinhões, T. A., & Fava, V. M. D. (2010). Intersetorialidade e transversalidade: A estratégia dos programas complementares do Bolsa Família. *Revista do Serviço Público*, 61 (1), 67-96.
- Rech, C. M., & Silva, M. K. (2016, abril). Ativismo institucional como categoria analítica para o estudo das práticas políticas dos movimentos sociais no Brasil. *Anais do Seminário Nacional de Sociologia da UFS* (pp. 375-388). São Cristóvão, SE: PPGS/UFS. <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/12924>
- Rocha, E., & Lana, L. (2018). Imagens de Pagu: Trajetória midiática e construção de um mito. *Cadernos Pagu*, (54), e185416. <https://doi.org/10.1590/18094449201800540016>
- Sales, A. L. L., & Yasui, S. (2019). Militância e ativismo no Brasil depois de junho de 2013: Entre repertórios, estratégias e instituições. *Revista Psicologia Política*, 19(45), 154-169. Doi: <https://doi.org/10.25091/S01013300201700040006>
- Sá, R. N. (2000). A noção heideggeriana de cuidado (Sorge) e a clínica psicoterápica. *Veritas*, 45(2), 259-266.
- Soihet, R. (2002). Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In M. D. Priore (Org). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- Souto, K., & Moreira, M. R. (2021). Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: protagonismo do movimento de mulheres. *Saúde em Debate*, 45(130), 832-846. <https://doi.org/10.1590/0103-1104202113020>
- Souza, A. C., Lima, D. G., & Sousa, A. R. (2021). Da comunidade à universidade: Trajetórias de luta e resistência de mulheres quilombolas universitárias no Tocantins. In S. S. Dealdina (org.). *Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas* (pp. 87-96). São Paulo, Jandaíra.
- Tavares, M. S., & Alves, A. (2023). A violência de gênero no (des)governo Bolsonaro: Licença para matar! *Revista Brasileira de História*, (94), 41–61. <https://doi.org/10.1590/1806-93472023v43n94-04>
- Telles, L. F. (2020). O depoimento feminino e político. In M. D. Priore (org). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- Teles, M. A. de A. (2015). Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. *Revista Estudos Feministas*, 23(3), 1001–1022. <https://doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n3p1001>

- Viana, A. L. d'Á., & Silva, H. P. (2018). Meritocracia neoliberal e capitalismo financeiro: implicações para a proteção social e a saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23 (7) 2107-2117.
- Vieira, C. (2015). Os direitos das mulheres e o orçamento público: Os desafios de tornar reais as nossas conquistas. *Centro Feminista de Estudos e Assessoria*, Brasília.
- Wolf, N. (2018). *O mito da beleza: Como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres* (pp.15-120). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Zanello, V. (s.d.). Amor feminista (G. Pimenta, Interviewer) [Review of *Amor feminista*]. In *Darcy: feminismos para que?* <https://revistadarcy.unb.br/edicao-n-30/dossie/264-amor-feminista>
- Zanello, V. (2017). Violência contra a mulher: O papel da cultura na formação de meninos e meninas. In B. Viza, M. C. Sartori, & V. Zanello (orgs.). *Maria da Penha vai à escola: Educar e prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher* (pp. 24-38). Brasília: TJDF
- Zanello, V. (2007). O amor (e a mulher): Uma conversa (im)possível entre Clarice Lispector e Sartre. *Revista Estudos Feministas*, 15(3), 531–539. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2007000300002>
- Zanello, V. (2016). Dispositivo materno e processos de subjetivação: Desafios para a psicologia. In V. Zanello, & M. Porto (orgs.). *Aborto e (não) desejo de maternidade(s), questões para a psicologia* (pp. 103-122). Brasília: Conselho Federal de Psicologia.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Roteiro de entrevista semiestruturada

- 1- Como vem sendo sua trajetória nesse serviço?
- 2- O que tem mobilizado sensações e ações no seu cotidiano?
- 3- Como é a relação com seu atual cargo na Rede?
- 4- O que a relação com as mulheres ou com a política voltada ao enfrentamento da violência gera em você?
- 5- Para você, é possível criar laços e alianças nos serviços da Rede?
Como? Com quem?
- 6- Como você se vê enquanto mulher, servidora e ativista?
- 7- Você teria alguma informação a acrescentar sobre o tema que conversamos?

APÊNDICE B

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título do Estudo: **Ativismos de mulheres: Entraves institucionais**

Pesquisador Responsável: **MARINA SOARES STEFANO**

A senhora está sendo convidada a participar de uma pesquisa. Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que a senhora não consiga entender, converse com a pesquisadora responsável para esclarecê-la. A proposta deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre o estudo e solicitar a sua permissão para participar do Estudo. O objetivo desta pesquisa é analisar como se efetuam as ações de mulheres ativistas inseridas na Rede Municipal de Enfrentamento da Violência Doméstica, Familiar e Sexual contra a Mulher e se propõe a compreender as relações estabelecidas entre as servidoras e os serviços e buscar formas de fortalecer suas lutas. Pedimos, também, que rubrique o espaço destinado ao final de cada folha deste termo após a leitura dos itens abaixo, indicando que está ciente dos elementos relativos à sua participação nessa pesquisa.

PARTICIPAÇÃO NO ESTUDO

Se a senhora aceitar participar da pesquisa, passará por uma entrevista via videoconferência ou de forma presencial, de acordo com sua preferência. Caso opte pela participação presencial, forneceremos o Laboratório de Psicologia Social da UEL para nosso encontro, mas sinta-se à vontade para sugerir um local de sua preferência. Caso prefira realizar a entrevista de forma virtual, utilizaremos a plataforma *Google Meets*. Na referida entrevista serão feitas algumas perguntas relativas à sua prática profissional e aos seus movimentos frente ao enfrentamento da violência contra a mulher. A entrevista será gravada pela pesquisadora com sua permissão, com a finalidade de transcrevê-la e analisá-la no decorrer da presente pesquisa. Cabe ressaltar que os dados confiados à pesquisadora que venham a revelar a identidade da participante serão protegidos e mantidos em sigilo, a fim de preservar sua anonimidade. Sua participação na pesquisa é totalmente voluntária. Caso decida não participar e retirar seu consentimento durante a pesquisa, não haverá nenhum prejuízo ao vínculo que você possui com a instituição onde atua. Prevê-se que o tempo de duração da entrevista seja aproximadamente de 40 minutos.

Rubrica do participante

RISCOS E BENEFÍCIOS

Por meio deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, você está sendo alertada de que, da pesquisa a se realizar, pode esperar alguns benefícios, tais como: uma melhor elaboração de vivências e situações rememoradas por meio da disposição de um espaço seguro e de acolhimento por parte da pesquisadora, a possibilidade de uma melhor compreensão sobre seu papel institucional e de ativismo, auxiliando na tomada de decisões relativas aos serviços prestados e às atividades relacionadas à causa do enfrentamento da violência contra a mulher, tornando as intervenções mais eficazes. Também é possível que aconteçam os seguintes desconfortos ou riscos em sua participação: desconforto gerado pelas perguntas a que serão expostas, ansiedade referente às respostas e ao instrumento de análise em si.

Para minimizar tais riscos, a pesquisadora tomará as seguintes medidas: a entrevistada será orientada a procurar local adequado para a realização da entrevista, preservando-se, assim, o sigilo e a privacidade durante a realização dela, a qualquer momento a entrevistada poderá decidir suspender ou finalizar sua participação na pesquisa e diante de sinais de ansiedade ou desconforto, a pesquisadora poderá suspender ou finalizar a entrevista, assim como realizar encaminhamentos necessários para o reestabelecimento emocional da participante.

SIGILO E PRIVACIDADE

Nós, pesquisadores, garantimos como prioridade a manutenção da privacidade e proteção dos dados confiados a nós pela participante. Seu nome ou qualquer outro elemento que possa identificá-la, será mantido em sigilo. Nós pesquisadores nos responsabilizaremos pela guarda e confidencialidade dos dados, seguindo a resolução da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) nº 13.709/2018.

AUTONOMIA

Nós lhe asseguramos assistência durante toda pesquisa, bem como garantiremos seu livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que você queira saber antes, durante e depois de sua participação.

Rubrica do participante

RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO

Não está previsto nenhum tipo de pagamento pela sua participação na pesquisa; a senhora não terá nenhum custo com respeito aos procedimentos envolvidos, porém poderá receber por despesas decorrentes de sua participação. Essas despesas serão pagas pelo orçamento da pesquisa. De igual maneira, caso ocorra algum dano decorrente de sua participação no estudo, você será devidamente indenizado. O ressarcimento citado poderá ser efetuado na forma de reembolso quando solicitado, por meio de dinheiro ou transferência bancária

CONTATO

Caso tenha dúvidas, poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável, Marina Soares Stefano, pelo telefone (xx) xxxxxxxxxxxx ou pelo e-mail xxxxx@xxxxxxxxx ou com o Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos (CEP/Uel), localizado no Laboratório Escola de Pós-Graduação (sala 14), no Campus Universitário, Rodovia Celso Garcia Cid, Km 380 (PR 445), de CEP: 86057-970, de telefone (43) 3371-5455 e endereço de e-mail cep268@uel.br. O funcionamento do referido serviço é de segunda a sexta-feira, das 8h00 às 17h30.

DECLARAÇÃO

Declaro que li e entendi todas as informações presentes neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e tive a oportunidade de discutir as informações deste termo. Todas as minhas perguntas foram respondidas e eu estou satisfeita com as respostas. Entendo que receberei uma via assinada e datada deste documento e que outra via assinada e datada será arquivada pela pesquisadora responsável pelo estudo.

Tendo sido orientada quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico a receber ou a pagar por minha participação.

_____ Nome do participante _____ Assinatura do participante	Data: ____/____/____
---	-----------------------------

Assinatura e carimbo do Pesquisador	Data: ____/____/____
--	--